

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA - MPF
NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO - NEAD
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO
PARA A AGRICULTURA - IICA

INTERAÇÃO SOCIAL

E AS POSSIBILIDADES DE COESÃO E DE IDENTIDADE SOCIAIS NO COTIDIANO

DA VIDA SOCIAL DOS TRABALHADORES RURAIS NAS ÁREAS OFICIAIS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

HORACIO MARTINS DE CARVALHO

CURITIBA, FEVEREIRO DE 1999

Para imprimir o texto pressione, simultaneamente, as teclas Ctrl e P do seu teclado.

Sumário

Introdução.....	2
O assentamento como encruzilhada social.....	8
2. A posse legal da terra: base da nova resocialização.....	19
3. Grupos sociais e identidades sociais	33
3.1 A identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente.....	42
3.2 A identidade social pela origem.....	54
3.3. A identidade social pela política.....	63
3.4. Vizinhança e afinidades.....	71
4. Conclusão.....	78
Bibliografia.....	81

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1998 terminei um estudo exploratório (Carvalho, 1998) para o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento - NEAD, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, intitulado **Formas de associativismo vivenciadas pelo trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**, objetivando identificar quais as

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

formas de associativismo que eram vivenciadas pelos trabalhadores rurais em áreas oficiais de reforma agrária em sete Estados do país: Maranhão, Pará, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul,

Nesse estudo constatei uma grande diversidade e complexidade de formas de associativismo econômico, as quais, apesar de designarem-se como associação e ou cooperativa de cunho econômico, por exemplo, exercitavam efetivamente outros papéis como o de coordenação política, o de mediação entre as famílias e os organismos de governo, etc. Assim, as formas de associativismo constituídas nem sempre coincidiam com as definições legais vigentes, apesar de utilizarem designações similares.

Os motivos para a criação dessas associações, assim como as suas histórias, foram os mais variados. Constatei que diversas formas de associativismo sobrepunham-se umas às outras, tanto sincrônica como diacronicamente, no decorrer do período estudado (1990-98). E o associativismo econômico, na maioria das vezes, entrelaçava-se com diversos outros planos sociais como o do parentesco, vizinhança, religioso, etc, ainda que estes planos sociais vivenciados pelos trabalhadores rurais não tenham sido objeto do estudo.

Permitiu-me concluir que a complexidade das formas combinatórias de associativismo econômico tornava quase supérfluas as informações quantitativas sistemáticas sobre o tema, como aquelas do Censo da Reforma Agrária no Brasil (1996), pois nos diversos assentamentos estudados os trabalhadores rurais constituíram e vivenciaram formas diversas e combinadas de associativismo, muitas das vezes imbricando nelas outros planos sociais das suas vidas que não o econômico, e gestando mudanças no significado dessas formas de associativismo no tempo, de maneira muito rápida. Por outro lado, a participação das famílias nessas associações variava em decorrência de inúmeras circunstâncias, na maioria das vezes em função de interesses econômicos pessoais ou familiares imediatistas, dando a essas associações maior ou menor legitimação conjuntural.

Ainda que eu não tenha contemplado como objeto de estudo o resgate histórico dessas formas de associativismo, em cada situação concreta estudada realizei um sumário resgate da origem das associações. Tomei consciência, ainda que tardiamente, que o aprofundamento dessa dimensão teria sido indispensável para a melhor compreensão das formas de associativismo vivenciada nos assentamentos. E, mais, que teria sido necessário, e para tanto eu deveria ter coletado as informações pertinentes, a articulação histórica entre os fatores econômicos e aqueles relacionados com os diversos planos sociais vivenciados pelos trabalhadores rurais, entre os quais o parentesco, a formação de grupos sociais, outras relações sociais como as de vizinhança e, em particular, a afinidade social determinada pela convivência anterior entre eles no seu local de origem ou apenas o sentimento de pertencimento com o próprio local de origem geográfica dos trabalhadores rurais. Percebi, ademais, ainda que aparentemente óbvio, que as experiências de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais determinavam comportamentos sociais distintos entre eles influenciando de diversas maneiras a forma e a intensidade da sua participação na constituição e no desenvolvimento associativo, assim como nos novos processos de interação social no cotidiano das suas vidas no assentamento.

Para esse estudo exploratório sobre as formas de associativismo eu havia elaborado quatro hipóteses, assim expressas:

nos assentamentos de reforma agrária predomina o comportamento individualista das famílias dos trabalhadores rurais com relação a gestão do assentamento, a forma de apropriação da terra, ao processo produtivo amplo senso, incluindo a comercialização, e as relações com os organismos governamentais mediadores das políticas públicas;

as possibilidades de melhoria crescente e sustentável das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais assentados estará diretamente relacionada com a sua capacidade de estabelecer relações sociais de cooperação com seus pares de forma a potencializar as forças produtivas e os meios de produção disponíveis nos assentamentos;

a diversidade das formas de associativismo econômico presentes num determinado assentamento está diretamente

relacionada com a complexidade das relações dos trabalhadores rurais assentados com o mercado de produtos e insumos; a indução pelos organismos governamentais e não governamentais de formas identitárias de agrupamento social para legitimar oficialmente o acesso dos trabalhadores rurais assentados às políticas públicas tende a colidir com as identidades sociais coletivas tradicionais e ou as emergentes nos diferentes grupos sociais.

As três primeiras hipóteses puderam ser testadas, ainda que a nível exploratório. Todavia, a quarta foi prejudicada pela natureza e inconsistência, com relação ao tema, das informações coletadas, consciência dessa precariedade por mim assumida quando da análise das informações coletadas.

Como as informações por mim coletadas naquele estudo exploratório sobre formas de associativismo foram de origem secundária, ainda que as entrevistas tivessem sido realizadas com dirigentes de associações de trabalhadores rurais assentados e com técnicos que atuam dentro dos assentamentos, não me foi possível, por diversos motivos, levantar informações relacionadas com os processos de interação social e, menos ainda, com o tema identidade social para os quais teria sido indispensável entrevistar diretamente o maior número possível de famílias de trabalhadores rurais assentadas e não apenas os coordenadores e ou dirigentes de associações e técnicos a elas vinculados.

Possa afirmar sem receio que à época essa problemática ainda apresentava-se para mim de maneira muito confusa, seja pela minha falta de atenção para a relevância do assunto seja pela insuficiência teórica no tema, ambos contribuindo para compor as minhas debilidades no processo de percepção daquelas realidades. Todavia, esse estudo exploratório efetuado sobre as formas de associativismo evidenciou que a compreensão das interações sociais vivenciadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais nos assentamentos, a partir das suas experiências de vida (suas biografias) e das condições objetivas e subjetivas apresentadas na nova situação, a do assentamento, seriam deveras indispensáveis para a explicação dos fatores que contribuam ou impediam o associativismo econômico.

O tema associativismo econômico apresentou-se para mim como relevante em função de diversos motivos: primeiramente pela minha própria história de vida profissional mais próxima das questões relacionadas com o planejamento e organização e, em seguida, em decorrência das relações profissionais e de amizade com dirigentes de trabalhadores rurais assentados, com técnicos das associações de assentamentos, com técnicos de organismos governamentais e de organismos internacionais vivenciando as questões relacionadas com a reforma agrária, com pessoal das universidades estudando ou interessado nessa questão, enfim, com um conjunto multifacetado de pessoas que colocavam como uma das questões centrais nos assentamentos a capacidade e possibilidade de realização econômica dos trabalhadores rurais assentados após a obtenção da terra.

Sem dúvida alguma que essa temática foi tornando-se cada vez mais evidenciada, digamos a partir do início da década de 90, com o aumento do número de assentamentos no país, com a ampliação do número de áreas ocupadas pelos trabalhadores rurais sem terra e pela pressão política, daí resultante, em garantir que a reforma agrária apresentasse efetividade, esta expressa em resultados econômicos satisfatórios (superação do nível de reprodução simples ou de sobrevivência) a nível das famílias de trabalhadores rurais assentados.

Assim, a dimensão econômica e, a partir dela, a organização econômica, acabou por tornar-se o eixo condutor do estudo exploratório. Entretanto, seja como viés profissional seja por opção intelectual, em decorrência da minha formação política na filosofia da práxis, foi-me sempre difícil separar o econômico do político e do ideológico, o cotidiano da história, a conjuntura da estrutura. Dessa maneira, a dúvida tornou-se minha companheira de viagem em especial pelas indagações frequentes, em meus solilóquios, quando recordando os estudos sobre campesinato no Brasil e no exterior, interrogava: será possível compreender o associativismo econômico nos assentamentos, portanto o associativismo do campesinato amplo senso, sem dar conta dos demais planos sociais por eles vivenciados? Seria possível separar a unidade de consumo da unidade de produção, as relações sociais de vizinhança, de parentesco e ou religiosas daquelas da produção? E o assentamento, enquanto produto da luta social pela redistribuição da terra e afirmação da existência civil dos trabalhadores

rurais sem terra, poderia ser separado da dinâmica social que seria e é estabelecida pelas centenas de famílias de trabalhadores rurais ali construindo o seu cotidiano social? Estaríamos, de novo, perante a fato histórico no Brasil do Estado fundar o social, ou a sociedade civil, esta no caso representada pelos trabalhadores rurais assentados que em de subalternidade com os organismos governamentais estabeleceriam "novos mundos" que nós, de fora, estávamos com dificuldade de perceber e compreender ?

A partir dessas e tantas outras interrogações, e com o apoio de Juarez Brandão e do Édson Teófilo Queiróz Filho, ambos do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento - NEAD, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, foi-me possível elaborar um novo projeto de estudo objetivando compreender, mesmo que mantendo o objetivo central voltado para o associativismo econômico nos assentamentos de reforma agrária, os processos de interação social nos assentamentos que levassem em conta não apenas a experiência de vida dos trabalhadores rurais (dimensão histórica recente) mas, sobretudo, as possibilidades de coesão e identidade sociais nas novas condições de vida e de trabalho: o assentamento.

Esse novo estudo, do qual este documento é seu relatório final, realizou-se em seis Estados do país: Maranhão, Ceará, Bahia, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Paraná. O estudo no Estado do Sergipe deu-se de maneira paralela em função de outro projeto de estudo por mim realizado e promovido pela FAO. As informações coletadas foram todas de fontes primárias. Foram entrevistados 126 pessoas, sendo 117 trabalhadores rurais e 9 técnicos vivendo nos assentamentos. Foram estudados 18 assentamentos, 2 áreas do Programa Cédula da Terra e 5 comunidades rurais no entorno de alguns assentamentos do Maranhão e Ceará. A coleta de informações ocorreu entre o final de 1998 e início de 1999.

As entrevistas com os trabalhadores rurais foram realizadas nas suas casas ou em locais indicados pelos entrevistados como a escola do assentamento, a praça, etc, envolvendo na maioria das vezes toda a família e, em diversos casos, outros trabalhadores rurais que se aproximavam em função da presença de um estranho no local. As entrevistas duraram, em média, de 2 a 3 horas e foram marcadas com antecipação. Não utilizei formulário para a coleta das informações nem questões estruturadas. O diálogo nas entrevistas deu-se de maneira informal e aberta ainda que eu tivesse preparado um roteiro mínimo de questões que permitissem identificar aspectos similares em todos os assentamentos. As anotações foram realizadas num caderno de campo.

Os resultados obtidos, assim como as conclusões a que cheguei, não devem ser atribuídos a um assentamento ou a um Estado em particular. Tendo em vista que foram, relativamente, poucas as famílias entrevistadas e não houve possibilidade de se retornar mais de uma vez a cada assentamento, as conclusões são de caráter tendencial e exploratório permitindo, apenas, a identificação de situações-problemas gerais que deverão ser objeto de outros estudos particulares e, sempre que possível, localizados.

Este documento pode, então, ser considerado sob dois aspectos: por um lado, como um complemento ao texto **Formas de associativismo vivenciadas pelo trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil** e, por outro lado, como um estudo específico.

O objetivo geral deste estudo foi o de compreender como as novas interações sociais nos assentamentos possibilitam ou obstaculizam a coesão e as identidades sociais, e como estas dimensões sociais influenciam, direta e indiretamente, no processo do associativismo econômico.

Procurei, inicialmente, compreender qual o significado para os trabalhadores rurais sem terra da posse legal da terra, individualizada ou em coletivos sociais, no conjunto das suas novas interiorizações e como nos assentamentos constituem-se ou rearticulam-se novos processos de interações sociais. Ensaiei identificar, outrossim, quais as

possibilidades de reprodução ou de formação de grupos sociais e, quando por mim percebidos, compreender qual ou quais as identidades sociais lhes davam função social.

Nesse estudo procurei, ainda, dar conta de como a heterogeneidade das biografias das pessoas influenciavam na formação e ou reprodução dos grupos sociais, assim como na constituição de novas identidades sociais.

Essas dimensões sociais da vida coletiva no assentamento, acima referidas, foram indiretamente relacionadas com o associativismo econômico.

Talvez este estudo insira-se numa preocupação externada por Claude Levi-Straus (1977:9), há duas décadas atrás: "(...) *quando hábitos seculares se desmoronam, quando gêneros de vida desaparecem, quando velhas solidariedades se esboroam, é certo que uma crise de identidade se produza...*"

1. O assentamento como encruzilhada social

"Coração de gente é terra que ninguém passeia"

(Joaquim de Jesus Ribeiro, Assentamento 1º de Abril, Extremo sul da Bahia)

Como **assentamento**, enquanto substantivo, compreende-se o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas um área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais (Carvalho, 1998; 7).

A criação de um projeto de assentamento é, por um lado, o produto formal de um ato administrativo, este expresso no decreto de desapropriação de uma determinada área rural sob propriedade privada para fins de reforma agrária. Por outro lado, e na maioria das vezes na história recente da reforma agrária no país, a criação de um assentamento é produto, também e sobretudo, de lutas sociais bastante prolongadas pela redistribuição da posse da terra. Portanto, o assentamento expressa no momento da sua criação um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação formal. Nesse momento encerra-se um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por uma heterogeneidade social de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Nesse espaço físico, uma parcela do território rural, plasmar-se-á uma nova organização social, um microcosmos social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passarem a apossar-se formalmente dessa terra. Esse espaço físico transforma-se, mais uma vez na sua história, num espaço econômico, político e social.

Essa transição, digamos do processo desapropriatório ao assentamento das famílias de trabalhadores rurais sem terra, cria um certo artificialismo: o assentamento será, então, literalmente constituído. Haverá o parcelamento da terra (ou não, dependendo das circunstâncias), a construção de novas estradas, a seleção dos locais para a edificação das casas, a perfuração de poços de captação de água, a extensão da rede de eletrificação rural, a destinação de áreas para uso social comum, o fornecimento de cestas básicas, a liberação de créditos, a construção e ou adaptação obras físicas para a

produção como as cercas, estábulos, paióis, apriscos, currais, etc, e aquelas para o uso social como as escolas, postos de saúde, igrejas, praças públicas, campos para jogos, etc; a compra de animais, de implementos agrícola; o início dos plantios, das criações, etc.

Entretanto, não é apenas a infraestrutura produtiva e de uso social, assim como o processo de produção que se inicia: desencadeia-se, também, o desenvolvimento de uma nova (ajustes e adaptações de experiências políticas, sociais e ideológicas anteriores) superestrutura política e ideológica correspondente à nova organização social que ali se plasma empiricamente: a criação de associações, de cooperativas ou de grupos de trabalho; a constituição de comunidades religiosas; a formação de grupos de lazer; o estabelecimentos de novas relações de vizinhança, de afinidades religiosas, políticas e ideológicas, etc. Relações essas que poderão ser ora de consenso e ora de dissenso. Instala-se, cria-se e recria-se disputas de poder, de prestígio pessoal, de idéias, etc. Novas relações formais e informais serão estabelecidas com o poder político local, com os movimentos sociais, os sindicatos de trabalhadores rurais, com as prefeituras... Enfim, centenas de pessoas, e em diversos casos, milhares delas, encontrar-se-ão face a face num determinado momento da história das suas vida, e em determinado espaço físico, e necessitarão fazer dele um espaço econômico, político, social e ambiental onde possam reproduzir seus meios de vida e de trabalho, constituir formas de governo localizadas e, mais, realizar os seus sonhos.

Já a expressão genérica trabalhadores rurais, mais particularmente trabalhadores rurais sem terra, procura dar conta daquelas famílias que apresentavam antes da posse legal da terra, antes do assentamento em áreas oficiais de reforma agrária, algumas características em comum:

não terem a posse legal da terra, ou quando a possuíam (em parcela de terra de tamanho inviável para a reprodução das condições de vida e de trabalho) caracterizavam-se, antes de tudo, como proletários rurais com terra;

estavam inseridos em relações sociais de produção (sua posição social) onde a exploração do seu trabalho era intensa e lhes eram negados os direitos sociais mínimos;

constituíam parcela da população rural que a rigor não tinham existência civil (Martins, 1993: 89);

o cotidiano de suas vidas submetido a estratégias (explícitas ou implícitas) de sobrevivência (Martins, 1994; 159);

uma vida (gerações sucessivas) onde predominava o sofrimento no trabalho;

submetidos a um código ideológico dominante no qual eram considerados como margens sociais toleradas (Mollat, 1989:7) pela sociedade envolvente.

Com a expressão trabalhadores rurais sem terra procuro identificar o conjunto heterogêneo de trabalhadores rurais que usualmente demandam e ou lutam diretamente pela posse da terra. Tem sido assim identificados enquanto categorias sociais:

- assalariados permanentes e temporários, tanto rurais como rururbanos;
- arrendatários rurais;
- parceiros rurais;
- foreiros rurais;
- moradores agregados;
- posseiros;

- pescadores artesanais com terra para exploração agropecuária;
- quilombolas;
- filhos de pequenos proprietários rurais;
- pequenos comerciantes rurais;
- populações ribeirinhas;
- população extrativista.

As categorias sociais, acima englobadas sob a denominação de trabalhadores rurais sem terra, não apenas apresentam grande heterogeneidade de histórias de trabalho e, amplo senso, de vida, em decorrência das diferentes relações sociais de produção e de propriedade em que estavam inseridos, como, também, pelos contextos histórico-sociais em que se encontravam como pessoas e como famílias. E, mais, dentro de cada uma das categorias sociais acima listadas poder-se-ia identificar diferenciações relevantes no padrão de comportamento (institucionalizações) com relação às suas rotinas de vida no cotidiano como, por exemplo, entre os assalariados temporários: é distinta a inserção econômica, política e social de um "bóia-fria" nas suas relações de trabalho nas lavouras de cana de açúcar no interior do Estado de São Paulo daquela do trabalhador temporário no interior do semi-árido nordestino que presta serviços ocasionais, mesmo que a ambos atribua-se a identidade classificatória de trabalhador rural assalariado temporariamente. Mesmo no âmbito dessas inserções há diferenciações no tempo e na qualidade, estas expressas seja pelo grau de organização corporativa que tenham conseguido alcançar, em determinadas conjunturas, no âmbito das suas lutas trabalhistas ou pela intensidade dos conflitos sociais que tenham vivenciado. Ademais, há diferenças significativas na memória de vida, por exemplo, com relação ao contexto da sua moradia e, portanto, das suas vivências sociais coletivas entre um trabalhador rural assalariado temporário que residia na periferia urbana e um trabalhador rural temporário que morava como agregado numa fazenda no interior do Estado do Pará.

Diferenciações de mesma ordem são possíveis de serem identificadas em outras categorias sociais. Assim, um trabalhador rural sem terra que se encontre na situação de arrendatário no interior do Maranhão ou, mesmo do semi-árido nordestino, onde a expressão "sujeição" é assumida como auto-definidora da sua situação social, apresenta experiências de trabalho e de vida muito distintas daquele trabalhador rural sem terra arrendatário no interior dos Estados do sul do país onde as condições do arrendamento são definidas em contrato formal e passíveis, usualmente, de controle sindical e acesso à justiça em casos de controvérsia no cumprimento das cláusulas contratuais.

Nos assentamentos, com exceções, pode-se identificar trabalhadores rurais cujo passado recente foi caracterizado como pertencentes a uma dessas categorias sociais de trabalhadores rurais sem terra acima exemplificadas. E, em muitos casos, com origens geográficas e, portanto, contextos econômicos, sociais, políticos e ideológicos distintos. Em diversos assentamentos no Mato Grosso do Sul é usual as pessoas afirmarem corriqueiramente que aqui tem gente de todo o Brasil e com todo o tipo de experiência de vida.

Entretanto, o fato de que um trabalhador rural e, mais significativamente ainda, de uma família de trabalhador rural (pela multiplicidade doméstica de experiências de vida), no passado recente, tenha exercido atividade no âmbito de uma dessas categorias não significa que na sua biografia não se registrem passagens por várias dessas categorias, as quais foram, provavelmente, vivenciadas em contextos econômicos, políticos e sociais distintos uns dos outros: de pequenos proprietários rurais que perderam a terra e tornaram-se arrendatários ou parceiros e, depois, assalariados; de arrendatários ou parceiros que conjugam a sua "situação de sujeição" com a de assalariado temporário; de extrativistas que foram forçados, pelo conflito social, a exercitarem a condição de assalariados temporários, etc. E, se contemplarmos seja a família singular seja o grupo doméstico e, quiçá, o grupo social de parentesco, na maioria das situações sociais no interior do país, poder-se-á identificar um complexo de categorias sociais coexistindo sincrônica e diacronicamente nas suas histórias de vida e, portanto, vivenciando-as subjetivamente nas conversas e nos relatos das experiências de uns e de outros.

Poderia afirmar que o trabalhador rural sem terra é nômade geográfico e social. E este nomadismo social não está relacionado necessariamente à mobilidade social vertical mas às suas estratégias de sobrevivência.

Tenho constatado, e torna-se cada vez mais intensa com o crescimento do número de áreas oficiais de reforma agrária e dos acampamentos resultantes das ocupações de terras, uma tendência por parte das burocracias dos organismos governamentais e daquelas dos organismos da sociedade civil de ignorarem as diferenças, essa heterogeneidade social de que é portadora a população dos assentamentos. Essa tendência a uma visão homogeneizadora é sintetizada na expressão "o assentado", uma identidade social atribuída de fora para dentro, e na maior parte das vezes, seja por alienação seja por conveniência, assumida pelos trabalhadores rurais. Essa percepção que não identifica as diferenças, que rejeita subconscientemente essa heterogeneidade, impede o estabelecimento de interações sociais de reciprocidade, de compartilhamento, que estejam abertas à construção de novas tipificações, entre os de fora e os de dentro do assentamento, capazes de proporcionarem, num determinado plano social, novas identidades sociais.

Dessa maneira, a tendência é de manter-se interações sociais, entre os de fora e os de dentro, de estranhamento. Essa percepção mítica da realidade a partir dos estranhos, em particular daqueles provenientes dos organismos governamentais e de diversos movimentos sociais, tendo a induzi-los, ou torna-se facilitadora, de interações sociais autoritárias governo/sociedade civil com relação à população assentada. Isso deve-se, ademais, pela dependência que a população da maioria dos assentamentos, em função da fragilização econômica em que se encontram, apresenta em relação aos estranhos que desejam lhes ajudar ou são mediadores de produtos das políticas públicas. Essa ideologia é, em muitas circunstâncias, assumida pelos movimentos sociais.

Eu diria que esses estranhos aos assentamentos não tem disponibilidade pessoal para, na expressão de Alencar (1998: 15), conhecer os **segredos íntimos** dos assentamentos.

Ora, perante essa perspectiva mitificadora, é mister ressaltar que, além da heterogeneidade social resultante de histórias de vidas muito distintas entre si, é oportuno atentar para outras dimensões elementares (quase óbvias) dessa heterogeneidade. No assentamento estão presentes, enquanto famílias, crianças, jovens e velhos; homens e mulheres; brancos, negros, mulatos e mestiços; católicos, protestantes, umbandistas, diversos outros cultos afro-brasileiros, kardecistas, ateus e agnósticos; pessoal originário do sertão semi-árido, do interior da região amazônica, dos cerrados do centro-oeste, das áreas litorâneas, do interior do sul do país, pantaneiros; pessoas que ora vivenciaram a roça e as áreas metropolitanas; analfabetos e pessoas com escolaridade de primeiro, segundo e até terceiro grau; vários tipos de filiação político-partidária; inúmeros valores morais, concepções de mundo, imaginários, enfim, a complexidade de qualquer contexto social onde milhares de pessoas estão vivenciando processos de interação social. Portanto, torna-se necessário e oportuno acentuar que nos assentamentos não estão presentes "os assentados", mas pessoas diferentes entre si, portadoras de uma biografia com toda a diversidade psicossocial e conhecimentos que o seu viver dialeticamente o mundo e com o mundo lhes proporcionou.

São pessoas que ao romperem, num contexto de conflito social, o curso das suas vidas passadas, em grande parte determinada pelas relações sociais de produção nas quais estavam inseridas, desejam ser reconhecidas como sujeitos de seu próprio destino e de um destino próprio, diferente, se necessário (Martins, 1994:159).

O que desejei ressaltar, nesses exemplos acima, é que essas pessoas são subjetivamente portadores de esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos (Berger e Luckman; 1976: 49), na interação face a face, dentro da rotina do cotidiano. Essas diferenças de biografias e, portanto, de padrões de comportamentos sociais muito distintos entre si, irão encontrar-se num novo processo de interação social no âmbito do assentamento. As possibilidades de identificação social e de coesão social que essa interação social no assentamento poderá proporcionar dependerá das novas tipificações (e institucionalizações) que serão construídas na vida compartilhada e serão produto, portanto, das

novas experiências sociais que essas pessoas vivenciarão umas com as outras.

No assentamento, enquanto espaço social em reconstrução e aonde as pessoas, estranhas entre si, começam a atuar umas sobre as outras, essas diferentes personalidades interagem no cotidiano possibilitando novas tipificações recíprocas de ações habituais. A interação realiza-se numa situação que não foi institucionalmente definida por nenhum dos participantes. Todavia, as ações que tem probabilidade de serem reciprocamente tipificadas serão aqueles que são importantes para as pessoas envolvidas (Berger e Luckman, 1976:81). Isso pode significar que uma multiplicidade de planos sociais de interações deverão ocorrer, neles aflorando estranhamentos e identidades.

Pude constatar, pelos relatos durante as entrevistas, que há uma tendência dos trabalhadores rurais sem terra de dirigirem-se para as ocupações, e posteriormente instalando-se nos assentamentos, em grupos de famílias com afinidade entre si, esta relacionada ou com o convívio anterior entre elas no local de origem ou por sentirem-se identificados entre si como pertencentes àquela localidade. Muitos grupos de pessoas (grupos sociais em formação) são portadoras de identidade social pela política: uniram-se para concretizar, além da obtenção da posse legal da terra, um projeto político de organização social. Nem sempre essas famílias tem relação de parentesco entre si. Entretanto, observei, também, a tendência dessas famílias de chamarem seus parentes, ou conhecidos, para instalarem-se ou como agregados no seu lote ou em áreas próximas em novos assentamentos.

Naqueles assentamentos onde as famílias já moravam na fazenda desapropriada, sejam como posseiras, arrendatárias, parceiras, agregadas ou mesmo como trabalhadoras rurais assalariadas, a relação de parentesco entre elas é mais intensa. Nestes casos tendem a reconstruir dentro do assentamento, nas novas condições de moradia e de trabalho (Moura, 1986:54), a mesma interação social que mantinham anteriormente e reproduzirem o universo de institucionalizações que haviam construído na sua socialização enquanto grupo social, anteriormente constituído. A identidade social desses grupos sociais, quando presentes, denominei de identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente.

Quando num assentamento dessa natureza são introduzidas, por diferentes motivos, famílias de outra origem geográfica, ou com histórias de vida muito diferentes daquelas lá existentes (padrões de comportamentos no cotidiano distintos), há uma tendência à separação que pode verificar-se tanto no sentido físico dentro do assentamento como de distanciamento na interação social.

Um exemplo dessa separação no sentido físico pode ser encontrada no Assentamento Diamante Negro no município de Vitória do Mearim, no Estado do Maranhão. Nesse assentamento (266 famílias cadastradas) há uma marcação bem nítida entre o "*peçoal da Vila Diamante*" (86 famílias), também denominado de "*frente da área*", constituída por famílias que ocuparam a área, e ligadas ao MST, e as demais famílias do "*fundo da área*" (180 famílias), próximo ao rio, que eram moradoras (posseiros) na então fazenda Diamante Negro, e relacionadas mais intensamente com o sindicato de trabalhadores rurais. As famílias que hoje encontram-se no denominado "*fundo da área*" residem nos povoados que já existiam na fazenda desapropriada. As famílias desses povoados são parentes entre si.

Apesar da hegemonia política das famílias da Vila Diamante em relação às demais pessoas das cidades circunvizinhas, seja em função da iniciativa da luta pela terra seja pela sua maior capacidade de organização formal, a separação social, política e ideológica é nítida entre o "*peçoal da Vila Diamante*" e o "*peçoal dos fundos*" (ver capítulo 2, a seguir).

Um exemplo de dificuldade de interação social, ao menos durante um período de 2 anos desde o início do assentamento, pode ser encontrado no Assentamento Guarany Bom Lugar, no município de Canindé, Estado do Ceará, no sertão cearense. É um assentamento que foi criado, em 1994, e nele foram instaladas 49 famílias. Esse assentamento não foi constituído devido à ocupação de terra, mas foi uma área obtida pelo INCRA, em negociação, para assentar famílias de

outras áreas ocupadas.

Essas famílias eram oriundas, basicamente, de dois lugares: aproximadamente 70% delas eram das circunvizinhanças, ou seja, do município de Canindé e entornos, e mantinham relações de parceria em terras de terceiros. Este pessoal era denominado no assentamento como o pessoal "*local*"; os demais 30% do total das famílias eram provenientes do município de Itatira, Estado do Ceará, na região da serra. Estas famílias haviam vivenciado um ano e meio de conflito pela terra, e estavam acampados quando foram transferidos para o Assentamento Guarani Bom Lugar. Eram pequenos produtores de milho e parceiros no cultivo de algodão naquela localidade.

As famílias provenientes de Itatira, com maior experiência na luta pela terra, adquirida junto ao sindicato e ao MST, e com maior capacidade política de direção, quando do início do assentamento, trouxeram as idéias que haviam desenvolvido durante o acampamento em que estavam morando, resultante de uma ocupação de terra em Itatira. Essas idéias (normas, como as denominavam) relacionavam-se com a possibilidade de criação de um coletivo de produção no Assentamento Guarany Bom Lugar. Todavia, o denominado pessoal "*local*" não queria o coletivo. Este pessoal tinha como experiência de vida a prática do mutirão para apenas algumas atividades como debulhar milho e ou feijão e queimar roçados. Como as lideranças de Itatira tinham bastante experiência política conseguiram induzir os demais para que o assentamento funcionasse como um coletivo de produção. Durante aproximadamente dois anos ambos os grupos sociais tiveram dificuldades de gerir o coletivo pois, desde o seu início, começou um confronto de idéias.

A primeira dificuldade de interação iniciou-se já com os atributos que cada grupo social identificava o outro grupo: o *pessoal de Itatira* e o *pessoal local*. O *pessoal de Itatira*, provenientes da serra, eram, na sua maioria, parentes entre si. Já o *pessoal local* era proveniente de várias localidades mas com experiências similares de vida no sertão. O *pessoal de Itatira* queria implantar o coletivo na posse e no uso da terra e o *pessoal local* desejava o parcelamento da terra e o seu cultivo individualizado.

Das entrevistas retiro os seguintes depoimentos:

nós de Itatira sofremos muito. O pessoal local não ensinou onde estavam as terras boas. Perdemos safras. Levamos 2 anos para descobrir as terras boas. O pessoal daqui fez boas safras, nós de Itatira passamos muita fome. Ficou muita mágoa sobre isso. Eles tinham que ser solidários e dividir os pedaços bons. Pessoal local melhorou mais do que o de Itatira. Já passou 4 anos e ainda tem pessoal que não fala. O pessoal daqui acredita em macumba, aparecem coisas em cima da casa de um dos moradores. O pessoal daqui não sabia fazer reunião, não sabia o que é coletivo;

(de um ex morador da comunidade do entorno): *na localidade era uma família só, unidas. A terra era do meu avô. Nasci e me criei lá. O convívio com o pessoal daqui não foi difícil. Com o pessoal de Itatira era desconhecido, foi mais difícil. O INCRA trouxe o pessoal de fora. O pessoal de fora diz que a gente não entende de reforma agrária. Há o discurso para o doutor e a conversa de todo o dia.*

À época das entrevistas, todos declararam que o pior já havia passado. Afirmando que há união entre as diversas famílias. Mas, sempre referem-se uns aos outros como o *pessoal de Itatira* e o *pessoal local*.

Se forem considerados outros planos sociais como o parentesco e a religião, planos estes que não foram objeto de estudo, mas dos quais obtive, indiretamente, referências, é possível supor que são inúmeros os fatores históricos sócio-políticos e culturais passíveis de induzirem à diferenciação de identidades entre as famílias de trabalhadores rurais num mesmo assentamento de reforma agrária.

As possibilidades, então, de coesão social, suposta implicitamente nas tentativas de organização dos trabalhadores rurais

dentro do assentamento pelo pessoal de fora, são bastante remotas se residirem apenas no nível formal das práticas burocracias das associações usualmente constituídas. Há, suponho, um espaço cultural incomensurável entre a adesão com objetivos meramente instrumentais a uma associação, portanto, mantendo a aparência de que todos estão associados, e as interações sociais necessárias para a construção da identidade social entre os trabalhadores rurais de um mesmo assentamento capazes de consolidarem, mesmo com objetivos instrumentais, formas de cooperação mais duradouras.

Sem dúvida alguma que a premissa anterior não se coaduna com o contexto sócio-cultural daquelas situações onde os trabalhadores rurais que compõem a população do assentamento eram moradores de um mesmo ou de vários povoados existentes na fazenda, ou no seu entorno, e que mantinham entre si relações de parentesco e, provavelmente, identidade social pela rede de relações sociais consolidadas historicamente antes do processo de desapropriação e que, por diversos motivos, permaneceram no assentamento agora com a posse legal da terra. Neste caso, as relações de parentesco, as afinidades pela vizinhança, a adesão a uma mesma confissão religiosa e o sentimento de pertencimento à localidade onde seus pais construíram suas vidas e onde eles nasceram são predominantes sobre a nova posição social: proprietários (privados) da terra.

2. A posse legal da terra: base da nova sociabilização

"... a terra prometida minha era esta."

(Evangelista. Assentamento Vitória, município de Canindé, CE)

O assentamento de reforma agrária é uma encruzilhada social onde a interação social entre as pessoas e famílias de grupos socialmente heterogêneos alcança considerável intensidade e novidades, se comparada com a rotina que o cotidiano dessas pessoas e famílias lhes proporcionava. Estas, intensidade e novidade, podem ser expressas na necessidade de encontros sistemáticos, quase diários, entre essas pessoas e famílias para equacionarem problemas existenciais que a nova realidade da vida cotidiana lhes está exigindo. Vão desde as assembleias para debaterem o parcelamento ou não da área desapropriada até a definição do número de famílias que serão assentadas; da definição de critérios para o sorteio dos lotes, no caso do parcelamento, até a organização para o recebimento das cestas de alimentos; das negociações para a obtenção dos créditos de implantação até a constituição de associações, induzidas ou não pelos organismos governamentais, para que tenham acesso a esses créditos, etc.

Essa nova e diversificada interação social apresenta-se, para a maioria das pessoas e famílias, mesmo que tenham vivenciado a experiência do acampamento, um processo social inteiramente novo no qual os diversos padrões de comportamento anteriormente adquiridos deverão ser provavelmente alterados. Essa exigência social na mudança nos padrões de comportamento provoca insegurança. As inovações e descobertas nesse novo convívio social deverão, possivelmente, processar-se num clima de grandes expectativas e ansiedades, onde o consenso e o dissenso social ocorrerão rotineiramente.

Essa interação social face a face, nova e diversificada, esse intercâmbio contínuo entre a expressividade de um e a do outro (Berger e Luckmann, 1976; 47), dá-se num clima psicossocial onde a multiplicidade de novas situações confronta-se, na maioria das vezes, com os hábitos e as tipificações anteriores (institucionalizações). Novas tipificações recíprocas deverão ser construídas, daí as novidades e a correspondente insegurança. Para muitos, essa transição pode ser dolorosa, dependendo de com as tradições e as institucionalizações estabelecidas por cada pessoa lhes são significativas. A instabilidade passa, então, a ser companheira do cotidiano até que novos hábitos sejam formados e um novo padrão comum (tipificações e institucionalizações) de comportamento seja estabelecido.

Daí, na maioria das vezes, as famílias tenderem, nessas situações de incertezas, ao refúgio emocional representado pelos

seus parentes, seu grupo de origem, sua comunidade religiosa e, acima de tudo, para a reprodução, entre seus pares, do padrão anterior de comportamento, das suas significações (produção humana de sinais devida à objetivação), que lhes permitam vivenciar, mesmo que parcialmente, ações cotidianas que lhes são habituais. A nova socialização (resocialização) reafirmará ou negará a socialização da sua biografia. A resocialização consistirá em renunciar à questão da coerência e reconstruir a realidade "de novo" (alternações, conforme Berger e Luckman (1976: 208ss).

A nova posição social (proprietários privados da terra), a nova coletividade representada pela população do assentamento, as novas formas de organização econômica sugeridas, as exigências de decisões cotidianas sobre assuntos que lhes eram distantes, a inovação tecnológica na produção, o acesso ao crédito e a necessidade de seu pagamento, a disputa política em que se acham inseridos, etc., e as novas linguagens (campos semânticos) que esses acervos sociais do conhecimento introduzem no cotidiano das suas vidas acabam por exigir dessas pessoas decisões (atenções) continuadas sobre temas novos, o que lhes acarreta uma sobrecarga psicológica. A estabilidade psicossocial é afetada, exigindo dessas pessoas um permanente estado de vigília que só será parcialmente superado quando novas tipificações das ações recíprocas forem estabelecidas no processo de resocialização.

A nova interação social que começa a acontecer no assentamento, mesmo que já tenha sido iniciada na fase do acampamento (quando houve), dá-se predominantemente entre pessoas completamente estranhas e que não tiveram base comum na vida cotidiana. Portanto, essas pessoas estão psicologicamente vulneráveis e o apego ao seu lote e à moradia é reforçado. Dessa forma, ainda que esse comportamento possa ser característico de um período de transição, as famílias tendem a:

ênfaticamente a importância do seu lote e da sua moradia, seja para reiniciar as atividades relacionadas com a produção seja para encontrar o abrigo desejado para si e sua família naquilo que é "seu" (superação do nomadismo geográfico e social);

como a intensidade e a diversidade das novas interações sociais dá-se, sem dúvida, com estranhos, como exigência social do novo contexto em que essas famílias inseriram-se, elas tendem a aproximarem-se mais, como acima referido, daquelas famílias com quem possuem relações de parentesco, de afinidade pela vizinhança e, quase sempre, no caso daquelas famílias que são provenientes de outras localidades, com o grupo de origem;

se o processo de constituição do assentamento e de organização da vida social coletiva dá-se com muitas divergências internas a tendência da maioria das famílias é a de reafirmar as identidades sociais anteriores, mesmo que posteriormente essas identidades sociais possam ser significativamente modificadas;

nesse processo social a consciência e o sentimento de superação da "sujeição" a que estavam anteriormente submetidos aflora e expressa-se no rejeitarem qualquer nova situação que seja identificada, objetiva ou subjetivamente, como de subordinação. Isso não significa que necessariamente não adentrem em relações dessa natureza, desde que essas relações não sejam por eles percebidas como tal (alienações).

Se é possível, inicialmente, identificar-se um elemento constante de auto-identificação de todos os trabalhadores rurais assentados esse elemento é a nova posição social: proprietários (privados) da terra. Essa nova posição social significou para todos eles a libertação da "sujeição" ao patrão. A expressão libertar-se do "patrão" adquire então conotação simbólica: o sentimento de superação da dependência, da opressão, da exploração. Significa o sentimento de reencontro de cada trabalhador rural sem terra com o seu destino imaginado: viver e trabalhar na sua terra.

Apesar da heterogeneidade das experiências de vida determinadas pelas diferentes relações sociais de produção em que estavam inseridos, e dos contextos históricos sócio-políticos e culturais que vivenciaram, os objetivos instrumentais e expressivos (Pinto, s.d:1) dessas famílias convergiam para um só ponto: a conquista da terra própria.

Todos os entrevistados manifestaram-se sobre esse tema de forma bastante similar em todos os assentamentos de todos os Estados onde deu-se o estudo, com um único sentimento comum: a liberdade alcançada. Foram diversas as expressões

utilizadas:

"no dia de receber a posse da terra eu nasci de novo. Alumiou a coisa prá gente";

"deixei de viver atrás de serviço. Broco onde quero";

"Ninguém tinha terra. Tinha fé de ter casa para morar e criação sua mesmo";

"consegui isto aqui para ficar sossegado";

"eu gosto. Foi onde entrei e era para ser minha";

"Tenho dois filhos casados morando no lote. Esses não saem";

"A casa fiz no meu lote. Aqui fico à vontade";

"Alegria de ter um pedaço de terra. Alegria com casa ao redor cheia de fruta";

"deixaram de pagar renda depois da ocupação. Não querem mais trabalhar para o patrão";

"A gente não tinha residência própria. Morava em povoados, mas vivia agregado. Dono da terra botava a gente prá fora. Hoje lugar para criar os filhos".

"Tive uma visão que o lugar aqui era bom. Dei minha vida por isto aqui. Isto aqui foi nossa vida";

"Quando povo veio para cá tinha ambição pela terra, tinha orgulho da terra. Já arrastava o tapete de roça mesmo";

"Hoje todos tem casa, o que comer, filhos estudam. Antes o patrão falava o que fazer, hoje nós optamos na reunião";

"Depois que pego a terra, tô no meu, faço o que quero";

"importante é ter o sítio, trabalhar, plantar. E a gente tem";

"Libertou do cativoiro e não quero voltar para as unhas do patrão";

"Comparado com onde estávamos hoje é o céu. Família quer ficar";

"Aqui ganha pouco mas tem liberdade".

O sentimento (e a realidade objetiva) de propriedade da terra manifesta-se não apenas nas expressões (como as acima citadas) que a relacionam com o sentimento de libertação das sujeições passadas mas, também, por um outro sentimento, bastante evidenciado, e que denominei de sentimento de localidade, de pertencimento ao local (e suas circunstâncias) conquistado. Sem dúvida alguma que para aqueles assentamentos cuja população, ou parcela dela, já era moradora (posseiros, agregados, etc.) da fazenda desapropriada ou adquirida esse sentimento apenas foi potencializado, agora pela segurança (inclusive física pela superação do conflito social) sobre a posse legal da terra, pelas possibilidades de acesso às políticas públicas e pelo restabelecimento da sua dignidade pessoal. Mas, com relação ao sentimento de pertencimento à localidade, eu enfatizo aquela dimensão subjetiva demonstrada pela parcela da população assentada que era proveniente de outros municípios, ou mesmo de outros Estados. Esse sentimento de pertencimento à terra conquistada já fazia parte do imaginário dessas pessoas e foi formado, dialeticamente, durante uma história de vida na qual o presente sempre foi repleto incertezas sobre questões básicas (possibilidades de sobrevivência), pleno de sofrimentos, de mudanças de locais de trabalho, e o futuro uma abstração construída sobre o desejo de libertação, este expresso na conquista da terra própria, desenvolvido durante o "cativoiro".

Um exemplo desse sentimento de apego à terra conquistada apresenta-se expresso na capa das normas de convivência estabelecida pelas famílias do Assentamento Guarani Bom Lugar, no município de Canindé, Estado do Ceará, na região semi-árida cearense. A capa dessas normas contem as seguintes frases:

P.A. Guarani / Bom Lugar

Estamos construindo nossas normas para vivermos em harmonia.

Respeitando nossos companheiros.

Respeitando a natureza.

"DEUS ME LIVRE DE VENDER ESSA TERRA QUE DEUS ME DEIXOU COMO HERANÇA"

Quem conquistou sua terra, não pode despreza-la, vende-la ou abandona-la. A Terra é nossa mãe. É ela quem nos cria. Devemos respeita-la e cuidar dela.

Eu tendo a ponderar que essa aspiração pela terra própria estava mais presente em algumas categorias sociais como arrendatários, parceiros, agregados, foreiros, ribeirinhos, extrativistas e, mesmo, os assalariados permanentes do que em outras (o conteúdo moral e não econômico dessa aspiração, conforme Martins, 1994: 151). Em certo sentido, de acordo com os depoimentos nas entrevistas, os assalariados temporários com maior grau de organização corporativista, como os cortadores de cana de açúcar, colhedores de laranjas, de café, de algodão, etc. externavam que as suas aspirações, antes da conquista da terra, estavam mais voltadas para a luta trabalhista (caráter econômico da luta), para, por exemplo, obter um emprego a tempo integral. Num depoimento de um jovem ex-cortador de cana de açúcar (hoje com lote de terra), em Campo Grande, MS, ele afirmava que sempre sonhava com um emprego estável que pudesse chegar no final do mês e receber os trinta dias trabalhados *"tivesse chovido ou não"* e não ter que depender do *"gato"*. A luta pela terra entrou na sua vida pela influência de parentes e amigos.

O sentimento de pertencimento ao local é assim expresso:

"de onde vim não quero voltar. Minha vida vai ser aqui, é um espaço para o futuro";

"Eu gosto. Foi onde entrei e foi para ser minha. Vou ficar até o fim da vida";

"Já pegamos esta terra, aqui então vamos ficar tranquilos";

"Aqui é o lugar";

"tenho prazer de dizer que sou da Fazenda Vitória" (Assentamento Vitória, município de Canindé, CE);

" O nosso açude é quem abastece o município. Aqui há liberdade, a terra, trabalha onde quer, o açude, a paz. Nós éramos perseguidos. Nasci e me criei aqui, onde vivi a minha vida. Já fui comerciante, quebrei quatro vezes, depois ganhamos esta terra. A terra prometida minha era esta";

"família saudável, estudo, cria família com mais facilidade, aquilo que nossos pais não conseguiram";

"não quero mais voltar para onde vivia";

"já sou daqui. Idéia é que meus filhos fiquem";

"hoje faço cerca que dura mais de dois anos" (sertão do Ceará);

"de onde vim não quero voltar. Minha vida vai ser aqui";

"na idade que estou não quero voltar. Minha vida vai ser aqui";

"família gosta daqui. No começo houve alguma coisa, mas agora não ";

"quando filhas casarem se quiserem enfrentar a reforma agrária eu dou apoio. Casar e ficar aqui não vai dar. Eu vou ficar até o fim da vida. Eu gosto. Foi onde entrei e foi para ser minha";

"de lá (povoado São Francisco, PA Terra Bela, município de Buriticupú, Maranhão) a gente só sai na marra. As casas estão lá, os filhos nasceram lá";

"Aqui tem muitos parentes. O que junta nós é que não queremos sair da localidade";

"Meu plano é ficar, ajeitar o espaço. Aqui tem fartura garantida, barriga cheia";

"Minha vontade é ficar aqui o tempo todo. Já andei demais. Acho bom os companheiros. Aqui há facilidades";

"eu mesmo tenho orgulho de morar aqui";

"estou há 12 anos, já me sinto árvore firmada";

"jovens tem orgulho de ser daqui";

"queremos formar uma comunidade, um centro com escolas, igrejas, cancha de bocha... vontade de ficar é enorme, pessoal enraizado".

É no sentido acima que após a conquista da terra as estratégias de sobrevivência vão transformando-se em estratégias políticas, conforme Martins (1994:159). Nestas, as formas de organização desenvolvidas no assentamento tem caráter meramente instrumental: mediação entre a necessidade e a reivindicação, entre esta e a satisfação da necessidade.

"(...) a reforma agrária aparece através das necessidades dos próprios trabalhadores. Não aparece como pretexto (e meio) para outras transformações sociais que poderiam ser do interesse de outras classes e grupos sociais.

Nesse sentido, *não aparece no primeiro plano enquanto problema agrário*. Aparece como *condição para que outras necessidades sejam atendidas*: necessidade de *sobrevivência*, necessidade de *emprego*, necessidade de *saúde*, de *educação*, de *justiça*, de *futuro*, de *paz* para as novas gerações, de respeito por sua própria *lógica* (camponesa) *anticapitalista* (isto é, por seu modo de pensar e interpretar a vida), necessidade de *integração política*, de *emancipação* (isto é, de liberdade de todos os vínculos de dependência e submissão), de reconhecimento como *sujeitos* de seu próprio destino e de um *destino próprio*, diferente, se necessário" (grifos no original). (Martins, 1994: 159).

Tendo em vista o futuro, com as perspectivas da criação dos filhos, de construir (reconstruir) um povoado, um patrimônio, uma vila e até, pelo viés religioso, uma comunidade, as possibilidades ou não dos jovens permanecerem no assentamento ou de obterem outra posse de terra apresenta-se como uma questão importante para as famílias entrevistadas.

Pude identificar duas tendências gerais sobre essa questão: a primeira relaciona-se com o desejo de que os jovens, na faixa entre a adolescência e o início da adulta ("*na idade de trabalhar*"), possam encontrar possibilidades de trabalho dentro do próprio assentamento, seja no lote da sua família seja naquelas atividades de processamento ou de agro-industrialização; a segunda foi aquela que, face ao incipiente desenvolvimento das forças produtivas no assentamento e a precariedade das terras para a produção, aceitavam (quase determinação) a evidência de que dificilmente haveria trabalho para todos no assentamento. Colocava-se, portanto, para as famílias o imperativo de que os filhos em "*idade de trabalhar*" (em média, a partir dos 15 anos) procurassem o que fazer fora do lote dos pais e, inclusive, do assentamento.

Predominou, em todos os assentamentos estudados, a segunda tendência. Mesmo naqueles casos em que a ideologia dominante no assentamento era a de criar-se condições para que os jovens conseguissem trabalho internamente, a maioria dos jovens já encontrava-se em outros acampamentos ou realizando atividades como assalariados temporários em fazendas de terceiros.

Com relação aos filhos e filhas "*em idade de casar*" havia unanimidade: teriam que encontrar outro lote para criar a família. Isso permitiu-me concluir, a partir dos depoimentos, que os lotes nas áreas oficiais de reforma agrária estudados,

mantido um padrão de desenvolvimento das forças produtivas tradicional, só proporcionam renda suficiente para a reprodução dos meios de vida e de trabalho para a família unicelular até que os filhos homens atinjam a "*a idade de trabalhar*" e as filhas mulheres "*constituam família*". Não houve, em nenhum dos depoimentos, a afirmação da possibilidade de que o filho ou a filha casados permanecessem no lote dos pais (ou sogros). Poderia afirmar que o tamanho do lote, nas condições médias, tem como limite possível de geração de renda aquela suficiente apenas para a manutenção da família unicelular. Naqueles casos em que o filho ou a filha casados viviam no mesmo lote com os pais ou sogros havia circunstâncias muito particulares: ou o pai era idoso e já não conseguia trabalhar, ou era doente, etc. Ou, em casos que se verificaram com certa constância, quando a família tinha (teve) poucos filhos e, portanto, a força de trabalho familiar, caso o filho ou a filha saíssem de casa, ficaria restrita aos "*velhos*" (os pais).

Somente naqueles assentamentos que conseguiram, por uma conjugação de circunstâncias tais como solos férteis, boa organização política e econômica interna, aplicação adequada dos recursos obtidos através dos créditos, planejamento e organização da produção cooperada, efetuar compras de materiais para construção e insumos para a produção em comum ou cooperadamente, desenvolver o processamento e agro-industrialização de parte dos seus produtos e sub-produtos, boa assistência técnica, inserção dos produtos e subprodutos no mercado seja o local ou regional e direta ou indiretamente (apoio das prefeituras) manter os filhos nas escolas dentro dos assentamentos até o final do primeiro grau, é que se constatou as possibilidades de alocação da força de trabalho dos filhos e filhas jovens e adultos nas atividades internas do assentamento. Esses assentamentos foram aqueles que se identificaram com as hipóteses segunda e terceira, referidas na introdução deste documento, e assim descritas:

as possibilidades de melhoria crescente e sustentável das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais assentados estará diretamente relacionado com a sua capacidade de estabelecer relações sociais de cooperação com seus pares de forma a potencializar as forças produtivas e os meios de produção disponíveis nos assentamentos;

a diversidade das formas de associativismo econômico presentes num determinado assentamento está diretamente relacionada com a complexidade das relações dos trabalhadores rurais assentados com o mercado de produtos e insumos.

Naqueles assentamentos em que tais circunstâncias, ou a maioria delas, não se verificaram, as possibilidades de fixação dos filhos e filhas jovens e adultos tornaram-se bastante remotas. Nestes casos, as possibilidades de fixação dos filhos e filhas já começava a tornar-se problemática para os pais desde a infância e relacionava-se com o acesso à escola.

Em todas as entrevistas realizadas observei o desejo e o esforço objetivo dos pais para que os filhos e filhas estudassem, ao menos até o final do primeiro grau. Entretanto, na maioria dos assentamentos essa possibilidade ainda era muito remota. De maneira geral, as escolas dentro dos assentamentos, e quando esses assentamentos eram constituídos por elevado número de famílias (mais de 100 famílias), ao nível dos povoados, só conseguiam manter escolas funcionando até terceira série do primeiro grau, ou seja, em média, só atendiam as crianças até a faixa dos 10 a 12 anos de idade. Daí em diante, ou as crianças paravam de estudar ou tinham que ir estudar, quando havia condução para tal, na cidade mais próxima.

Quando havia possibilidades de implementação do serviço de transportes para as crianças a situação estava parcialmente solucionada. Quando este serviço tornava-se impraticável, casos os pais desejassem que as crianças estudassem até o final do primeiro grau, eles tinham que conseguir hospedagem da criança na casa de parentes na cidade mais próxima. Nestes casos, quando a criança ia morar e estudar na cidade, dificilmente ela retornava ao assentamento. De forma muito usual essas crianças acabavam por conseguir algum emprego na cidade e, em consequência, ali construíam a sua vida. As meninas, conforme os depoimentos, acabavam casando por lá e os rapazes conseguindo ajustar sua força de trabalho ao tipo de demanda de trabalho urbano. Assim, um e outro, cada uma delas pelas mais distintas razões, não retornavam ao assentamento.

A partir interpretação dos depoimentos foi-me possível supor que a escola até o primeiro grau no assentamento torna-se

um fator da maior importância para que parcela da força de trabalho familiar, em geral a mais jovem, possa permanecer no lote. A saída dos jovens do assentamento, seja por falta de escola ou pela ausência de possibilidades de trabalho em decorrência de baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, nesta compreendida a cooperação, contribui, ainda que indiretamente, para a redução das possibilidades de incorporação de novas tecnologias, seja de produtos seja de processos, capazes de romperem o círculo vicioso da produção apenas para a sobrevivência.

Nessas condições, a reprodução do sofrimento "camponês" continua, ainda que em termos de privações relacionadas com a qualidade de vida. Um depoimento sintetizou esse destino: *como não há emprego na cidade os mais jovens se adaptam ao jeito de vida do camponês... é roça, só trabalho duro.*

Muitos pais afirmaram, nas circunstâncias adversas dos assentamentos nas regiões norte e nordeste, que a ida dos jovens adolescentes para a cidade serve de exemplo para as crianças. Eles vão para a cidade e voltam contando as maravilhas da vida urbana, em particular as diversões. Dessa forma, as crianças vão crescendo e desejando ir para a cidade. A maioria dos depoimentos obtidos são similares ao seguinte: *falta um professor aqui dentro, é um quebra-cabeça. O que faz o professor sair é o salário, quer salário mínimo. Falta de professor faz o jovem ir para a cidade. Na sombra do jovem adolescente estão os menores.* Em outro depoimento, em Buriticupu, Estado do Maranhão: *aqui já teve escola. Pessoal de Buriti diz que só colocava escola com 30 a 40 alunos. Aí mudaram a escola para Novo Horizonte. Muitas crianças pequenas não vão para escola. Há alguns adolescentes que já estão mais prá lá do que prá cá. Na cidade tem diversão, aqui não tem energia.*

Nessa tendência, permanecem no lote o casal mais os filhos pequenos. Os maiores vão embora. *Eles gostam daqui mas tem que ganhar dinheiro dele e tem que sair.*

Num depoimento, num assentamento a 12 km de Itamarajú, no extremo sul do Estado da Bahia, assim expressou-se uma liderança local com relação aos jovens: *na cidade não tem emprego, na roça está na casa dos pais. Se tivesse emprego na cidade ficaria na cidade. Jovem não tem vocação para a roça. Já capixaba vai prá roça, adora. Não tem vergonha de vender na feira. Tenho uma filha jovem que está estudando na cidade, ela tem vergonha de vender na feira porque colegas da escola podem ver. Agora é que está se modernizando. Roça é trabalho muito duro. Só mandioca. Hoje tem côco, farinha... Conforme muda aumenta a simpatia dos jovens. O mais forte da juventude é operar máquinas. Se o assentamento tivesse melhores condições de vida o pessoal ficaria. Roça ainda depende de puxar a enxada.*

Opinião inversa, no mesmo assentamento, pode ser registrada: *filhos estudam e gostam daqui, ninguém pensa em sair. Sempre conquista mais colegas para vir para cá. Pessoal se diverte aqui. Isso não acontece com todos, mas há casas que vem mais gente.*

Constatediferentes posturas perante os jovens, e elas ajudam-nos a compreender a importância dessa dimensão no assentamento:

"adolescente não gosta do coletivo, falta incentivo";

"não falam em ir embora, mas vão trabalhar nas firmas aqui nas redondezas";

"jovem diz que roça não dá futuro, pai não dá nada para eles";

"aqui é diferente, pai manda filho ganhar a vida, vai trabalhar fora";

"pai não marca pedaço de terra para ele, e quando ele quer ir para a praia pai não dá dinheiro";

"jovem tende a ocupar terra e conseguir um lote";

"lote não dá para sustentar uma família de cinco pessoas";

"houve momento em que a cooperativa criava emprego, depois, parou"

"se pagar 2 a 5 salários mínimos por mês não fica um aqui";

"jovem vai para São Paulo, dá sorte, chega aqui compra casa, etc. Dá exemplo negativo. Todo mundo quer ir embora";

"aqui fazenda é pequena, o jovem tem que sair";

"a família aqui reproduz a mesma prática que tinha antes: como o fazendeiro só empregava uma pessoa por família, adotam o mesmo princípio. O jovem tem que sair para arranjar emprego";

"jovem sai para sobreviver e não para se especializar. Se der certo, a hipótese é levar embora toda a família";

"tem um bocado de gente que não conseguiu alocar. Muita gente sai para trabalhar fora. Os associados da cooperativa são idosos. Tem que se resolver o problema dos jovens";

"todas as crianças frequentam a mesma escola. Foi preciso trocar o diretor. Quem manda na escola é o prefeito. Ele coloca quem ele quer";

"o pessoal da cooperativa se identifica mais com o MST. As conquistas são disputadas. A escola foi iniciativa do MST mas o prefeito quer para ele";

"aqui o filho trabalha para o pai e quer receber pagamento. Se não pagar o filho não trabalha, fica deitado na cama";

"tenho nove filhos, entre 26 e 39 anos, e nenhum trabalha comigo. Quatro deles já tem lote. No meu lote tenho que pagar para terceiros";

"Eu me sinto bem aqui. Os filhos sentem-se bem aqui. Meus filhos que estão fora querem voltar";

"muitos jovens já foram embora. Falta trabalho. Não querem pegar no pesado, quer vida melhor, ganhar mais que aqui, aqui não ganha muito dinheiro";

"as moças vão trabalhar na rua";

"tenho filho de 19 anos. Eu matriculei na quinta série. Opinião do filho: vou prá rua porque lá eu estudo";

"juventude ficou enterrada aqui 7 a 8 anos. A família quer ficar junta. Até pouco tempo eu mantinha o sistema do sul, os ventos que vinham dos outros. Hoje querem garantir salário";

"mamão do fazendeiro gerou emprego. Na casa não dava recurso próprio para a família";

"os jovens que não estão aqui já pegaram lote em outro assentamento";

"eu mesmo não tenho como comprar terra para meu filho casado. Vai tentar obter um pedaço de terra".

No depoimento de uma liderança de um assentamento, no extremo sul da Bahia, anotei a seguinte opinião, a qual, suponho, sintetiza a situação-problema dos jovens em grande parte dos assentamentos nas regiões norte, nordeste centro-oeste: *a relação pai e filho é sem diálogo, é bruta. Como o pai não tem sonho bloqueia o dos filhos. Pai não projeta o futuro com os filhos. Não se cria expectativa coletiva, ao nível de família.*

Nos assentamentos estudados no sul do país a perspectiva é distinta. A postura das famílias pode ser resumida na seguinte afirmação: *aqui não há jovem que vai embora, só sai quando vai para a faculdade Aqui quando há necessidade de diaristas é pessoal do acampamento..*

Ainda que a posse legal da terra e a moradia que nela se instala, assim como a presença dos grupos de origem, de afinidade pela vizinhança e de parentesco, sejam fatores relevantes para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao assentamento, seja enquanto espaço físico seja enquanto espaço sócio-político, as incertezas com relação ao futuro dos jovens abala a continuidade da permanência das famílias no assentamento.

O reduzido tamanho do lote, tendo em vistas as circunstâncias edafoclimáticas, econômicas e tecnológicas em presença nessas regiões, exigiria, para que a terra gerasse renda suficiente para a melhoria da qualidade de vida e de trabalho da família a nível próximo do grupo doméstico (família unicelular ampliada pelos parentes, em particular filhos/as casados) que o desenvolvimento das forças produtivas, nela a cooperação, ocorresse de maneira gradativa e sistemática. E, mais, que diferentes formas de cooperação econômica entre as famílias, assim como uma maior inserção nos mercados, pudesse efetivamente ocorrer. Portanto, o tamanho do lote, enquanto espaço físico de produção agropecuária e ou extrativista capaz de garantir a manutenção crescente e sustentável das famílias, apresenta diversas exigências adicionais de organização, nível tecnológico, relações com o mercado, etc. cujo não atendimento torna-o inviabilizado em face dos objetivos a que se propõe.

Nas regiões sul e sudeste, na maioria dos casos estudados, essas exigências são atendidas pelas famílias dos produtores rurais. O cumprimento dessas exigências "implícitas" na áreas oficiais de reforma agrária deve-se sobretudo à origem histórica dessas famílias as quais, predominantemente, são filhos de pequenos produtores rurais que já desenvolviam essas práticas tecnológicas, econômicas e organizativas como rotinas no cotidiano do trabalho no campo.

3. Grupos sociais e identidades sociais

"... hoje nós temos que administrar a diversidade"

(Celso Anghinoni. Assentamento Pontal do Tigre, município de Querência do Norte, PR)

As interações sociais que as pessoas e as famílias de um determinado assentamento estabelecem entre si, assim como com diversas pessoas e famílias vivendo fora do assentamento, possibilitam-lhes estabelecer uma multiplicidade de tipos de identidades sociais. Essas identidades sociais são construídas na relação entre o indivíduo e a sociedade, e ocorre no processo de resocialização devido ao compartilhamento da vida cotidiana. Muitas dessas pessoas e famílias acabam por identificarem-se entre si em função das afinidades que supõem (subjatividade) existirem entre elas, num determinado plano social de suas vidas, seja este o econômico, o de parentesco, o religioso, o de vizinhança, o de lazer, etc. Tais identidades sociais, neste contexto, são consideradas como fenômenos sociais e, portanto, passíveis de observação.

As novas realidades que as pessoas e famílias vivenciam, em decorrência do processo social que lhes proporcionou uma nova posição social, a posse legítima da terra, serão por elas interiorizadas e lhes acarretarão, possivelmente, exigências de coerência entre as interiorizações anteriores e aquelas novas, estas devidas à resocialização.

Nos assentamentos formam-se ou reproduzem-se diversos grupos sociais. Esses grupos sociais oferecem, numa certa medida, estabilidade subjetiva às pessoas e às famílias que o constituem. Diversas dessas identidades sociais podem ser percebidas através das auto-representações que os indivíduos verbalizam como de pertencimento a um ou vários grupos sociais. Em outros casos são identidades sociais atribuídas por outrem a esses indivíduos.

No caso particular deste estudo o que procurei compreender foi como essa auto-representação é partilhado pelo grupo social e se ela tem função social para a realização dos objetivos do grupo (Siqueira e Souza Filho; 1997:75).

Três tipos de identidades sociais foram por mim observados como os de maior ocorrência nos assentamentos:

a identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente: estabelecida num longo processo histórico (mais de uma geração) de relações sociais onde as interações sociais face a face, entrecruzada por diversos planos sociais como parentesco, religião, sexualidade, vizinhança e outros, proporcionou condições objetivas e subjetivas para que tipificações recíprocas de hábitos de vida, e as institucionalizações delas resultantes reconhecidas socialmente, se consolidassem num padrão comum de comportamento social aceito pelos membros do grupo social;

a identidade social pela origem: esta expressa na verbalização dos trabalhadores rurais de que somos originários de uma mesma localidade, seja esta um povoado, um município ou mesmo uma região particular, e constitui-se, nas relações sociais com pessoas com pertencimento a grupos sociais com outra origem geográfica, em fator de coesão social. Foi constatada em todos os assentamentos estudados onde a população era predominante de outra localidade;

a identidade social pela política: quando grupos sociais afirmam e defendem um tipo de modelo de organização política e social dentro do assentamento e fazem dele o elemento subjetivo de sua identificação social com as outras pessoas assim como o objetivo social das suas ações. Nem sempre, todavia, a identidade social pela política restringe-se à identificação com um modelo de gestão do assentamento. Há casos em que a identificação pela política adquire caráter meramente instrumental tendo em vista, apenas, a obtenção de dividendos econômicos para as pessoas individualizadas pertencentes ao grupo social. Nesses casos, ainda que a identidade pela política defina uma parte dos objetivos da prática social do grupo essa identidade não exerce com intensidade a função social que proporcione coesão interna que dê ao grupo social a dimensão de um sujeito social.

Quando uma identidade social é assumida por um grupo social, no contexto dos assentamentos, reafirma-se, em outros grupos sociais, identidade social que os diferenciam desse grupo. Na minha opinião, essa particularidade da dinâmica social ocorre pelas contingências altamente politizadoras que a situação de assentamento de reforma agrária provoca (luta pela terra, conflito social, interação crítica com os organismos governamentais, presença dos sindicatos de trabalhadores rurais, de diversos movimentos sociais, de políticos locais e estaduais). Ao menos, durante o período de constituição de um assentamento, o que inclui a fase de ocupação de terras e a de acampamento, e que pode significar alguns anos, a tensão política é exacerbada exigindo, muitas vezes, das pessoas e famílias, posicionamentos políticos que elas, individualizadamente, não o desejariam assumir.

Em todas as entrevistas houve depoimentos com referências à presença de grupos sociais nos assentamentos, com diferentes tipos de identidade social, ainda que eu tenha apenas percebido, como os mais frequentes, os três tipos acima citados, tendo em vista que os demais aspectos sociais das identidades sociais, como o parentesco, a religião e a adesão partidária, por exemplo, não foram objeto deste estudo. Esses grupos sociais por mim percebidos foram reafirmados pelos membros identificados com um ou outro (s) grupo (s). Ressalto, com essa constatação, que os próprios trabalhadores rurais nos assentamentos de reforma agrária tem consciência do processo de agrupamento social e da heterogeneidade social.

Tive a preocupação de não enfatizar, nas entrevistas, as questões que dessem conta das relações sociais de parentesco e religiosas. Isso deveu-se mais à prudência do que pela ocorrência. Como as questões relacionadas com o parentesco e com a religiosidade exigiriam metodologia própria, portanto corpos teóricos pertinentes, e não sendo do meu conhecimento essas matérias, considerei melhor apenas anotar as referências sobre parentesco e religiosidade veiculadas pelos entrevistados sem ensaiar qualquer análise ou interpretação sobre a matéria. De qualquer maneira, devo esclarecer que sempre houve referências às relações de parentesco e às de religião, supondo eu, portanto, que essas dimensões tornam-se imprescindíveis para que possamos compreender melhor, em estudos subsequentes, as identidades sociais nos assentamentos.

A identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente apresentou-se de maneira mais frequente naqueles assentamentos nos quais as pessoas e as famílias já eram moradoras na fazenda desapropriada ou, em casos, viviam em povoados nos entornos dessa fazenda. Sua ocorrência é mais acentuada nas regiões norte, nordeste e

centro-oeste nas quais grande parte dos assentamentos tiveram como causa básica da sua constituição a luta dos arrendatários, parceiros, posseiros, quilombolas e ou agregados morando nas fazendas desapropriadas e ou adquiridas pelo INCRA (ou, em casos esporádicos, adquiridas pelos órgãos de terra dos governos estaduais).

Seria oportuno destacar, todavia, que essa identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente poderia compreender dois subtipos: a situacional ou circunstancial, onde essas redes de relações sociais são mais recentes (uma a duas gerações), como no caso de Buriticupu no Estado do Maranhão, e aquelas asituacionais ou atemporais nas quais a rede de relações sociais estabelecidas perdem-se no tempo, como em casos no município de Itaperucu Mirim, no Estado do Maranhão, no extremo sul da Bahia e mesmo no sertão semi-árido dos Estados do Ceará e do Sergipe. Para fins deste estudo, e devido ao tipo de informações coletadas, as referências a esses dois sub-tipos serão muito superficiais em decorrência da insuficiência das informações históricas coletadas, em particular sobre outros planos sociais como o do parentesco e o da religiosidade.

Na expressão identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente estou compreendendo muito mais do que as relações de afinidades estabelecidas pela situação de vizinhança entre moradores. Expressa, antes de tudo, um sistema social particular que as pessoas e famílias desses grupos sociais estão envolvidos. Significa as relações sociais de produção, os hábitos de trabalho, os valores sociais e morais, o parentesco, as tipificações estabelecidas nas inter-relações sociais e que estabelecem um padrão comum de comportamento, o sistema de representações, a religiosidade, a linguagem, os ritos, os mitos, enfim, o conjunto de institucionalizações compartilhadas pelo grupo como produto das socializações anteriores àquelas que se processará ou processou-se no assentamento.

Esses grupos sociais estavam submetidos a uma relação de subalternidade com o pretense proprietário da terra, tanto nas relações sociais de produção como nas demais dimensões da vida cotidiana. Essa relação de autoridade, ainda que não deixasse aflorar a existência civil dessas pessoas (conforme Martins) não conseguia impedir que, enquanto grupo social, se estabelecesse uma complexa rede de relações sociais através das quais diversos planos sociais superpostos se consolidassem.

Quando essa relação de subalternidade foi rompida, durante a luta pela posse da terra, e superada a sujeição a que estavam submetidas essas pessoas e famílias, necessariamente esses grupos sociais não se desintegraram. Muito pelo contrário, a liberdade sonhada e adquirida não pressupunha que seus padrões sociais de comportamento comum, enquanto grupo, fossem alterados. Mudou, isto sim, a sua posição social em decorrência da superação da subalternidade.

Em inúmeros assentamentos do país houve uma confluência de pessoas e famílias de várias localidades, tenham elas sido atraídas pelas lutas sociais que ali se desenvolviam ou tenham sido realocadas pelos organismos governamentais relacionados com a questão fundiária. Em muitos casos essas pessoas e famílias encontraram no local do assentamento outras pessoas e famílias com identidade social estabelecida por rede de relações sociais consolidadas historicamente. Portanto, no processo de constituição do assentamento, grupos sociais, ou apenas grupos de pessoas e de famílias, com padrões sociais de comportamento muito distintos entre si, encontraram-se numa interação social face a face independentes das suas vontades. Isso não significa necessariamente que esses grupos sociais ao interagirem socialmente tenham sido ou seriam desarticulados, e tendentes para um processo de homogeneização social simplesmente pelo fato de pertencerem agora a um mesmo assentamento.

Por outro lado, o fato de ter-se constituído naquela área um assentamento e, em diversos casos, com a presença de pessoas e famílias de outras regiões com padrões sociais de comportamento distintos, ali instaladas pelos organismos governamentais, também não significou necessariamente que o grupo social local e os demais recém chegados tenha sido desestruturados pela suposta miscigenação social no assentamento.

A socialização subsequente, pela interação social das pessoas e famílias dos diversos grupos sociais em presença, é que

proporcionará ou não a socialização e a construção de novas tipificações e, portanto, novas institucionalizações. Todavia, esse é um processo lento e gradativo, mesmo porque, conforme comentei anteriormente, nem todas as interiorizações efetuadas pelos indivíduos em face da nova realidade levam que ele se identifique com elas.

Eu tendo a supor que diversos grupos sociais que compunham parte das populações que constituíram os assentamentos por mim estudados no município de Itapecuru Mirim, no Estado do Maranhão, no sertão semi-árido dos Estados do Ceará e do Sergipe, no extremo sul da Bahia e nos municípios de Nioaque, Jardim e Guia Lopez da Laguna, em Mato Grosso do Sul apresentem características, mantidas as distinções históricas e sociais necessárias, similares àquelas comunidades camponesas corporativas definidas na tipologia de Wolf (1977: 28).

Ensejo destacar, ainda, que os graus de consolidação das identidades sociais por redes de relações sociais consolidadas historicamente nessas regiões são muito mais acentuados do que em outras situações sociais aonde o processo de desenvolvimento capitalista no campo induziu interações sociais que, senão as desfizeram pela resocialização que imprimiu, já as enfraqueceram consideravelmente.

A identidade social por origem foi observada em todos os assentamentos estudados. Isso indica, inicialmente, que a população dos assentamentos tem diferentes origens geográficas e, também, distintas inserções histórico-sociais.

Como identificação social por origem estou tentando dar conta daquelas pessoas e famílias que se agrupam, se auto-identificam e atuam como grupo social dentro do assentamento tendo como referência a localidade da qual procedem, seja o povoado, município ou região. Sem dúvida alguma que essas pessoas e famílias estabeleciam, naqueles locais de origem, alguma afinidade, dentro dos diversos planos sociais possíveis. Mas, em muitos casos observados, a auto-afirmação com relação à origem dava-se quando em contraposição a objetivos ou a formas de atuação de outros grupos sociais, em geral também auto-identificados como de origem distinta.

Tendo a supor que a identidade social pela origem é um processo de auto-representação de um grupo social cuja intensidade de explicitação é transitório e decorre da dúvida e do estranhamento que a heterogeneidade social e a nova realidade social do assentamento proporcionam. Possivelmente, outros planos sociais, vivenciados pelas pessoas e famílias desses grupos sociais com identidade social pela origem, lhes proporcionaram outros tipos de identidades sociais (múltiplas identificações sociais), as quais não se revelaram no momento das entrevistas.

Mesmo naqueles casos estudados em que o processo de interação social dentro do assentamento já tenha possibilitado estabelecer alguns novos padrões sociais comuns de compartilhamento perante a nova realidade social, como efetuarem aquisições de máquinas, plantios e criações em comum, ou pertencerem a uma mesma associação e ou cooperativa, verifiquei que essas formas de cooperação deram-se predominantemente entre os membros dos grupos sociais com identidade pela origem. Nesses casos, pareceu-me evidenciado que a confiança mútua possível sempre estava tendente a ocorrer com aquelas pessoas e famílias de mesma origem. Entre estranhos, a construção da confiança mútua é, deveras, bastante demorada, quase mesmo sem qualquer estimativa no tempo. Uma liderança do povoado Novo Horizonte, Assentamento Terra Bela, no município de Buriticupú - MA, quando indaguei sobre a afinidade que a vivência com outras famílias no povoado (32 famílias) lhe proporcionava, depois de 10 anos de assentamento, ele respondeu: *estamos chegando perto*.

Já a identidade social pela política supera parcialmente e contextualmente, no comportamento perante a nova realidade, a identidade social de origem, porém, não a identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente. Na identidade social pela política os objetivos instrumentais e, em casos específicos, os expressivos acabam por prevalecer no cotidiano da vida das pessoas sobre os de origem sem, contudo, negar ou apagar a identidade social por origem. Mesmo

quando as pessoas afirmam que se identificam com as propostas de organização social e econômica para o assentamento da CONCRAB, por exemplo, não deixam de ressaltar que são de determinada origem. Na maioria dos casos estudados, quando desejam utilizar referências para as práticas sociais, sejam de trabalho ou na moradia, que estão vivenciando citam as experiências vividas diretamente por eles próprios no seu local de origem (conhecimento adquirido) ou por seus parentes (em geral os pais).

Nos assentamentos estudados na região Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) a identidade social por origem e a pela política foram as mais observadas. No Mato Grosso do Sul, em decorrência da região em que realizei o estudo (municípios de Nioaque, Jardim e Guia Lopes da Laguna) os três tipos de identidade social foram constatados, em alguns casos de maneira sincrônica.

Há um outro aspecto social, agora relacionado com juízos de valor, que considero oportuno destacar. Refere-se à percepção que muitas pessoas e famílias entrevistadas explicitaram com relação ao padrão de comportamento social apresentado por diferentes categorias sociais de trabalhadores rurais. Denominei essas opiniões, por falta de melhor conceituação, de suposto perfil psicossocial dos trabalhadores rurais, segundo a opinião dos próprios trabalhadores rurais.

O meu interesse por tal assunto foi despertado quando das visitas que eu fiz no interior dos assentamentos (percorrido geral para ter uma visão de conjunto do assentamento), na coleta de informações para o estudo sobre formas de organização econômica (...) no primeiro semestre de 1998, e os meus acompanhantes trabalhadores rurais referiam-se aos moradores não apenas pelo seu nome próprio mas, também, pela categoria social (ou pela origem) em que estavam inseridos (ou provieram) antes do assentamento.

O aflorar das características desses supostos perfis psicossociais emergiram, também, quando os entrevistados faziam referências às experiências de trabalho de outras pessoas e as dificuldades/facilidades que encontravam para o exercício de certas atividades mais do que outras.

A partir dessa minha percepção preliminar, e confirmada em diversas conversas com trabalhadores rurais assentados em outras oportunidades, introduzi nas entrevistas algumas questões relacionadas com o tema. A surpresa minha aumentou quando percebi que todos os entrevistados tinham opinião sobre esse suposto perfil psicossocial dos demais trabalhadores rurais.

Notei, durante os depoimentos, que os entrevistados haviam formado juízos de valor sobre o modo de ser das pessoas cuja experiência de vida mais marcante originava-se da sua inserção anterior em algumas categorias sociais de trabalhadores rurais, comportamentos esses que os entrevistados julgavam ter reflexos, positivos e negativos, na participação nas diversas formas de associativismo desenvolvidos, na gestão do lote individual ou naquelas atividades consideradas como coletivas.

Eu suponho que esse juízos de valor desenvolveram-se no processo de interação social face a face entre as pessoas dessas diferentes categorias sociais, seja durante as conversas seja pela observação da prática social das demais pessoas. Esse intercâmbio de expressividades e objetivações pode ter gerado confronto entre padrões de comportamento, e vários significativos, de um e de outro, podem ter sido rejeitados, pelo menos durante um certo tempo.

À guisa de ilustração retirei dos meus apontamentos alguns dos traços básicos definidores desse suposto perfil psicossocial para as seguintes categorias sociais:

suposto perfil psicossocial dos trabalhadores rurais assalariados temporariamente (bóia-fria nas culturas da cana de açúcar, algodão, café, etc.):

só trabalha as horas marcadas

quando vai receber já sabe onde vai gastar

tem dificuldade para entender o longo prazo, como pagamento de máquinas, etc.

dificuldade de planejar a produção

investe pouco

vai para o barzinho todo o final de semana

não se mobiliza;

não sabem fazer rapadura, queijo, etc.

vendem rapidamente o lote

já morava na cidade

suposto perfil psicossocial do camponês do sul de tradição familiar como pequeno proprietário da rural:

mais ambicioso

trabalham toda a propriedade: plantam e criam em todo o lugar

faz todo o tipo de atividade caseira tipo agroindústria

montam comunidades e mantêm tradição camponesa

tem facilidade de debater coletivo, agrovila, etc. mas só entre eles

formam espécies de clãs (são fechados)

querem sempre comprar mais terras

suposto perfil psicossocial do arrendatário/parceiro nordestino:

pega a terra e faz a casa na frente do lote

faz roça pequena

difícilmente faz horta

não planta árvores

assim que pode traz todos os parentes

suposto perfil psicossocial do trabalhador rural assalariado na pecuária de corte no pantanal matogrossense (o pantaneiro):

pessoal mais nativo

só mexe com boi

cruzado com índio

dorme das 11 às 15 horas

tranquilo, não trabalha todo o dia

gosta de tomar tererê o dia inteiro

não come verduras

pouco organizado

extremamente individualista

Em diversas circunstâncias esses juízos de valor foram determinantes para a credibilidade entre as pessoas tendo em vista, por exemplo, a cooperação para compras de máquinas em comum, para a obtenção de crédito solidário, para o plantio de roças comunitárias, etc. Mesmo as relações de vizinhança eram afetadas por tais juízos.

Nas seções, a seguir, procuro apresentar alguns casos que permitem evidenciar, quase emblematicamente, os tipos de identidades sociais constatadas. Não apresento todos os casos estudados tendo em vista que, em certa medida, resultaria em repetição que não acrescentaria novas informações ao leitor.

3.1. A identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente

O Assentamento Diamante Negro, no município Vitória do Mearim, Estado do Maranhão apresenta-se hoje como constituído por dois grupos sociais com identidades sociais distintas: um grupo social de identidade social por rede de relações consolidadas historicamente, de aproximadamente 180 famílias, atualmente denominado como o "*peçoal dos fundos*" e um grupo social com identidade social pela política, de 88 famílias, denominado o "*peçoal da frente*" (ver nota de rodapé 8 do capítulo 1). Meu objetivo, neste momento, é ilustrar a identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente como no caso do "*peçoal dos fundos*". Apresento, antes, alguns elementos históricos para situar o caso em apreço.

A fazenda Diamante Negro foi ocupada em 30 de junho de 1989 por um grupo de famílias relacionadas politicamente com o MST. Nessa fazenda já moravam mais de 180 famílias, há mais de 30 anos, na situação de arrendatárias. As famílias que ocuparam a fazenda eram originárias do próprio município Vitória do Mearim. Essa ocupação só foi regularizada pelo INCRA em 1994.

As famílias que já moravam na fazenda ocupada viviam em 12 povoados, distantes uns dos outros por aproximadamente 1 a 3 km. Na atualidade, em consequência do crédito de habitação (liberado em 1996), esses povoados foram agrupados: passaram de 12 para 6. Predominam, nesses povoados e entre alguns deles, as relações de parentesco.

Quando ocorreu a ocupação da Fazenda Diamante Negro essas famílias deixaram de pagar a renda da terra e permaneceram como posseiras. Porém, inúmeras das famílias arrendatárias na Fazenda Jutai já não pagavam renda ao proprietário da terra há mais de 18 anos, em consequência das lutas desenvolvidas por elas sob a liderança do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Monções, segundo os depoimentos do pessoal de uma das atuais vilas ou povoados, anteriormente denominadas de centros, no caso Centro (hoje vila) dos Cordeiros.

É oportuno enfatizar que o "*peçoal dos fundos*" sempre esteve (e permanece) relacionado com os sindicatos de trabalhadores rurais. Já o "*peçoal da frente*", além de não se constituírem como parte dos ex arrendatários das fazendas

ocupadas, estão relacionados com o MST.

O "*peçoal da frente*" (frente para a rodovia), reside na Vila Diamante. Nesta Vila, as famílias de trabalhadores rurais relacionadas com o MST implantaram um Centro de Capacitação para todo o assentamento. Parte dessas 88 famílias, num total de 25 famílias, constituíram um grupo coletivo. Posteriormente criaram uma cooperativa com a idéia de juntar todas as famílias da Vila Diamante. Nessa oportunidade desfez-se o grupo coletivo. Posteriormente, diversas famílias deixaram a cooperativa e fundaram uma associação.

O "*peçoal dos fundos*" já havia criado uma associação congregando as 180 famílias. Tempos depois, em função de divisões internas, foram criadas mais 3 associações, permanecendo hoje, portanto, 4 associações.

O denominado "*peçoal da frente*", da Vila Diamante, exercia liderança em toda a região do entorno do município de Vitória do Mearim por terem sido os responsáveis pela primeira ocupação de terras naquela região, além de terem resistido na terra apesar das várias pressões sofridas.

Somente durante a luta de resistência na terra, após a ocupação das fazendas, é que o "*peçoal dos fundos*" e o "*peçoal da frente*" uniram-se efetivamente.

Há, entre a área onde hoje situa-se o "*peçoal da frente*" e aquela do "*peçoal dos fundos*", um lago de aproximadamente 3.000 há (com regime de águas sazonais cheia e seca, em função do regime de águas do rio Mearim) que contribuiu para a separação, agora física, entre os dois grupos sociais.

Esse lago é hoje um dos motivos de discórdia entre os dois grupos sociais. O "*peçoal dos fundos*" sempre morou à beira desse lago. Hoje, entretanto, esse lago é patrimônio que pertence ao conjunto das famílias assentadas. Porém, como houve equívocos na medição das terras, uma parte do "*peçoal dos fundos*" teve seus lotes parcialmente localizados dentro do lago, o que está exigindo a realocação dessas famílias em novos lotes.

Segundo os depoimentos de famílias do "*peçoal dos fundos*" a Associação por eles criada tem estado sob o domínio de uma só família, antiga moradora da localidade e ligada ao sindicato de trabalhadores rurais (ex delegados sindicais).

O "*peçoal dos fundos*" já vivia naqueles 12 povoados há mais de 30 anos. Esses povoados estavam próximos do rio Mearim (antiga frente da fazenda), sendo que os deslocamentos das pessoas davam-se ou por picadas pelo mato ou pelo rio. Mesmo depois da ocupação da terra, o estilo de vida daquelas famílias permaneceu igual àquele que vivenciavam quando estavam morando (terra de trabalho e de moradia) nos diversos Centros (forma como o proprietário "dispunha" geograficamente as famílias aparentadas entre si tendo em vista o uso da terra arrendada) agrupadas em 4 a 5 famílias unidas pelo parentesco.

O atual Povoado ou Vila Água Branca, onde hoje moram 30 famílias, está constituído por famílias pertencentes a apenas dois troncos familiares. Antes de 1977 moravam em diversos Centros. Essas pessoas e famílias, assim como nos demais antigos Centros, e atuais povoados do "*peçoal dos fundos*", desenvolverem no cotidiano de suas vidas padrões comuns de comportamento social onde diversas institucionalizações, produtos das longas interações sociais face a face que permitiram tipificações recíprocas de ações habituais, foram sendo estabelecidas e, portanto, definindo para eles mesmos "um mundo social" próprio. O significado dessas instituições do "*peçoal dos fundos*" é inacessível ao "*peçoal da frente*" e vice-versa, ao menos até que uma vivência comum proporcione condições sociais para que novas tipificações recíprocas de hábitos sejam estabelecidas.

Esses "mundo sociais" próprios incorporaram vivências e, depois, memórias de luta sociais (no caso relacionadas com o pagamento da renda da terra) muito anteriores àquela representada pela ocupação da fazenda realizada em 1989. O atual Povoado dos Cordeiros, antigo Centro dos Cordeiros (então Fazenda Jutaí), há 20 anos atrás, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monções já havia desencadeado lutas sociais, e obtido êxito, para o não pagamento da renda da terra. Dessa época (final da década de setenta) até a ocupação da terra pelo "*peçoal da frente*", essas famílias não pagavam mais a renda da terra e permaneciam como posseiras. Portanto, essas famílias já possuíam terra para produzir e a sua luta recente pela terra tinha mais o aspecto moral (reconhecimento do que já era deles de fato) do que econômico, este representado pela redistribuição da terra que motivara o "*peçoal da frente*".

As diferenças de concepções e práticas sociais com relação ao mundo real entre esses dois grupos sociais com identidades sociais distintas entre eles podem ser reafirmadas quando, seja por inadvertência ou seja intencionalidade, os organismos governamentais e ou os movimentos sociais insistam na formação de uma unidade interna a partir de motivos ou razões externas, como no caso a tentativa frustrada de criar-se uma única associação econômica entre as pessoas e famílias do Assentamento Diamante Negro. Ademais, mesmo a indução para o desenvolvimento de formas de cooperação na produção (grupos coletivos, semi-coletivos, uso em comum de terras, etc.) deveria ter levado em conta as fortes diferenças nos padrões de comportamento social entre grupos sociais distintos, de maneira que as novas interações sociais face a face que sejam estabelecidas entre os dois grupos sociais (ou mais grupos, dependendo das circunstâncias) levem em consideração a existência dessas diferenças históricas e sociais.

A dificuldade maior que os organismos governamentais e os movimentos sociais enfrentam nessas circunstância advém da própria incapacidade, por um lado, e da falta de vontade política, por outro lado, das pessoas dessas organizações "de fora" em perceberem que num assentamento, enquanto espaço onde plasma-se uma nova organização social, podem ocorrer interações sociais entre pessoas ou famílias de diferentes grupos sociais sem que necessariamente haja identidade social entre essas pessoas e famílias ou entre os grupos sociais com os quais sintam-se identificadas.

A constituição do assentamento significa uma transição, como já comentado anteriormente, na vida das pessoas e famílias quando estas passam, então, a experimentar uma nova realidade. Os indivíduos irão interiorizar a nova realidade, mas em vez de fazer dela a sua realidade, a utilizarão com especiais finalidades, executando nela certos papéis (Berger e Luckman; 1977: 227). A interiorização da nova realidade pelos indivíduos, no processo da resocialização induzido pela nova situação denominada de assentamento, não significará que eles identificar-se-ão com ela.

Os grupos sociais com identidade social estabelecida a partir da rede de relações sociais consolidadas historicamente foram percebidos por mim em diversos assentamentos estudados. Em cada um deles, entretanto, esses grupos sociais afloraram, no contexto do assentamento, com particularidades, não apenas em decorrência do contexto histórico-social em que foram sendo constituídos mas, suponho, pela forma como foram estabelecidas as novas interações sociais na realidade do assentamento, as quais proporcionaram condições objetivas para que as diferenças subjetivas entre eles fossem explicitadas.

A referência, a seguir, a alguns casos desse tipo de identidade social contribuirão para ilustrar essas idéias.

No Assentamento Vitória, cuja área situa-se parte no município de Itatira e parte no de Canindé, sertão do Estado do Ceará, percebi a presença de dois grupos sociais por eles auto-denominados de "*o peçoal de Cachoeira Cercada*" e "*o peçoal da Fazenda Vitória*". O grupo social de Cachoeira Cercada estava constituído por 26 famílias, e o grupo da Fazenda Vitória por 52 famílias. As pessoas e famílias desses dois grupos sociais constituíam a totalidade das famílias desse assentamento.

Esses dois grupos sociais apresentam histórias que na maioria dos seus planos sociais são próximas uma das outras e que, em momentos decisivos como o da luta pela terra, foram compartilhados. Mesmo assim, as diferenças tornaram-se tais que há, na atualidade, separação física entre eles, ainda que vivendo dentro do mesmo assentamento. Listo, a seguir, algumas informações históricas que evidenciam as circunstâncias sociais passadas (antes do assentamento) que os aproximavam socialmente:

eram todos arrendatários/posseiros das três fazendas vizinhas (Cachoeira Cercada, Mato Grosso e Bandeira Velha) que hoje constituem, juntas, o Assentamento Vitória;

todas as famílias são antigos moradores dessas fazendas. O mais antigo morador informou que seu pai e tios chegaram naquela área em 1927;

compartilharam das lutas pela posse da terra nessas fazendas, e nas duas outras (Mato Grosso e Bandeira Velha), durante seis anos seguidos (1979 a 1985);

de 1983 a 85, período de maior intensidade dos conflitos, segundo depoimento, *houve momento em que não podíamos trabalhar sozinhos: juntava 30-40 para trabalhar na roça de cada um como segurança, se fosse uns poucos corria o risco de não voltar; os capangas andavam armados com rifles e revólveres, o povo andava com machado, foice, etc.; quando ia prá roça ia a família toda; vizinhos diziam vocês vão morrer quase tudo. Mas não temos para onde ir. Polícia era pelos donos; fazendeiro abria buraco na cerca para o gado invadir área dos moradores, fazendeiro pôs fogo, queimou tudo, mas reconstruímos, passamos 9 anos com medo;*

nessa luta social pela posse da terra essas famílias tiveram o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itatira, CE;

a imissão de posse efetivou-se em dezembro de 1987;

seus estilos de vida eram (são) extremamente semelhantes, inclusive a terra é de posse coletiva, não foi parcela, e combinam-se atividades particulares de cada famílias (pequena extensão de terra) com atividades denominadas comunitárias e ou coletivas. Porém, as atividades coletivas que tenham sido praticadas conjuntamente pelos dois grupos sociais, a partir de 1987, foram logo em seguida, menos de um ano e meio depois, separadas. Os dois grupos sociais continuam a praticar roças e criatórios comunitários ou coletivos, porém, separados uns dos outros;

foi estabelecida, em 1988, por um acordo entre os dois grupos sociais, uma linha divisória, denominada de "estaca zero", que delimitou os espaços físicos para o uso do solo por cada um dos dois grupos sociais. Na expressão local dizem *"pessoal daqui não passa prá lá e vice-versa, isso para trabalhar"*.

em maio de 1988 foi fundada a Associação dos Assentados da Fazenda Vitória tendo como filiados todos as famílias do assentamento;

essa filiação perdurou por menos de dois anos. Os dois grupos separaram-se. Em Cachoeira Cercada foi criada uma nova associação (Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Cachoeira Cercada) e depois uma cooperativa. A antiga associação ficou restrita ao *"pessoal da Fazenda Vitória"*. Este grupo social também criou uma cooperativa.

Durante as entrevistas efetuadas no final de 1998 eu ouvi inúmeras evasivas com relação aos motivos dessa separação após o convívio, aparentemente cordial, durante tantos anos. E nos dias que passei nesse assentamento não me foi possível encontrar evidências convincentes nos depoimentos. Ouvi e anotei diversos juízos de valor de um grupo sobre o outro, todos eles de natureza pejorativa. A única informação que pude obter de maior consistência relacionou-se com a prática da agricultura coletiva (ou melhor, todos trabalharem juntos), entre todos os membros dos dois grupos sociais, logo após a conquista da terra. Esse coletivo era administrado pela Associação dos Assentados da Fazenda Vitória.

Essa prática de *"todos trabalharem juntos e cultivarem a mesma terra"*, segundo os depoimentos, teve início por volta de 1983 quando a luta pela terra acirrou-se e as famílias tinham medo de ir para a roça sozinhas. É oportuno ressaltar que no semi-árido nordestino o uso de terras em comum para algumas atividades, em geral pastos ou plantio de forrageiras, é

prática usual. O diferente nesse caso em apreço foi que essa prática estendeu-se para todas as roças e criações, e entre dois grupos sociais que mantinham relativa distância social entre eles.

Após o término das hostilidades, os dois grupos ensaiaram, ainda, manter esse compartilhamento das terras e do trabalho. Não deu certo. O argumento, do pessoal de Cachoeira Cercada, foi de que a área escolhida para o plantio coletivo era longe de lá (7 km.) e não tinham carro para ir e voltar. O pessoal da Fazenda Vitória afirmou: *eles querem o carro da Associação para vir para o coletivo, mas quem paga o óleo?* Bem, essa foi a única razão demonstrada pelos dois grupos sociais para a separação.

A minha suposição para esse distanciamento social e, mesmo, o desdém demonstrado mutuamente entre os dois grupos sociais está relacionada com o parentesco enquanto valor (Woortmann, 1994:92) e que me pareceu ser fundamental para a identidade do grupo social de Cachoeira Cercada. Isso não exclui a existência de parentesco dentro do grupo social da Fazenda Vitória. Entretanto, nos depoimentos das pessoas e famílias da Fazenda Vitória, esse plano social foi enfatizado apenas uma vez quando um entrevistado declarou que *"aqui quase todo mundo é parente. 70% são da família Castro. Eu não sou, mas muita gente é."*

Diferentemente, nas entrevistas realizadas com as pessoas e famílias de Cachoeira Cercada sempre havia afirmações que insistiam no parentesco. Essa relação social era, para esse grupo social, uma institucionalização reconhecida por todos. Numa das entrevistas estavam presentes mais de 15 pessoas (--- foram chegando aos poucos) e num certo momento um deles começou a definir as relações de parentesco entre todos os presentes com as seguintes expressões: *"eu sou casado com a irmã dele; ele é casado com minha prima; aquele é meu tio, o outro ali meu sogro; aqueles dois são meus irmãos; aquela mulher acolá é casada com um outro meu irmão"* etc.

Em suma, em relação *"ao pessoal de Cachoeira Cercada"*, tem-se que:

essas 26 famílias mantém entre si relações de parentesco e hoje estão ligadas a dois troncos familiares, denominados "os Laurindo" e "os gados";

descendem de 3 famílias, moradoras na área em apreço (Fazenda Cachoeira Cercada) desde de 1946;

a ocupação da Fazenda Cachoeira Cercada começa por volta do ano 1946, pois ela era considerada, ao menos a parte ocupada à época, como "fundo de terras ou sobra de terras"

com a morte do dono da fazenda, o procurador dos novos donos mudaram as regras do arrendamento, induzindo a conflitos sociais;

O sentimento de pertencimento à área Cachoeira Cercada é assim expresso : *"todos nascemos e fomos criados aqui. A terra é alta e boa. Tudo o que sofremos foi aqui."*

Eu suponho que em alguns dos casos observadas as diferenças entre os grupos sociais apenas afloraram quando constituiu-se o assentamento. Essas diferenças estavam latentes e socialmente camufladas, seja pelas rotinas sociais do cotidiano da vida no período da sujeição ao dono da terra, situação essa que não demandavam novas interações sociais, seja, diversamente em outra situação, quando devido às exigências objetivas e imediatas de solidariedade perante o conflito social. Nessas duas situações históricas, no meu entendimento, as diferenças entre esses dois grupos sociais convivendo numa mesma área não afloraram.

O desdém com que um grupo social trata o outro é assim expresso: as pessoas da Fazenda Vitória dizem que o pessoal de

Cachoeira Cercada é "*tudo uma família só e vivem que nem bichos; eles sempre foram de lá, nós daqui; lá parece que não é terra prá morar gente, nas reuniões eles ficam de costas; hoje Cachoeira Cercada não é mais da comunidade da Fazenda Vitória.*" Já as pessoas de Cachoeira Cercada consideram que o "*peçoal de lá era muito medroso; a nossa luta começou primeiro que a de lá; eles fizeram a associação e queria que o peçoal mudasse para lá.*"

Um outro caso que posso destacar à guisa de exemplo do tipo de identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente, diria do subtipo "asituacional", são os grupos sociais de alguns povoados (total de 8) do Assentamento Entroncamento, município de Itapecurú Mirim, Estado do Maranhão. Esse assentamento foi implantado em 1991, e foi constituído por 312 famílias. Uma parte, quase a metade, das pessoas e famílias que ali vivem são remanescentes de quilombos. Seus ascendentes já viviam naquela área há mais de 100 anos.

Um dos povoados estudados foi o povoado da Felipe. A pessoa entrevistada desse povoado, dona Nilza Nascimento dos Santos, 57 anos, é descendente da família mais antiga desse povoado cuja origem "*perde-se no tempo*". Ela estima em aproximadamente 200 anos (pelas contas que fez em relação às idades de nascimento e morte dos pais, avós e tataravós) pois esse povoado, quando sua tataravó era viva, denominava-se de Barriguda, depois Morro da Felipa e hoje Felipa (Felipa era o nome da tataravó de dona Nilza).

No povoado da Felipa todas as pessoas são ligadas entre si por laços de parentesco. E todas as atividades lá realizadas, desde o processo produtivo até aquelas relacionadas com a moradia, incluindo festividades, lazer, as comemorações dos ciclos das culturas, etc., são mediadas simbolicamente pela religião.

As práticas do mutirão e troca de dias de serviços, usuais nesse povoado, são mediadas por valores como a solidariedade entre as famílias, moral e economicamente aceitas como indispensáveis: são atividades impregnadas por valores religiosos e de parentesco. Como as práticas agrícolas e de criatórios reproduziam as técnicas tradicionais, sem inovações tecnológicas e com débil relação com o mercado, inclusive o financeiro, as reuniões do povoado eram apenas de cunho religioso (Carvalho, 1998: 79)

Esse povoado, como um dentre 8 dentro do Assentamento Entroncamento, vivenciava a sua existência cotidiana com características muito próximas da comunidade camponesa corporativa (Wolf). A interação social entre as famílias desses povoados é mediada, também, por práticas comunitárias religiosas e profanas, e muito imbricadas entre si: as missas, rezas, ladainhas, festa de São Benedito, festa do Divino, festa de São Sebastião, o tambor de crioula e a dança do côco.

A relação social entre os diversos povoados sempre foi muito tênue. Contemporaneamente, essa relação social tornou-se mais intensa em decorrência dos movimentos sociais pela identidade do negro. A Associação constituída nesse assentamento serve apenas como mediação instrumental entre as necessidades materiais dos povoados e as políticas públicas. As possibilidades de unidade social entre as pessoas e famílias desses povoados, se já existente ou se for obtida, passará por outros planos sociais que não o econômico.

Nos assentamentos estudados no extremo sul da Bahia, no município de Buriticupú, Estado do Maranhão, nos municípios de Canindé, Itatira e de Caucaía no Estado do Ceará e aqueles nos municípios de Nioaque, Jardim e Guia Lopez da Laguna, no Estado do Mato Grosso do Sul, a identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente é frequente.

Esses grupos sociais assim identificados encontram diversas dificuldades de convívio com outros grupos sociais, com tipos de identidade social distintas, em geral com aqueles grupos sociais identificados socialmente pela política. Como são

moradores na área em que se deu o processo de luta pela terra e, depois, a desapropriação da terra, a garantia legal de um lote de terra, mesmo que muitas vezes sob posse coletiva, representa para essas pessoas e famílias, objetiva e subjetivamente, a libertação da sujeição que vivenciaram durante muitos anos (conforme comentamos no capítulo 1). Portanto, alcançaram o objetivo pessoal e moral a que se propunham.

Sem dúvida que novos objetivos instrumentais e expressivos são e serão constantemente definidos. Mas, em função do curto período de existência desses assentamentos (em média de 8 a 10 anos), os "objetivos de uma vida", principalmente para as gerações mais velhas, estavam concentrados na superação da sujeição e na obtenção da posse legal da terra.

As demandas das gerações mais jovens por melhor qualidade de vida, assim como as exigências econômicas de incorporação de novas tecnologias e de inserção dos produtos do assentamento nos mercados mais amplos que o local, pressionam, certamente, para que os comportamentos sociais com relação ao Estado e aos mercados sejam modificados, promovendo alterações nas formas de organização econômica e social dos assentamentos. Esses processos de mudanças influenciaram os objetivos das pessoas e famílias dos trabalhadores rurais nos assentamentos.

A dúvida, e a conseqüente tensão emocional, em que essas pessoas vão sendo colocadas no processo de resocialização nas novas interações sociais no assentamento, seja por pressão de outros grupos sociais, seja pelos organismos governamentais e dos movimentos sociais, para que se organizem, inovem tecnologicamente, estabeleçam relações intensas com o mercado, obtenham créditos, introduzam novos elementos de linguagem, de cálculos econômicos, etc., gera situações de conservação crítica das interiorizações anteriores (Berger e Luchman, 1977: 198) podendo ou não desconfirmar a realidade subjetiva dessas pessoas.

A dúvida necessita ser superada para que uma nova estabilidade psicossocial seja encontrada, o que significará a possibilidade da realidade subjetiva de cada um ser transformada nos novos processos sociais (resocialização) que estão sendo vivenciados na nova realidade do cotidiano, agora do assentamento. Esse processo é mais longo do que supõem as organizações burocráticas, tanto dos governos como dos movimentos sociais, que acabam por tornarem-se nos assentamentos, conscientes ou não, no pessoal responsável pela plausibilidade da resocialização. Para que isso se desse seria necessário que as pessoas e famílias dos diversos grupos sociais identificassem-se com esse pessoal (socializante) que tenho denominado como "de fora".

As relações entre as pessoas e famílias dos assentamentos com o pessoal dos organismos governamentais é meramente instrumental e efêmera, não desenvolvendo entre eles vínculos sociais mais duradouros. Com os grupos sociais identificados socialmente pela política as possibilidades seriam maiores tendo em vista que essa resocialização dar-se-ia na interação social face a face entre as pessoas e famílias desses grupos sociais em presença. Todavia, os casos estudados evidenciam que essas interações sociais entre grupos com identidades sociais distintas tem encontrado dificuldades nas interações sociais porque, suponho, tem havido uma expectativa muito elevada na obtenção de resultados da resocialização, capaz de construir novas tipificações recíprocas de hábitos e as institucionalizações correspondentes, como se este processo social fosse similar, temporal e subjetivamente, àqueles de caráter instrumental e de resultados plenamente mensuráveis tipo juntar um grupo de pessoas para construir uma barragem ou para a construção de uma cerca.

O caso do Assentamento Diamante Negro, no município de Vitória do Mearim, já comentado anteriormente neste capítulo, ilustra, também, como um grupo social (conhecido no assentamento como o "*pessoal da frente*" ou da Vila Diamante) de identidade social pela política apresentou dificuldades quase insuperável de relacionamento com o "*pessoal dos fundos*", grupo social cuja identidade social deu-se por rede de relações sociais consolidadas historicamente, mesmo que ambos os grupos tenham sido constituídos por (ex) trabalhadores rurais sem terra e tenham vivenciado histórias similares de sujeição ao pagamento da renda da terra.

Entre "*o pessoal dos fundos*" do assentamento Diamante Negro no município de Vitória do Mearim- MA, o grupo social de Cachoeira Cercada, Assentamento Vitória, município de Canindé - CE assim como outros grupos sociais cuja identidade social foi estabelecida por rede de relações consolidadas historicamente, como aqueles dos assentamentos no extremo sul da Bahia e no sudoeste de Mato Grosso do Sul e o grupo social do povoado da Felipa, Assentamento Entrocamento, município de Itapecurú Mirim - MA, há uma diferença de grau de consolidação dessas rede de relações sociais consolidadas historicamente, refletindo-se na maior ou menor intensidade e velocidade que se dará o novo processo de resocialização.

Devo supor, ainda que fuja do escopo deste estudo, que o parentesco tenha um papel fundamental no grau de consolidação e de coesão social dessa rede de relações sociais consolidadas historicamente e que é tema indispensável de ser aprofundado para a compreensão da identidade social desses grupos sociais.

3.2. A identidade social pela origem

Pude observar uma tendência entre as pessoas e famílias que participam da luta pela terra em deslocarem-se de seus locais de origem em grupos de pessoas e ou famílias, estas mantendo entre si ou não algum grau de parentesco. Nos processos de ocupação de terras essa tendência é mais acentuada tendo em vista que, de maneira geral, as pessoas e famílias que se deslocam para a ocupação ou o assentamento tem algum respaldo logístico de amigos, vizinhos ou parentes que permaneceram nos seus locais de origem.

Possivelmente, em decorrência dessa "forma de saída da origem" e "de chegada no acampamento e ou no assentamento", ou seja, em grupos de pessoas e famílias que se aproximam uma das outras a partir de afinidades subjetivas que desenvolvem entre elas (vizinhos ou conhecidos no local de origem, contatos na estrada, no caminhão, na vizinhança de barracas no acampamento, etc.), porque oriundas de uma mesma localidade, essas pessoas e famílias foram gradativamente agrupando-se pela origem e desenvolveram nessa prática não uma identidade social mas sim afinidades conjunturais em função de objetivos bem determinados. Por outro lado, há uma preferência das coordenações dos acampamentos em agrupar as pessoas e famílias por origem, emulando assim essa interação social entre pessoas e famílias da mesma origem no sentido de constituírem um grupo social.

Em todos os assentamentos estudados constatei grupos sociais com identidade social pela origem. Em alguns casos observei que mesmo quando as pessoas e as famílias do grupo social verbalizaram a sua auto-representação com elementos que me induziram a perceber um tipo de identidade social, as conversas (entrevistas) com outras pessoas do grupo social com a qual identificavam-se acabavam por revelar alguns outros elementos, não dominantes na verbalização durante as entrevistas, relacionados com parentesco.

No capítulo 2, anterior, apesar de referir-me à posse legal da terra como base da nova sociabilização, comentei sobre a presença do que denominei de sentimento de pertencimento a uma localidade, no contexto social criado pelo assentamento. Entretanto, em vários assentamentos pude observar que as pessoas e famílias mesmo que provenientes de localidades onde vivenciaram o processo de sujeição pela renda da terra, o sofrimento do trabalho nas condições mais adversas de produção e a ausência de existência civil, ainda mantinham o sentimento de pertencimento àquela localidade.

Nesse sentido é que o sentimento de pertencimento a uma localidade está presente nas pessoas, em maior ou menor grau de intensidade, que se deslocaram para a área dos assentamentos.

A minha hipótese sobre a identidade social por origem, que possa ser percebida em diversos grupos sociais nos

assentamentos, é que essa identidade social é desenvolvida ou explicitada quando as pessoas e famílias de um determinado grupo social, cuja origem geográfica é comum, estabelecem interação social com outros grupos sociais de origens geográficas distintas das deles e percebem que há diferenças entre eles, tanto no padrão de comportamento no cotidiano perante a nova realidade social quanto em função de interesses pragmáticos conflitantes.

A identidade social pela origem, diferentemente daquela por rede de relações sociais consolidadas historicamente ou aquela pela política, desenvolve-se em circunstâncias particulares. Portanto, é uma identidade social cuja função social tem caráter transitório ou efêmero e que responde às necessidades de afirmação de grupos de pessoas (não necessariamente grupos sociais) numa situação social dada: o assentamento. Todavia, o sentimento de pertencimento a uma determinada localidade ou área geográfica perdura nas pessoas, mesmo que o grupo social tenha sido desagregado.

Num dos assentamentos estudados a identidade social pela origem ficou muito bem caracterizada. Poderia afirmar que ela apresenta-se como emblemática desse tipo de identidade social, conforme descrição a seguir.

A área hoje correspondente ao Assentamento Pontal do Tigre, no município de Querência do Norte, noroeste do Estado do Paraná, foi ocupada em junho de 1986, sendo que a imissão na posse deu-se em outubro de 1996.

Foi possível identificar dois períodos na história desse assentamento: de 1986 a 1993, caracterizado pelo individualismo das pessoas e famílias e pelo conflito interno entre grupos sociais; de 1994 até a época da entrevista, dezembro de 1998, o desenvolvimento da cooperação entre as pessoas e famílias, a consolidação econômica e social do assentamento e a criação de diversas formas de associativismo envolvendo grupos de produção com predomínio das atividades de produção individualizadas, grupos semi-coletivos, núcleos de produção até a constituição de uma das mais bem sucedidas cooperativas de produção e serviços (CPS), de âmbito regional, entre os assentamentos do Estado do Paraná (ver Carvalho, 1998: 62).

O Assentamento na Fazenda Pontal do Tigre deu-se de maneira bastante tumultuada por diversos motivos, entre os quais destaque: essa fazenda já estava desapropriada quando ocorreu a ocupação da terra, sendo que de 1986 até 1996 continuou a chegar novos contingentes de famílias; foi a primeira fazenda da região noroeste do Estado do Paraná a ser ocupada, tendo havido forte resistência dos fazendeiros da região; o prefeito do município de Querência do Norte, assim como vários políticos do Estado imiscuíram-se na seleção das famílias que iriam ser assentadas; o primeiro grupo a ocupar a terra era vinculado ao MST que apenas iniciava suas atividades na luta pela terra no Estado.

Os trabalhadores rurais sem terra que ocuparam a fazenda Pontal do Tigre apresentavam as seguintes características;

categorias sociais:

filhos de pequenos produtores rurais;

trabalhadores rurais assalariados temporários (bóia-fria);

arrendatários;

pequenos produtores rurais que haviam perdido a terra;

trabalhadores assalariados em serviços diversos (serventes de pedreiros, marceneiros, etc.)

origens

de vários municípios do Estado do Paraná

de vários Estados do Brasil.

confissões religiosas:

Deus é Amor

Adventista

Católico

Luteranos

Assembléia de Deus

Igreja Universal do Reino de Deus

número de famílias

atuais: 336

em 1996 chegou a 600 famílias, cujo excedente fez novas ocupações de terras (nota: hoje no Município de Querência do Norte existem 8 assentamentos e 11 acampamentos)

Quando essas pessoas e famílias (aproximadamente 314 famílias) chegaram na área da fazenda Pontal do Tigre estavam agrupadas em 5 grupos com origens geográficas bem definidas e sob lideranças políticas diversas. Esses grupos estavam assim constituídos, segundo a auto-denominação assumidas pelos próprios trabalhadores rurais:

grupo de Castro (município de Castro, PR), com 42 famílias e próximos ao MST;

grupo de Reserva (município de Reserva, PR), com 75 famílias e próximos ao MST. Esse grupo já havia efetuado ocupação de terra no município de Matelândia - PR mas tiveram que desocupar a área por ter sido considerada produtiva;

grupo de Capanema (município de Capanema, PR), com 75 famílias e sob a influência de ex governador do Estado do Paraná e deputados estaduais daquele município;

grupo de Amaporã (município de Amaporã, PR), com 35 famílias e mais próximos da CPT e da igreja católica do município de Paranavaí, PR;

grupo de arrendatários, 87 famílias, que moravam há 5 anos na fazenda Pontal do Tigre, compostos por trabalhadores rurais nordestinos e próximos, politicamente, do então prefeito do município de Querência do Norte. Esses arrendatários plantavam exclusivamente algodão, pois não podiam plantar qualquer outro vegetal, nem alface, como informou um entrevistado, dado a relação social de produção em que se inseriam.

Esses grupos foram se instalando em locais distintos da fazenda Pontal do Tigre, pois a terra ainda não estava parcelada, o que ocorreria 10 anos depois (imissão na posse deu-se em outubro de 1996 e a ocupação em 1986). Cada grupo, conforme os depoimentos, criou para si, independentes uns dos outros, uma estrutura comunitária formada pela escola, igrejas e lugar para as festividades. A tendência, até 1995, foi a de consolidar vários povoados, cada um deles com um grupo de pessoas e famílias de mesma origem. Cada grupo fazia as suas reivindicações de forma isolada um do outro.

Esse processo de individualização dos grupos manteve-se até 1989 quando, então, começaram a ocorrer problemas que afetavam a todos os assentados (problemas considerados como comuns aos grupos) e esses grupos necessitaram

reunirem-se para tomar decisões. Nesse processo de debates e decisões para a ação as diferenças afloraram. Esse embate durou de 1989 até 1994/95.

De 1986, época da ocupação, até 1996, época da imissão na posse, o assentamento "*inchou de gente; todos esses grupos incharam de parentes*": passou de 314 famílias em 1986 para 600 famílias em 1996 (permaneceram 336 famílias após a imissão na posse). Esse aumento do número de famílias deveu-se, segundo os entrevistados, a vários filhos de assentados que casaram e permaneceram no assentamento e, principalmente, pela vinda de parentes das famílias ali assentadas.

Os assuntos básicos que provocaram as desavenças entre os grupos foram, segundo as declarações dos entrevistados:

o gado do fazendeiro no assentamento (considerado o estopim do racha entre os grupos);

a utilização da casa sede da fazenda;

as ameaças de despejo;

eleições municipais e

o desacordo entre o INCRA-PR e o pessoal ligado ao MST com relação ao número de famílias que seriam efetivamente assentadas na fazenda Pontal do Tigre.

A questão denominada "*o gado do fazendeiro*" resumia-se em dois pontos: os fazendeiros da região para pressionarem os trabalhadores rurais sem terra soltavam o gado sobre as plantações dos diversos grupos; os dois grupos sob orientação do MST (grupo de Castro e grupo de Reserva) achavam que se deveria matar o gado, e os outros três grupos apresentavam restrições a essa proposta.

Segundo os depoimentos, o grupo mais ligado à igreja católica (grupo de Amaporã) achava que essa iniciativa (matar o gado) seria pecado, etc. Os dois outros grupos (Capanema e locais) iam indagar do prefeito e do delegado de polícia se podiam matar o gado. Essa polêmica e as ações de abate do gado duraram de 1989 até 1991, quando praticamente todo o gado já havia sido abatido.

De acordo com os depoimentos, a denominada "*questão do gado*" contribuiu inicialmente para a explosão das contradições e o isolamento entre os grupos, porém, como o conflito social com os fazendeiros da região estava acentuado, as divergências entre os grupos foram diminuindo em função de um novo objetivo comum: enfrentar os fazendeiros. Consideraram os entrevistados que a "*questão do gado*" contribuiu contraditoriamente para que as divergências e, depois, para que a união entre os grupos se desenvolvesse (união essa que só iria concretizar-se a partir de 1995).

Antes de continuar as informações sobre o caso em apreço, creio ser interessante ressaltar que os grupos de pessoas e famílias com origens diferentes somente começaram a assumir uma identidade social pela origem quando encontraram-se efetivamente numa nova realidade, no caso a do assentamento, e quando os confrontos de idéias entre os grupos acirraram-se. Esses 5 grupos, até então agregado de pessoas e famílias, passaram a comportarem-se como grupos sociais quando o grupo passou a ter uma função social e objetivos delimitados para todos os seus membros, quando, inclusive, começaram a auto-identificar-se socialmente pela origem na construção dos seus povoados dentro do assentamento e tiveram que defender posições político-ideológicas como grupo social nas reuniões com o demais grupos sociais, como naquelas relacionadas com a "*questão do gado*" (e outras que serão comentadas a seguir).

Esses grupos sociais, no entanto, mantinham outras identidades sociais, em outros planos sociais, como, por exemplo, com

outros grupos de pessoas que indiretamente lhe deram apoio na ocupação e nos embates que se seguiram, como o MST, a igreja católica (CPT), os políticos, a nível do Estado, com interesses regionais, o prefeito e as demais forças políticas locais, etc. Eu poderia afirmar que a identidade social pela origem apresentou-se como aquela com maior presença social em decorrências das circunstâncias histórico-sociais, como a do assentamento. Mas, tudo leva a crer que as pessoas e famílias possuíam uma multiplicidade de identidades sociais em outros planos sociais das suas vidas que não se revelaram para mim durante as entrevistas, mas que a sua vinculação, por exemplo, com a CPT (grupo de Amaporã) ou com o MST (grupos de Castro e de Reserva) poderiam indicar.

Suponho, portanto, que a hipótese que aventei no início desta seção 3.2, ou seja, que a identidade social pela origem é desenvolvida e aflora socialmente quando as pessoas e famílias de um determinado grupo social, cuja origem geográfica é comum, estabelecem interação social com outros grupos sociais de origens geográficas distintas e percebem que há diferenças entre eles, seja no padrão de comportamento no cotidiano da nova realidade social seja em função de interesses pragmáticos conflitantes.

Se a hipótese acima confirma-se poderia supor, também, que a identidade social pela origem é circunstancial e efêmera. Esse tipo de identidade social, entretanto, e referindo-me apenas aos casos estudados nos assentamentos, tem considerável importância subjetiva para as pessoas e famílias que, num determinado momento de suas vidas encontram-se numa nova realidade em que as novas interações sociais face a face dar-se-ão predominantemente com estranhos. Nesse contexto, as pessoas e famílias de um grupo de mesma origem, ainda que muitas vezes desconhecidos entre si, geram subjetivamente um "nós" que se afirma perante os outros.

Numa outra perspectiva eu poderia supor que os grupos de Castro e de Reserva, com maior relações com o MST, poder-se-iam classificar como do tipo identidade social pela política. Entretanto, entrevistando pessoas desses grupos pude constatar que a origem teve, ao menos no período 1986 a 1995, um peso relativo muito alto. Mesmo nos dias em que as entrevistas foram realizadas (final de dezembro de 1998) quando indagava sobre essa identidade pela origem, pessoas mais politizadas e próximas ao MST afirmavam: *hoje nós somos do Pontal do Tigre, esta é a localidade que adotamos e queremos aqui construir nossas vidas como famílias. É assim que nós de Castro* (grifo do autor-HMC) *nos sentimos ...*

Um outro ponto de desavença que paradoxalmente contribuiu para a união relativa entre os grupos sociais foi a destinação da casa sede da antiga fazenda. Como era uma benfeitoria disputada pelos diferentes grupos sociais, foi convocada uma assembléia geral (1992) de todas as famílias moradoras (ainda não oficialmente assentadas) para debater o tema. Nessa assembléia deliberou-se por desmontar todas as benfeitorias da sede da fazenda e distribuir equitativamente os materiais resultantes da demolição entre os grupos. Essa assembléia geral só foi possível, conforme os depoimentos, porque os grupos haviam obtido êxito nas lutas relacionadas com a "*questão do gado*".

As tentativas de despejo foram um outro motivo das desavenças entre os grupos sociais. Naquela oportunidade (1992) os diversos grupos sociais, ainda que dialogando, estavam afastados uns dos outros e reafirmando a sua identidade social de origem. Nos episódios denominados "*tentativas de despejo*" os diversos grupos sociais recorreram aos seus apoios políticos anteriores, aos seus aliados, aumentando, assim, as divergências internas.

Segundo os depoimentos nas entrevistas, a maior parte dos aliados desses diversos grupos sociais não deu o respaldo pretendido com relação aos despejos. A tendência política mais presente no assentamento tornou-se o MST, o qual passou a aglutinar mais pessoas e famílias em torno das suas posições de luta.

Todavia, nesse ano de 1992, ocorreram as eleições municipais, e esse evento contribuiu para acirrar as diferenças entre os grupos sociais com identidade social pela origem dentro do assentamento. Houve acentuada divisão política. Assim,

segundo os depoimentos, todas as conquistas políticas favoráveis à unidade entre os cinco grupos sociais dentro do assentamento, como aquelas obtidas na "*questão do gado*", no encaminhamento da sede da fazenda e no enfrentamento das tentativas de despejo, foram praticamente anuladas.

Em 1993 é lançada uma proposta de reunificação entre os grupos sociais a partir de ações pragmáticas: criar uma escola de boa qualidade para todo o assentamento, permitindo a integração das crianças, e realizar uma melhor distribuição das terras (recordar que a imissão de posse dar-se-ia somente em 1996). Essas propostas conseguiram a adesão de grande números de pessoas e famílias de diversos grupos sociais.

Entretanto, de acordo com os relatos, o início efetivo da consolidação da unidade entre os diversos grupos sociais deu-se a partir de dois episódios:

em 1995, a construção de um centro comunitário para romper com a tendência da consolidação dos cinco povoados a partir dos grupos sociais com identidade social pela origem. Essa proposta tornou-se hegemônica, inclusive quando foi conseguido um ônibus para recolher e devolver as crianças que frequentariam a escola no centro comunitário;

em 1996, antes da imissão na posse, houve um confronto entre os trabalhadores rurais sem terra morando no assentamento e o INCRA, em função do número de famílias que seriam assentadas. Como as idéias e propostas dos trabalhadores rurais venceram (assentar 336 famílias em módulos de 30 has), contrária àquela do INCRA (assentar 600 famílias em módulos de 12 has), este aliado aos prefeitos, EMATER, sindicatos, etc., consolidou-se a unidade interna. Isto porque as propostas dos trabalhadores rurais sem terra haviam sido debatidas em assembléia geral e todos os coordenadores dos grupos sociais haviam concordado com ela. Os trabalhadores rurais sem terra excedentes da fazenda Pontal do Tigre ocupariam outra fazenda, com o apoio da famílias que iriam ser assentadas naquela fazenda.

A partir de 1996 os trabalhadores rurais que foram assentados decidiram que todas as reivindicações seriam encaminhadas conjuntamente. De acordo com as declarações, os grupos sociais começaram a "*se afinarem pelas idéias e não pela origem; aumentou o entrosamento entre os grupos; quebrou-se a individualidade dos grupos; superaram também as negociações individuais; os cinco grupos ainda se identificam mas há vários consórcios entre eles; quando há questões polêmicas não se juntam mais os grupos 1, 2 ou 3 mas pessoas que pensam da mesma forma de diversos grupos; hoje nós temos que administrar a diversidade.*"

Talvez, ainda que citado nas entrevistas mas pouco enfatizado com o processo de construção da unidade entre grupos sociais com identidade social pela origem, é que as pessoas e famílias, ainda que tenham passado muitas necessidades durante os cinco primeiros anos na terra ocupada, começaram, a partir daí, a gradativamente melhorarem as suas condições de vida e de trabalho. Na atualidade, relativamente aos outros assentamentos do país, apresentam alto padrão de vida.

Após 9 anos (1986 a 1995) de desconfianças e desavenças entre os cinco distintos grupos sociais, as 336 famílias dos trabalhadores rurais sem terra do Assentamento Pontal do Tigre puderam iniciar a construção de um processo de organização econômica e social que vem se tornando, segundo lideranças de vários assentamentos no país, referência no Estado do Paraná e nacional.

Em todos os assentamentos estudados há referências às origens das pessoas e das famílias assentadas, tendo em vista que as áreas oficiais de reforma agrária, o assentamento, conforme comentamos no capítulo 1, podem ser consideradas como uma encruzilhada social onde as pessoas e as famílias, na maioria das vezes, provenientes dos mais distintos locais do país encerram uma fase das suas vidas onde o nomadismo geográfico e social é senão encerrado ao menos minimizado. Mesmo que essas pessoas cheguem ao acampamento ou ao assentamento em grupos de pessoas cuja origem geográfica é a mesma, isso não significa necessariamente que esses grupos de pessoas constituam-se em grupos sociais e, nem muito menos, que haja entre as pessoas e famílias neles agrupadas algum tipo de identidade social.

3.3. A identidade social pela política

O assentamento de reforma agrária, conforme aventei anteriormente, quando da sua constituição, apresenta-se com um certo artificialismo social, tendo em vista que grupos de pessoas e famílias são transferidas de diversas localidades de um Estado ou mesmo do país para uma outra localidade, agora denominada de assentamento, e nela deverão constituir uma organização econômica, política, social e ambiental nova. Ora, essa construção de uma nova realidade social, que se oculta sob a expressão genérica de assentamento, evidentemente no âmbito da sociedade brasileira, proporciona condições para que organizações governamentais e movimentos sociais proponham novas formas de organização da produção, de apropriação da terra, de cooperação entre as pessoas e famílias, entre tantas outras hipóteses de sugestões possíveis, enfim, que se insinuem "modelos" de sistema social para as pessoas e famílias que ali irão, supostamente, reconstruir suas vidas, agora numa nova posição social na sociedade.

Não é de estranhar a existência dessa pressão direta ou disfarçada, de fora para dentro do assentamento, para que novos sistemas sociais aconteçam e, neles, novas relações com a terra, tendo em vista que, na maioria dos casos no país, as áreas oficiais de reforma agrária tem sido, direta ou indiretamente, produto de conflitos sociais onde estão sempre presentes, e em confronto, distintas concepções de apropriação da terra e do exercício da sua função social.

Por outro lado, como há alocação de recursos financeiros governamentais para que o assentamento possa concretizar-se (desde a desapropriação/aquisição da terra até os financiamentos para a produção), gera-se ideologicamente uma expectativa, ora implícita ora explícita, de que "*esses assentamentos deverão dar certo*", ou seja, que se consiga resultados econômicos e sociais supostamente compatíveis com os gastos sociais necessários para que tal redistribuição da terra acontecesse. Portanto, não é inusitado que as pessoas e famílias de trabalhadores rurais sem terra, que terminarão por usufruir diretamente dessas áreas rurais "conquistadas" ou "reformadas", sofram pressões de fora para dentro e, mesmo, internamente pelos seus pares, para a incorporação de idéias capazes de construir "um mundo diferente".

Essa tem sido uma tradição no Brasil e nas diversas experiências de reforma agrária implantados em diversos países no mundo: desenvolver e implantar modelos de reforma agrária, neles implícito novas formas de apropriação da terra, de gestão dos assentamentos, de formas de cooperação entre as pessoas e famílias de trabalhadores rurais assentados, de relações com os mercados, etc. Na maioria das vezes a iniciativa de proposição e de implantação desses modelos de assentamentos, no âmbito de uma concepção geral de reforma agrária, tem partido dos organismos governamentais relacionados com o tema. No Brasil, na década de 60 e 70, houve um esforço considerável por parte dos organismos governamentais relacionados com a questão fundiária (INIC, SUPRA, IBRA e, depois, INCRA) de elaborarem, e ensaiarem implantar, modelos diversificados de organização econômica e social dos assentamentos.

Paralelamente a essas iniciativas governamentais, diversas organizações da sociedade civil como partidos políticos, movimentos sociais, instituições religiosas, institutos de pesquisa e ação social, etc. desenvolveram propostas e ensaiaram a sua implantação nos assentamentos de reforma agrária em diversas regiões do país. No entanto, essas iniciativas acabaram perdendo força e tendeu-se, mais recentemente, para três alternativas de modelos de assentamento:

a alternativa dominante, a partir dos organismos governamentais (com exceção do Estado do Ceará), é a do parcelamento da terra, a posse legal da terra e a criação de uma ou mais associações, por assentamento, que representem os interesses dos trabalhadores rurais assentados perante o Estado e o mercado;

uma proposta alternativa a essa é o Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, proposto pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda - CONCRAB (Concrab, 1997) vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que preconiza como forma básica o agrupamento das famílias de trabalhadores rurais assentados em núcleos de produção (10 a 20 famílias cada núcleo) e, a partir daí, a constituição de diversas formas de cooperação entre as pessoas e famílias desses núcleos de produção que vão desde formas de cooperação coletivistas até

a cooperativa de produção e prestação de serviços regionais;

as reservas extrativistas, sistema que contempla formas alternativas de posse e uso da terra e da água em áreas de preservação ambiental.

É nos contextos anteriores, expressos sumariamente nas três alternativas de modelos de assentamentos, que o tipo de identidade social pela política aflora. Esta identidade social ocorre quando pessoas e famílias compartilham de uma proposta política de (no caso) gestão do assentamento, identificam-se com ela e fazem dela objetivo social do grupo perante os demais grupos sociais existentes no assentamento.

Em diversos casos estudados constatei que apesar das pessoas identificarem-se com pertencendo a um grupo social identificado pela política, essa auto-identificação significava para elas apenas uma forma de acesso aos benefícios individuais que tal identidade social lhe poderia proporcionar. Essa identidade social realimentava (interdependência funcional) tenuamente o grupo social, no sentido de dar-lhe coesão interna, desempenhando, portanto, uma função social muito precária para a concretização desses objetivos se comparada com aquela função desempenhada pelo projeto político de grupos sociais que se propunham a implantar um modelo de gestão dos assentamentos. Porém, essa auto-representação compartilhada pelos demais membros do grupo, não atuava na coesão interna do grupo. A coesão interna dos grupos sociais era extremamente débil, reconhecida por eles mesmos.

Em outras circunstâncias, como no caso do campesinato que produz e mora em sítios próximos a povoados tradicionalmente estabelecidos, a identidade social pela política seria uma entre diversas outras identidades sociais possíveis de serem assumidas pelas pessoas. Seria mais uma das diversas auto-representações que as pessoas fazem de si mesmo para demonstrar, nas interações sociais num coletivo social, o seu pertencimento a um ou a diversos grupos sociais constituídos a partir de identidades sociais distintas entre si.

No caso dos assentamentos, onde o conflito social e a luta política interna exacerba as exigências sociais de explicitação das auto-representações e do pertencimento a um ou outro grupo social, a identidade social pela política torna-se, no conjunto dos planos sociais vivenciados por cada pessoa, uma exigência nas interações sociais face a face no cotidiano da vida.

Sem dúvida alguma que os planos sociais como o do parentesco, da religião e das afinidades pela origem entrecruzam-se com aquele da política, seja esta como concepção da gestão do assentamento seja como obtenção de benefícios econômicos imediatos. Eu diria que nas circunstâncias de um assentamento oriundo do conflito social esses planos sociais são racionalmente articulados, sendo que subjetivamente as interiorizações decorrentes da relação com o mundo, num determinado plano social, ensaia legitimar as demais. Porém, na verbalização das pessoas entrevistadas, nesse caso, o plano social do político predomina sobre os outros sempre que está presente no assentamento um grupo social com identidade social pela política e, portanto, as divergências políticas internas se acirram.

Como a concepção de reforma agrária dominante reproduz as idéias dominantes, aquelas pessoas e famílias que não se vinculam a qualquer um dos movimentos sociais contestatórios ao modelo dominante de reforma agrária, nele o de assentamento, tendem a reproduzirem no assentamento as concepções pessoais de apropriação e de uso da terra cuja referência é a apropriação e uso da terra dominante. Reafirmam, por motivos os mais diversos (conforme cap. 2, anterior), o modelo dominante.

As pessoas e famílias vinculadas ao MST, ou a movimentos sociais correlatos, ao assumirem politicamente uma concepção sua de como deveria ser constituído, organizado e gerido um assentamento de reforma agrária, concepção essa que se diferencia muito da concepção dominante ou oficial, acabam por entrar em divergência com os defensores da concepção dominante, sejam indiretamente os organismos governamentais, federal e estaduais, que tratam da questão fundiária no

país, sejam diretamente com os seus pares que aceitam e reproduzem a concepção dominante, a nível do assentamento.

No caso apresentado como ilustração na seção 3.2, acima, considero que os grupos sociais de Castro e o de Reserva, com identidade social pela origem, ao mesmo tempo que assumiam esse tipo de identidade social, dadas as circunstâncias que geraram as divergências internas no período 1986 até 1995, assumiam também a identidade social pela política pois, dentre os cinco grupos sociais, esses dois acima referidos eram os que tinham identidade com o projeto político de gestão dos assentamentos proposto pela CONCRAB.

De acordo com os depoimentos durante as entrevistas, o processo de construção da unidade entre os cinco grupos sociais do Assentamento Pontal do Tigre, tendeu para um modelo misto de gestão do assentamento, ainda que sob a hegemonia do projeto político dos grupos sociais de Castro e de Reserva, vinculados ao MST. Essa menção a um modelo misto deve-se ao fato de que somente parte da proposta original foi aceita pelo coletivo social, como, por exemplo, a constituição dos núcleos de produção, a criação da cooperativa de prestação de serviços, a superação dos grupos sociais identificados pela origem, etc. Manteve-se o parcelamento dos lotes, mas as prioridades das linhas de produção são definidas coletivamente, ainda que a implantação dê-se de maneira individualizada, etc.

Já no caso do Assentamento Guarany Bom lugar, no município de Canindé, Estado do Ceará, já referido no capítulo 1, anterior, os dois grupos sociais por mim identificados acabaram por desentenderem-se, inicialmente, em função da pressão a favor da organização coletivista do assentamento exercida pelo "*pessoal de Itatira*". Esse grupo social, como os de Castro e de Reserva, acima citados, apresentava-se com identidade social em dois planos sociais: a identidade pela origem, identidade essa atribuída pelo "*pessoal local*", e auto-representação com identidade social pela política. Este último tipo de identidade social só foi gradativamente sendo reconhecida pelo "*pessoal local*" quando o "*pessoal de Itatira*" induziu e conseguiu implantar uma proposta de gestão coletiva do assentamento, logo no início da constituição do assentamento.

Todas as pessoas e famílias hoje no Assentamento Guarany Bom Lugar vivenciaram estilos de vida muito semelhantes: eram parceiros ou arrendatários em terras de terceiros no sertão do Ceará. Entretanto, durante a interação social que iria se dar entre o "*pessoal local*" e o "*pessoal de Itatira*", a identidade pela origem do "*pessoal de Itatira*" teve menor importância do que a identidade social pela política, esta assumida pelo "*pessoal de Itatira*" ao defenderem, perante os demais, a coletivização da terra e do trabalho. Esse foi o motivo central, segundo os depoimentos, do debilitamento das relações sociais entre os dois grupos sociais.

É oportuno notar que o "*pessoal local*" não se apresentava identificado como grupo social, tendo em vista que muitos entre eles mal se conheciam quando vieram para o assentamento (constituído em 1994). Porém, como houve um forte choque de idéias sobre a gestão do assentamento, entre o "*pessoal de Itatira*" e o "*pessoal local*", estes acabaram por se identificarem entre si, não com uma identidade social própria anterior às desavenças mas por descobrirem entre si idéias comuns e contrária às "dos outros" ("*pessoal de Itatira*").

Nos primeiros anos de vida do assentamento, em função da maior experiência política do pessoal de Itatira, acabou sendo implantado o processo de produção coletiva. Mas as discordâncias permaneceram, e "*aí viram que não podia ser desse jeito*" (a partir de 1995). Terminou a pressão pelo coletivo. Desse processo de lutas de idéias resultaram as normas de convivência (1997) do Assentamento Guarany Bom Lugar, cujos dizeres da capa eu reproduzi no capítulo 2, anterior. O "*pessoal de Itatira*" cedeu, no campo das idéias, para o "*pessoal local*". Hoje, reproduz-se no assentamento as práticas tradicionais locais de produção assim como de apropriação da terra. Na atualidade, o "*pessoal de Itatira*" mantém a identidade social pela origem atribuída pelo "*pessoal local*". A identidade social pela política do "*pessoal de Itatira*" perdeu a função social para a realização dos objetivos do grupo, estes estabelecidos quando da sua transferência do acampamento, no município de Itatira, para o local do assentamento, no município de Canindé, ao aceitarem gradativamente o convívio social interno e cederem nas suas posições políticas para aquelas do "*pessoal local*".

Conforme comentei no início desta seção 3.3, há algumas diferenciações no processo social e na auto-representação verbalizada pelas pessoas na constituição de grupos sociais com identidade social pela política. Essas diferenciações, ou sub-tipos de identidade social pela política, eu denominei de graus de coesão interna dos grupos sociais com identidade social pela política. Sem dúvida alguma que a noção de graus de coesão interna poderia ser aplicada a qualquer um dos tipos de identidade social referidos neste estudo, mas foi neste tipo de identidade social que essa questão aflorou de maneira mais explícita.

Um caso que permitiria ilustrar as percepções acima comentadas do subtipo de identidade social pela política como forma de acesso aos benefícios refere-se ao Assentamento Capão Bonito I, no município de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul. Neste assentamento identifiquei dois grupos sociais, assim denominados: "*o pessoal do lado de lá*" e o "*o pessoal do lado de cá*" (evidentemente, o lado depende do interlocutor). O que distinguia os lados, no entanto, era a aproximação com um dos dois sindicatos de trabalhadores rurais que mobilizaram as pessoas e famílias na luta pela terra e que atuavam na mediação para o acesso às políticas públicas. Esses sindicatos eram: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Inácio e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sidrolândia.

A maioria das pessoas e famílias de trabalhadores rurais sem terra (no caso, arrendatários, parceiros e trabalhadores assalariados - "*peões de fazenda*") que foram assentados (132 famílias) veio para aquela área por influência política e social desses sindicatos de trabalhadores rurais. Esse assentamento foi produto da ocupação da fazenda pelos trabalhadores rurais sem terra, os quais permaneceram acampados (*debaixo da lona*) por um ano e meio. A área foi parcelada. A imissão na posse ocorreu em 1991.

Nesse assentamento houve muitas desistências, por parte dos assentados. Segundo os depoimentos, quase 60% dos que entraram em 1991 já deixaram o assentamento. Houve muita rotação de famílias nos lotes, sendo que em muitos deles *já passou por mais de quatro donos*. O parentesco entre as famílias é muito reduzido.

Foi constituída a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Capão Bonito I, porém, por divergências internas, a participação é bastante reduzida. A direção dessa associação é disputada pelos dois grupos, os quais apresentam chapas distintas nas eleições. Segundo os entrevistados, há muita divergência entre as direções dos dois sindicatos de trabalhadores rurais que exercem influência no assentamento. Essas divergências internas desestruturaram a Associação.

Os dois grupos sociais presentes no Assentamento já mantinham relações políticas com os seus respectivos sindicatos. *Já se conheciam, tinham liderança entre eles. O pessoal novo é de ambos os lados.*

Segundo os depoimentos, "*o problema maior é o individualismo*"; "*não há união interna*"; "*muita desconfiança*"; "*parentesco muito pouco*", ainda que possam ser identificados dois grupos: "*os do lado de lá*" e os "*do lado de cá*". A "*turma do outro lado, vieram de Sto. Inácio, era outro sindicato, o de Sto. Inácio, não se misturam. Do lado de lá são 53 famílias, do lado de cá os outros (79 famílias - HMC). Esse povo do lado de lá, pessoal da outra parte, já se conheciam, tinham outra liderança. Pessoal daqui outra liderança*". No caso do depoimento em apreço, o "*lado de cá*" é aquele ligado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sidrolândia.

Além do "*o pessoal do lado de lá*" e o "*o pessoal do lado de cá*", há outra diferenciação interna: os "*velhos*" e os "*novos*" assentados. Como nesse assentamento houve muita venda de lotes desde a sua constituição (1991), são considerados "*os velhos*" aqueles que fazem parte dos grupos de trabalhadores rurais sem terra que permaneceram na terra desde a imissão na posse (1991). Os "*novos*" são aquelas pessoas e famílias que adquiriram lotes dos "*velhos*" ou de outros "*novos*".

Articulada com essa identidade pela política permanece relativamente explícita a identidade pela origem, mais acentuada naquelas pessoas e famílias que estavam relacionadas com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sidrolândia. Neste caso as pessoas e famílias são todas originárias desse município. Essa identidade pela origem é menos marcante, enquanto auto-representação, naquelas pessoas e famílias que vieram por influência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Inácio, porque, neste caso, as origens eram diluídas por três municípios: Santo Inácio, Itaquaruçú e Nova Andradina.

Em ambos os grupos sociais a identidade pela origem não sobrepuja a identidade pela política. Uma das hipóteses pode estar relacionada com as categorias sociais a que pertenceram as pessoas e famílias hoje moradores nesse Assentamento. Nenhum deles é filho ou descendente de pequeno produtor rural proprietário da terra, são todos arrendatários, parceiros e assalariados rurais. A possibilidade de identidade social pela rede de relações sociais consolidadas historicamente, entre os membros desses dois grupos sociais é mais remota, pois como enfatizado por um entrevistado, "*a gente vivia perambulado por aí como pode*". Poderia supor, então, que a maioria, senão todos, era de pessoas e famílias estranhas entre si quando da constituição do assentamento.

Não houve entre os dois grupos sociais divergências quanto ao modelo de gestão do assentamento: ambos incorporaram as concepções dominantes, estas expressas, no caso, no parcelamento da terra, individualismo exacerbado entre as famílias, associação uma para cada grupo social e nível de desenvolvimento das forças produtivas similar àquele que praticavam anteriormente ao assentamento.

A identidade social pela política foi construída durante as divergências entre as lideranças dos dois sindicatos de trabalhadores rurais. A opção por um ou por outro sindicato pelos trabalhadores rurais sem terra foi relacionada não a uma postura política mas à origem desses trabalhadores. Ambos os sindicatos praticavam os mesmos papéis: mediação entre as necessidades imediatas dos trabalhadores rurais assentados e a obtenção dos produtos das políticas públicas.

3.4 . Vizinhança e afinidades

"... cada qual cuida do que é seu. Cada um tem sua natureza" (José Cardoso Lisboa, povoado Baixão do Copo Cheio, Assentamento Lagoa Azul, Buritucupú, MA)

Pude perceber em diversos assentamentos estudados que as circunstâncias como o assentamento foi constituído, assim como o reduzido período em que essas pessoas estranhas entre si conviveram socialmente, tem contribuído ora positiva ora negativamente para que as interações sociais de reciprocidade (as sucessivas socializações secundárias) pudessem estabelecer a mútua identificação de hábitos de vida entre elas de maneira a que gerassem tipificações e institucionalizações necessárias para o estabelecimento de um padrão comum de comportamento social e, portanto, desenvolver rotinas sociais comuns entre eles na vida cotidiana.

Em muitas dos casos estudados foram as relações sociais de afinidades com vizinhos, amigos ou parentes, afinidades essas desenvolvidas no convívio do cotidiano, que proporcionaram novas identificações sociais, como ilustrarei, mais adiante, com os casos do extremo sul da Bahia. Em outras circunstâncias, o processo de localização física dos lotes no assentamento, a constituição de povoados (município de Buritucupú, MA) e o forte individualismo reinante não proporcionaram contextos sociais nos quais as interações sociais de reciprocidade pudessem estabelecer mútuas identificações de hábitos, e se aconteceram eles não foram, para essas pessoas e famílias, considerados como importantes. Em muitos destes casos, apesar de vizinhos fisicamente não o são socialmente.

Essas últimas circunstâncias, acima assinaladas, vem de encontro à hipótese que estabeleci em estudo anterior, conforme a

Introdução neste documento, que nos assentamentos de reforma agrária predomina o comportamento individualista das famílias dos trabalhadores rurais com relação à gestão do assentamento, à forma de apropriação da terra, ao processo produtivo amplo senso, incluindo a comercialização, e às relações com os organismos governamentais mediadores das políticas públicas.

Como ilustração das circunstâncias que proporcionaram baixa coesão social no assentamento comento os casos do Assentamento Terra Bela, município de Buriticupú, MA e o Assentamento Retirada da Laguna, no município Guia Lopez da Laguna, MS.

Nos 14 povoados que foram sendo constituídos no assentamento Terra Bela, ainda que a maioria das pessoas e famílias de trabalhadores rurais tenham compartilhado diversos anos de lutas pela terra, na consolidação dos seus locais de trabalho e moradia, houve um processo de individualismo intenso, restando nesses povoados apenas resquícios, via parentesco, de grupos sociais cujas pessoas mantinham identidade social pela rede de relações sociais consolidadas historicamente, porém, como acima referido, suponho que com baixo grau de consolidação.

Na maioria dos povoados do assentamento Terra Bela as famílias eram de mesma origem. Mesmo assim, elas não se mantiveram coesas por tal motivo. Por exemplo, no povoado Novo Horizonte (32 famílias), obtive o seguinte depoimento: *"a união aqui é só através de reunião; a união é através da igreja; aqui a gente se encontra quando tem missa, de 3 em 3 meses. Aqui não é o caso de parentesco; a identidade é com o povoado; no povoado não há o costume de mutirão, cada qual por si. Isso é pelo costume, não é pela desunião. Lá onde meu pai morava havia a tradição do mutirão. Aqui, porque todo mundo entrou estranho, não dá.. Já estamos chegando perto."* Em outro depoimento afirmaram: *"falta reunião da associação geral (do assentamento -HMC), cada povoado vai ficando independente. A reunião da Associação do Vale do Buriti (povoado Novo Horizonte – HMC) era de 2 em 2 meses; pelo lado da comunidade o pessoal não vem."*

Essa tendência ao individualismo é confirmada, também, por liderança do povoado Lagoa da Areia (12 famílias), pertencente à fazenda Lagoa Azul, um outro assentamento, mas contíguo ao Assentamento Terra Bela, quando acentua: *"aqui não se reúne, pessoal desunido. Não são parentes. São os mesmo da ocupação. Depois do acampamento separaram em grupos. Achavam que viria mais benefícios."*

No povoado Baixão do Copo Cheio, do Assentamento Lagoa Azul, o entrevistado afirmou que *"somos os invasores velhos, mais da metade é novo, não é da invasão. Muitos saíram porque queriam fazer negócio. Os que entraram vão ficar, são bons, querem trabalhar, estão produzindo. Cada qual cuida do que é seu; cada um tem sua natureza. Aqui não tem hábito do mutirão. Nunca tivemos condição de pedir dinheiro para a casa de farinha comunitária. Quando pagava renda tinha ajuda mútua porque o interesse era reduzir a cerca entre as lavouras. Aqui não foi feito porque tudo é longe."* Esse mesmo entrevistado comentou sobre o que significava para ele *"os moradores velhos"* e os *"moradores novos"*: *"os moradores velhos são boas pessoas; os moradores novos há os que são boas pessoas"*. Quando solicitei que explicasse o que seria boa pessoa, afirmou: *"nunca se encrenca, trabalhador, negocia sério, mostra o caminho do que deve ser"*. E quando indagado o que seria *"os que não são bons"*, respondeu: *"teve novo que chegou e queria empurrar os velhos, mas os velhos a gente nunca abandona"*.

Já no assentamento Retirada da Laguna, município Guia Lopez da Laguna, Mato Grosso do Sul, as circunstâncias foram distintas mais o individualismo desenvolveu-se de maneira similar.

Os primeiros anos da constituição desse assentamento, em função da grande número de famílias que abandonaram os lotes, pouco ou nada contribuíram para o desenvolvimento de um tecido social mais denso, ainda que as pessoas e famílias que para lá foram deslocadas possivelmente possuíssem entre si, em função do contexto em que viviam, senão identidade

sociais por rede de relações sociais consolidadas historicamente ao menos identidade pela origem.

As pessoas e famílias que constituíram o Assentamento Retirada da Laguna (1984) eram agricultores/moradores na Ilha Grande, no rio Paraná, e foram reassentados em função da inundação da ilha com o fechamento das comportas da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipú. Vieram para esse local por escolha própria, 70 famílias de ilhéus, do total das 89 famílias assentadas.

Hoje (janeiro de 1999) o Assentamento Retirada da Laguna tem 90 famílias assentadas, sendo que dos ilhéus que foram transferidos para esse Assentamento permaneceram apenas 30 famílias.

A venda dos lotes do assentamento pelos ilhéus, por falta de adaptação ao local, começou logo após a constituição desse assentamento. E as novas pessoas e famílias de trabalhadores rurais sem terra que foram adquirindo a posse dos lotes tinham origem e experiências de vida muito diferentes daquelas dos ilhéus: enquanto estes eram pequenos proprietários rurais e pescadores os que vieram depois deles eram trabalhadores rurais sem terra com tradição de trabalho nas fazendas de criação de gado em Mato Grosso do Sul, ou sejam, peões, capatazes ou trabalhadores rurais assalariados (ver os supostos perfis psicossociais comentados no início do cap. 3).

Hoje, no Assentamento Retirada da Laguna, 90% das atividades concentram-se na pecuária bovina de corte e na de leite. Ainda que tenha sido criada uma cooperativa para o processamento e comercialização do leite, em 1996, essa ação de cooperação econômica não reduziu o individualismo dentro do assentamento, conforme afirma o Presidente dessa Cooperativa (história de vida de pequeno produtor rural): *"o pessoal daqui só se reúne quando se convoca reunião. A convivência é boa, mas é difícil trabalhar com o pessoal. No começo, quando o pessoal estava mais apertado, todos iam para a reunião. Quando começou a melhorar fica menos organizado. O pessoal que entrou depois da gente tem tradição de pecuária, tem o jeito deles. Só 15% é capaz de administrar alguma coisa."*

Nesse assentamento percebi, também, uma diferenciação entre os *"pioneiros"* (os ilhéus) e os *"terceiros"* (aqueles que adquiriram os lotes dos ilhéus que se retiraram). Poder-se-ia supor que entre os *"pioneiros"* (hoje 30 famílias), que segundo um deles *"sempre puxa à frente tentando fazer as coisas certas"*, ter-se-ia constituído um grupo social com identidade social definida, possivelmente pela origem. Entretanto, como o individualismo é acentuado, as relações sociais no assentamento restringem-se à vizinhança, mesmo entre *"os pioneiros"*. Ainda assim, conforme os depoimentos, como muitas das famílias tem residência na cidade (próxima ao assentamento), as afinidades entre elas são poucas, ainda que haja mais confiança mútua entre elas do que com aquelas dos *"novos"*.

Nem sempre, todavia, o individualismo é reafirmado na dinâmica da consolidação dos assentamentos. Em alguns casos estudados, a seguir apresentados como ilustração, as *"ajudas externas"* aliadas aos padrões comuns de comportamento anteriormente estabelecidos pelos trabalhadores rurais, tem contribuído para que os trabalhadores rurais assentados encontrem novos caminhos de cooperação além daqueles que usualmente vivenciaram. Reforçam, muitas vezes, as relações de vizinhança estabelecidas assim como outras afinidades e identidades sociais já consolidadas e, a partir delas trilham novos rumos de interação social que proporcionem oportunidades de afloramento de novas formas de cooperação.

Conforme explicitarei na Introdução, uma das hipóteses adotadas em estudo anterior (Carvalho, 1998: 11), foi que as possibilidades de melhoria crescente e sustentável das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais assentados estava diretamente relacionado com a sua capacidade de estabelecer relações sociais de cooperação com seus pares de forma a potencializar as forças produtivas e os meios de produção disponíveis nos assentamentos. Eu agregaria que a coesão social interna ao assentamento, particularmente naqueles com menos de 100 famílias, dependeria da existência de um padrão comum de comportamento social compartilhado pelas pessoas envolvidas.

Nos assentamentos estudados no extremo sul da Bahia pude constatar que a ajuda externa, seja ela representada, no caso, pelo Projeto Lumiar e pelos assessores vinculados ao MST, tem contribuído para a superação da tendência ao individualismo e para o fortalecimento da coesão social entre as pessoas e famílias dos trabalhadores rurais assentados. Essa ajuda externa quando é construída a partir de uma problemática econômica, social e política identificada conjuntamente entre trabalhadores rurais e assessores, e as definições da ação dão conta dos tempos e dos padrões comuns de comportamento anteriormente estabelecidos, podem superar preconceitos e desinformações que obstaculizem o desenvolvimento da cooperação nos assentamentos.

No Assentamento Corte Grande, município do Prado, extremo sul da Bahia, o sentimento de apego à localidade e de orgulho por pertencer ao assentamento tem proporcionado, segundo os entrevistados, condições objetivas e subjetivas para que os jovens permaneçam no assentamento, ainda que este se encontre a 12 km da cidade de Itamarajú, e que o assentamento seja visto pelo pessoal da cidade como um local agradável de visitar, de encontro entre as famílias para se divertirem e como o "*celeiro que abastece a cidade*".

Na expressão dos entrevistados "*na cidade falam de nós como o pessoal da reforma agrária. Pessoal de Itamarajú sente que nós somos um braço de Itamarajú, o braço da produção. Todos os sábados saem 60 pessoas daqui para vender lá na feira. Eu já me sinto árvore firmada, sinto-me como Corte Grande.*"

A fazenda Corte Grande era destinada à produção de madeira. A maioria dos trabalhadores rurais hoje ali assentados eram parceiros nessa fazenda, antes das lutas pelo usucapião que se iniciaram em 1982 e prolongaram-se até 1985, lutas essas que contava com o apoio do sindicato de trabalhadores rurais do município e da FETAGRI. Naquela oportunidade o número de famílias em situação de conflito era de 300, a maioria tendo sido expulsa da terra pelos proprietários da fazenda. Hoje o assentamento tem 44 famílias. Naquele período o conflito social foi muito violento. A regularização da situação fundiária, pela desapropriação da área, só ocorreu em 1987.

Do ponto de vista da cooperação econômica formal foi constituída, em 1985, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Corte Grande, hoje denominada Nossa Senhora do Rosário. Em 1995 foi criada a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Corte Grande.

As organizações de cunho econômico nos assentamentos, na maioria das vezes, atuam como coordenação política e mediação para a captação de recursos externos. Ainda que essas formas de cooperação tivessem desempenhado função relevante na captação e na alocação de recursos o que mais foi ressaltado nas entrevistas, entretanto, foi a solidariedade interna e o papel do assentamento perante a cidade.

A ajuda mútua é considerada como prática frequente mas não houve interesse pela constituição de coletivos de produção, daí a afirmação de que "*a comercialização é difícil porque tudo é coisa miúda. Coisa grande ainda se consegue com a farinha. O mutirão foi muito só no começo, hoje é só com a Cooperativa.*" A atividade de produção é individualizada, porém, há atividades de produção coletivas com o intuito de fortalecer seja a Associação seja a Cooperativa. Mas a solidariedade no cotidiano é aquela mais ressaltada como produto social da vizinhanças e das afinidades sociais criadas.

. Depoimentos sobre as afinidades nesse Assentamento:

"(...) *filhos maiores estudam na cidade (no assentamento a escola só vai até a 4ª série - HMC) e gostam daqui. Ninguém pensa em sair. Sempre conquista mais colegas para vir para cá, pessoal se diverte aqui. Isso não acontece com todos, mas há casas que vem mais gente. A gente sente bem quando o pessoal se diverte aqui. A gente viver num canto, só, é ruim.*"

"pessoal da cidade vem para o assentamento, local de diversão. A visita da juventude é constante. Dão muita coisa para conhecidos e amigos que ajudam na farinha. Há retiros de estudantes de outros municípios no assentamento. Quando há mutirão para limpar café de roça individual a Cooperativa dá feijoada. Há solidariedade a cada momento. Essa prática da solidariedade já é tradição do pessoal. A gente se envolve em briga de família, dá conselho, reza e age em comum. Há sempre festa na casa de um e de outro. Junta as famílias e vão comer numa casa só. Há diferença mínima na religião, crente e católico. A gente vai no mesmo caminhão para a igreja e para o culto. Na convivência não existe distância".

4. Conclusões

Neste documento procurei ressaltar que os assentamentos de reforma agrária são micros sistemas sociais muito mais complexos do que usualmente se tem considerado. Ademais, a multiplicidade de identidades sociais, de grupos sociais e de contextualizações histórico-sociais desses micros sistemas sociais pressuporia, ao menos, o aprofundamento da compreensão dessa complexidade e, possivelmente, mudanças metodológicas nas relações externo-interno.

Em diversos casos estudados percebi que tanto os organismos governamentais como os movimentos sociais, exceções à parte, tem apresentado dificuldades para essa percepção e tendem, seja pelas exigências das ações imediatistas seja por falta de maiores informações sobre o tema em apreço, a uma leitura ideológica (mítica) que elimina a heterogeneidade social presente e não reconhece a existência de diferentes grupos sociais com identidades sociais distintas. Portanto, em quaisquer uma das situações, ignoram a diversidade social nos assentamentos.

Por outro lado, as organizações governamentais e não governamentais que se relacionam mais amiúde com os assentamentos de reforma agrária, supõem, talvez pela alienação, que o conflito social tenha sido superado pelo fato das pessoas e famílias dos trabalhadores rurais estarem agora em situação de assentamento de reforma agrária. Isso ocorre, no meu entendimento, porque essas organizações consideram que ao ter sido equacionado o conflito social provocado pela luta pela terra não possam eclodir outros conflitos, de natureza distinta do anterior, como resultante das fortes contradições internas entre diferentes grupos sociais.

O relativo artificialismo social dos assentamentos pode ser profundamente enganador se considerarmos aprioristicamente que ali tudo começa de novo e, como Dr. Pangloss, estaremos no melhor dos mundos possíveis. Esse isolacionismo sócio-cultural desejado para os assentamentos de reforma agrária, ingenuamente negando o passado das pessoas e famílias que ali ensaiam reconstruir suas vidas, não será superado pelo simples fato de considerar-se que ali se instalaram apenas, e simplesmente, novas unidades de agricultura familiar.

O assentamento é produto das contradições econômicas, sociais, políticas e ideológicas existentes na formação econômico-social brasileira e traz no seu âmago social todos os vícios e virtudes das pessoas, famílias, grupos e classes sociais dessa sociedade.

Esse estudo permitiu-me inferir as seguintes conclusões/questões:

as formas de organização social desenvolvidas ou estimuladas entre as famílias durante a fase de acampamento, quando este ocorre mesmo de forma prolongada (um ou mais anos), não se reproduzem necessariamente durante o processo social de constituição do assentamento;

o estudo da história de vida (biografia) dos trabalhadores rurais assentados torna-se necessário sempre e quando se deseje conhecer como se formaram os atuais padrões de comportamento social das pessoas e famílias de um determinado grupo social, tendo em vista o estudo das identidades sociais;

nos assentamentos que foram constituídos por famílias de diversas origens geográficas e com vivências em distintas relações sociais de produção, portanto com histórias sociais de vida distintas, há tendência de se constituírem grupos sociais auto-identificados pelo sentimento de origem ou de afinidades sociais estabelecidas na origem;

naqueles assentamentos onde as famílias já eram moradoras na fazenda desapropriada, ou nos seus entornos, como posseiras, arrendatárias, parceiras, foreiras, agregadas, assalariadas ou quilombolas, (principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do país), onde a identidade social dá-se pela rede de relações sociais consolidadas historicamente, há tendência dessas famílias de reproduzirem, no assentamento, uma vida social similar àquela que vivenciaram nos contextos sociais anteriores ao assentamento;

naqueles assentamentos onde foram identificados diferentes grupos sociais com identidades sociais distintas as possibilidades de coesão e identidade social do conjunto das famílias entre si e perante o exterior dar-se-ão (ou não) num processo relativamente lento de interação social face a face cotidiana onde seja superado o estranhamento e estabelecidos novos padrões de inter-subjetividade do senso comum;

os grupos sociais cuja identidade social deu-se pela política são frequentes, e tudo leva a crer que foram consequência histórica do conflito social pela democratização da terra e do seu uso, e reafirmam-se quando concepções distintas de organização econômica e social da posse e uso terra conquistada estão presentes no assentamento;

as formas de associativismo estimuladas de fora para dentro e, mesmo, aquelas constituídas a partir de iniciativas internas, mas a partir de exigências de fora (organismos de governo, partidos políticos, movimentos sociais, etc.) não proporcionam necessariamente as possibilidades de formação de identidade social entre as famílias assentadas;

em todos os assentamentos a institucionalização imediatamente identificável para todas as pessoas e famílias, e que se transforma em padrão recorrente de interação capaz de proporcionar uma nova socialização e identidade social, é aquela que se relaciona com a obtenção da posse legal da terra, a superação do nomadismo econômico e social e a afirmação da sua existência civil;

naqueles assentamentos constituídos por número elevado de famílias (mais de 100) com origens, biografia e inserções sociais muito distintas entre si, são bastante remotas as possibilidades, a curto e médios prazos (uma geração), de que se estabeleçam padrões de comportamento comuns entre elas, produtos de tipificações de hábitos de vida e de institucionalizações que se efetuem, a partir das interações sociais vivenciadas no assentamento;

o sentimento de pertencimento ao local do assentamento, aliado à posse legal da terra, é altamente intenso e expressivo em todos os assentamentos do país;

naqueles assentamentos onde não foram equacionadas as demandas da juventude (estudo, trabalho e lazer) observa-se uma perda de dinamismo social e econômico interno com tendências ao estabelecimento de relações de assalariamento com terceiros e a uma alta rotatividade na posse dos lotes;

as pessoas são portadoras de uma multiplicidade de identidades sociais, tendo em vista os diversos planos sociais que vivenciam. Assim, a percepção de uma auto-representação social partilhada com outras pessoas com as quais constituem um grupo social é sempre uma redução de um processo muito mais amplo conferido pelo auto-conhecimento permanentemente exercitado pelas pessoas e pelos grupos sociais no cotidiano das suas existências sociais.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Francisco A G. (1998). *Segredos íntimos. A gestão nos assentamentos de reforma agrária*. Fortaleza, mimeo, 168 p.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas (1976). *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes.

CARVALHO, Horacio M. (1998). *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. Curitiba, Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Agosto, mimeo 83 p.

I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1996). Brasília, INCRA/MEPF.

CONCRAB (1997). *Sistema Cooperativista dos Assentados*. Caderno de Cooperação Agrícola nº 5. São Paulo, Concrab.

d'ASSUMPÇÃO, Clovis E. (1996). *Vocabulário Agrário*. Curitiba, Open English House.

MARTINS, José de S. (1993). *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec.

_____ (1994). *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história*. São Paulo, Hucitec.

LEVI-STRAUSS, Claude (1977). *L'Identité*. Seminaire dirigé par Claude Levi-Strauss. Paris, Grasset.

MOLLAT, Michel (1989). *Os pobres na idade média*. Rio de Janeiro, Campus.

PINTO, João B. (s.d.). *Trabalho com grupos e mobilização comunitária*. Recife, Projeto DRIN-Brasil-OEA, mimeo 15 p.

SIQUEIRA, Deis E. e SOUZA FILHO, Edson (1997). *Identidade e identidade de classe: reflexões para pesquisa*, in Siqueira, Deis e outros (org.). *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

WOLF, Eric (1977). *Una tipologia del campesinato latinoamericano*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

WOORTMANN, Ellen F. (1995) *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo-Brasília, HUCITEC/ Edunb.

5. As mudanças necessárias no modelo tradicional

As dificuldades observadas acima em relação ao modelo tradicional não podem ser utilizadas para colocar de lado a desapropriação e o assentamento como instrumentos úteis para a promoção da reforma agrária. Servem de base para uma reflexão sobre como redesenhar institucional e operacionalmente no sentido tanto de adequá-lo ao novo contexto mais geral — maior demanda social por terras, necessidade de maior rapidez e eficiência das intervenções, restrições fiscais do setor público etc. —, como para gerar incentivos positivos que conduzam os beneficiários a um processo de acumulação sustentável.

Nos últimos anos observou-se uma notável mudança de atitudes dos proprietários em relação à desapropriação de suas terras. A redução da inflação, a crise da dívida agropecuária e a crise da própria agropecuária, a redução dos subsídios e a ameaça de ocupação de terras pelos movimentos organizados são fatores que explicam a queda de aproximadamente 60% no preço da terra no Brasil entre os anos de 1994 e 1998.

A nova legislação que aumentou as alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural associada ao desenvolvimento do mercado financeiro reduziu consideravelmente a possibilidade e atratividade de manutenção de terras ociosas para fins puramente especulativo. O resultado é a dinamização do mercado de terras, com elevação da oferta e a redução das resistências à desapropriação e à reforma agrária a partir de 1997. [\(12\)](#)

Nesse contexto perde sentido utilizar a desapropriação ³/₄ instrumento útil e necessário para vencer a resistência dos proprietários de terras ociosas em colocar suas terras em produção ³/₄ e encaminhar ao judiciário todos os processos de aquisição de terras para a reforma agrária. Ao contrário do que defendem os movimentos sociais e de trabalhadores rurais, a "desapropriação por interesse social" não penaliza o latifúndio. Pelas regras vigentes, o custo da desapropriação e da intervenção da justiça requer o pagamento do preço de mercado acrescido, necessariamente, do que se poderia chamar custos judiciais normais. Além disso, ocorrem com frequência avaliações superiores ao preço de mercado, juros compensatórios e honorários advocatícios (20% sobre o total). As evidências empíricas disponíveis para as desapropriações realizadas entre os anos de 1984 e 1994 (Shigeo, 1998) indicam que ao término do processo judicial o valor final da desapropriação é, em média, 3 vezes superior ao valor do depósito inicial. Ou seja, ao transferir do mercado para a justiça a definição do preço da terra, o processo de desapropriação eleva o preço da terra, encarece e retarda a reforma agrária. Na verdade

esse processo corresponde a uma penalização da sociedade e não do latifúndio.

Mesmo considerando que os "custos judiciais" devem ser substancialmente reduzidos devido às mudanças na legislação, (13) estima-se que, mesmo quando a terra tenha sido avaliada corretamente, o custo final da desapropriação continuará sendo 70% superior ao valor do depósito inicial devido apenas à incidência de juros compensatórios e de mora, bem como honorários advocatícios. (14)

Como evitar a elevação de custos e o retardamento do processo distributivo associado à desapropriação e ao mesmo tempo impedir que a oferta de terras e não a demanda social conduza o processo de reforma agrária?

Uma possibilidade é ampliar radicalmente a participação dos beneficiários em todas as fases do processo da reforma agrária e reduzir ao mínimo indispensável (gestão do processo e mediação dos interesses em disputa, além da alocação dos fundos de financiamento) o papel do governo. Com isso, pode-se imaginar a introdução de uma negociação prévia de preços entre proprietários e trabalhadores de um imóvel passível de desapropriação e de incontestável interesse de um grupo organizado. Havendo convergência de interesses as terras seriam transferidas direta e imediatamente dos proprietários aos trabalhadores organizados sob a forma de uma Associação. (15)

Evidentemente que nos casos em que não fosse possível o entendimento (estamos falando de terras passíveis de desapropriação) seria adotado o caminho tradicional da desapropriação, com a edição de Decreto e ajuizamento da respectiva ação. Com isso, seriam residuais os casos levados à consideração da justiça, reduzindo os custos financeiros e operacionais da reforma agrária, o que permitiria, a princípio, reutilizar os recursos "poupados" para sua própria expansão.

Não se resumem à redução de custos e tempo os possíveis ganhos decorrentes da participação direta dos trabalhadores beneficiários desde a fase inicial de obtenção dos recursos fundiários. Não se pode transferir poder sem transferir responsabilidade e compromisso, ambos componentes indispensáveis de uma institucionalidade adequada para a geração do desenvolvimento. (16) Como vários estudos vem demonstrando, os projetos com maior envolvimento e participação social são precisamente aqueles com melhor desempenho.

À luz destas considerações vem se reforçando a tese de que, ao lado de ações amplas que dinamizem o mercado de terra e reduzam a possibilidade e prêmio com a especulação fundiária, o programa de reforma agrária atual deve ser pelo menos complementado com outros instrumentos e sofrer até mesmo uma revisão em relação à sua concepção básica. É neste contexto que se inserem o Programa Cédula da Terra, a revisão do ITR e dos procedimentos legais para realizar a intervenção. (Teófilo, *et al*, 1998, pág. 2 e 3)

As hipóteses que vem reorientando estas novas políticas e que deveriam orientar as eventuais mudanças no modelo tradicional é a busca de estruturas de governança mais eficientes, principalmente nos casos em que os problemas estejam ligados à superação das fricções e falhas de mercado causadas pela assimetria de informação derivada da desigualdade de renda e dos níveis elevados de pobreza de uma determinada população.

6. *Programa Cédula da Terra e Estruturas de governança eficientes*

Como observamos no item anterior, a justificativa de que a existência de desigualdade e pobreza são responsáveis pelo aparecimento de um conjunto de fenômenos que reduzem a eficiência de grupos que têm potencial para estimular o processo de crescimento motiva um passo adiante.

Vários autores são críticos das formas tradicionais de distribuição de terras que é um dos componentes básicos da riqueza rural. Estas críticas estão em grande parte associadas à existência de fatores que reduzem a alocação de esforços por parte dos beneficiários, que por sua vez estão associadas à própria forma de distribuição do ativo terra e à estrutura de governança gerada pela relação Estado paternalista-pobre desamparado que recebe o ativo, a qual não estabelece direitos de propriedade compatíveis com um estrutura de governança

eficiente.

Quais seriam, então, as formas mais adequadas para promover a redistribuição do ativo terra de forma a reduzir a desigualdade e pobreza rural, contribuindo assim para superar as falhas de mercado e alocar de forma eficiente os incentivos à produção?

Uma das alternativas mencionadas na literatura é o processo de titulação de parceiros e arrendatários para reduzir a ameaça de expulsão feita pelo proprietário (com seus efeitos negativos, até um certo ponto, sobre a alocação do esforço pelo arrendatário).⁽¹⁷⁾ A melhor definição dos direitos de propriedade tem um efeito favorável sobre a riqueza dos titulados, aumenta o poder de barganha do ex-arrendatário e/ou parceiro, elimina parte dos problemas de informação e produz efeitos positivos sobre a produtividade do trabalho e sobre o salário, criando assim um círculo virtuoso de acumulação de riqueza.⁽¹⁸⁾

O alcance deste processo é limitado aos arrendatários e parceiros, os quais na situação brasileira não mais representam a camada mais numerosa dos pobres rurais e dos beneficiários potenciais de ações de reestruturação fundiária. Alcançar este público de trabalhadores sem-terra requer formas de distribuição de ativos mais amplas, o que demanda um novo processo não apenas de promoção do acesso à terra como também de seleção de um público alvo adequado.

Uma alternativa que vem sendo promovida com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial é o Programa Cédula da Terra, cuja concepção se baseia na chamada "reforma agrária apoiada no mercado". A população meta do Programa são os trabalhadores rurais sem terra e os produtores rurais pobres, com terra insuficiente para assegurar processos de acumulação sustentável e até mesmo sua subsistência. Em sua fase piloto o Programa está sendo implementado em 5 estados da Região Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco), devendo ser estendido para outros 13 estados através do Programa Banco da Terra, de concepção semelhante. Avalia-se que, se bem sucedido, poderá ser estendido para beneficiar aproximadamente 50000 famílias por ano a custos inferiores e com maior celeridade do que àqueles que vem sendo promovidos pelo do INCRA.

Pergunta-se: em que medida os componentes básicos do programa Cédula da Terra atendem aos critérios mencionados acima e como é possível justificar este tipo de programa como gerador de estruturas de governança eficientes no processo pós-distribuição de ativos?

Com base na literatura especializada (ver Reydon e Ramos, 1996; Romeiro et. alii, 1994; Biswanger, Deiniger and Feder, 1993) é possível esperar vantagens financeiras, operacionais e maior impacto em termos de bem estar que os projetos de assentamento do INCRA. Os seguintes pontos tem sido ressaltado:

- redução da burocracia e das disputas judiciais decorrentes das expropriações melhora e reduz o custo de alcançar a população beneficiária da ação fundiária;
- aumento do número de beneficiários devido à redução de custos, à redução da dependência do setor público federal e de ingerências políticas;
- um rápido processo de emancipação dos beneficiários, reduzindo os custos humanos, técnicos e financeiros e liberando os recursos para novas ações e novas funções;
- melhoria do bem estar e da produtividade associada principalmente à ausência de tutela do setor público e a liberdade de decisão de agente racionais e que sabem identificar as melhores alternativas para sua reprodução.

Podemos agora discutir as características do programa Cédula da Terra e avaliar, pelo menos do ponto de vista conceitual, até que ponto tais características são consistentes com a criação de estruturas de governança eficientes e sustentáveis compatíveis com as expectativas acima mencionadas.

As principais características do Programa são:

- Ao contrário das intervenções tradicionais, marcadas por forte dirigismo, centralismo e paternalismo técnico-burocrático, o Cédula da Terra é um programa descentralizado, no sentido de que estabelece critérios gerais vigentes para o processo de redistribuição de ativos de uma determinada região e provê fundos para o apoio das iniciativas dos próprios beneficiários. Fixa um preço limite para a aquisição dos lotes de terra e para o financiamento global e deixa aos próprios beneficiários a decisão de escolher os lotes, negociar sua aquisição e definir os projetos produtivos a serem implementados;
- É um programa que se funda na idéia de auto-seleção dos beneficiários, ou seja, o Programa não seleciona os participantes, mas apenas define as características básicas da população de possíveis beneficiários e as condições de acesso. A partir daí, são os próprios interessados que buscam qualificar-se para participar do Programa, sendo atendidos pelo critério da fila;
- A participação no Programa é associativa e não individual, pois apenas associações de produtores podem receber créditos;
- O ativo não é "distribuído", mas vendido através de uma operação de crédito fundiário (complementado por outras linhas de crédito) contratada pela associação beneficiária e o agente financeiro do Programa. As condições do empréstimo seguem a evolução da Taxa de Juros de Longo Prazo e o empréstimos deve ser pago anualmente, sob pena de perda da terra. A obrigação do pagamento da terra cria incentivos à produção e reduz o custo de monitoramento por parte dos órgãos financiadores;
- Autonomia dos beneficiários. As associações tem total autonomia para tomar as decisões sobre a utilização dos recursos financiados e sobre a estratégia produtiva a ser seguida, inclusive a distribuição de terras entre as famílias sócias e o uso das terras comuns e das parcelas individuais. Os benefícios são apropriados pelas famílias e os compromissos financeiros são da associação mas de responsabilidade solidárias dos sócios.

Estas características produziram uma estrutura de governação eficiente e sustentável, pelas seguintes razões:

I. Seleção de ativos de melhor qualidade

Sabe-se que um dos principais problemas dos projetos de assentamento é a desapropriação de terras de baixa qualidade e/ou inadequadas para os propósitos e perfil do grupo de beneficiários.⁽¹⁹⁾ Como no Cédula da Terra a terra é comprada, supõe-se que os beneficiários, que serão seus proprietários e pagaram por ela, selecionariam áreas com condições de permitir geração de renda suficiente para seu pagamento e compatíveis com a sustentabilidade do processo. A forma associativa na própria aquisição reduziria erros de avaliação individual e permitiria compatibilizar as características da terra às aptidões dos compradores, à disponibilidade de recursos e ao projeto de desenvolvimento.

II. Melhor seleção de beneficiários

No modelo tradicional é impossível conhecer *ex-ante* qual é a verdadeira capacitação, interesse e disposição da pessoa para dedicar-se ao negócio. A experiência mostrou forte ineficiência seletiva mesmo em projetos que definiram critérios rigorosos e detalhados de escolha dos beneficiários, como os de colonização e irrigação.

A seleção do público alvo em programas desta natureza apresenta um claro *tradeoff*: um excessivo rigor nos critérios de sua identificação *ex-ante* eleva seu custo, mas reduziria, em tese, o custo de monitoramento posterior. Em situações em que o processo de *empowerment* das comunidades locais não seja bem sucedido, o processo de *targeting* está sujeito a inferências burocráticas e políticas do poder central e local. Por outro lado, pode ocorrer um viés de seleção do público alvo, uma vez que aqueles que mais necessitam ser atendidos por um processo de redistribuição de ativos ou mesmo de fundos para elevar sua dotação inicial, são justamente os menos capacitados para entrar no programa.

Estas dificuldades indicam que existem vantagens em processos de auto-seleção, seja como forma de reduzir os custos de identificação do público alvo e custos de monitoramento pós-seleção, seja para reduzir eventuais erros de seleção.

Estes argumentos indicariam que o processo de auto-seleção implícito no Cédula permitiria superar as dificuldades associadas à seleção dos beneficiários pelo Estado. A aquisição da terra via mercado geraria um "conjunto de oportunidades" abertas a todos os indivíduos previamente definidos como público do programa, sujeitas a um "conjunto de restrições", como a de pagar os empréstimos tomados.

Apenas aqueles indivíduos com perfil adequado ao aproveitamento destas oportunidades e dispostos a cumprir as obrigações assumidas se associariam para adquirir a terra. Como o acesso ao ativo dá-se através de uma operação mercantil, realizado em forma associativa, apenas indivíduos com capital humano, poupança prévia e conhecimentos adequados ao aproveitamento das oportunidades se autoselecionariam para participar do Programa.

A eficiência do processo seletivo é condição *sine qua non* para uma maior eficiência econômica na condução da gestão das novas estruturas produtivas;

III. Eficiência Alocativa e Produtiva

Vários componentes da estrutura de governança contribuiriam para gerar incentivos e condições para uma alocação eficiente e sustentável dos recursos:

A seleção de terras adequadas ao perfil e aptidões dos produtores e aos projetos a serem implementados reduziria os problemas de ineficiência associados à qualidade da terra e do seu entorno;

A seleção de beneficiários com características pessoais e condições sócio-econômicas "adequadas" para explorar as oportunidades criadas pelo acesso à terra. Como sugere Bardhan *et alii* (1998), a formação de grupos no processo de auto-seleção permite uma forma de monitoramento pelos pares que reduz o risco moral *ex-post*, seja no processo de tomada de crédito, seja na definição, pelas famílias, do esforço que cada um deve alocar para o sucesso do projeto (ativo sujeito ao monitoramento de contratos, ou seja, revelador da incompletude dos contratos, Williamson (1996); Hart (1997));

A partir de (i) e (ii), é possível assumir que tanto os investimentos como os projetos escolhidos pelas associações tenderiam a ser tecnicamente adequados à disponibilidade e às características dos recursos e compatíveis com a sustentabilidade do projeto;

Sabe-se que a maior debilidade das unidades familiares é seu fracionamento e, devido às restrições de acesso e disponibilidade de recursos, uma escala de produção que, na maioria dos casos, não chega a atingir o nível que permite enfrentar individualmente o mercado (*lato sensu*) sem sofrer as conhecidas desvantagens associadas ao fracionamento e escala. O Programa estimula o associativismo como pré-condição para aceder ao ativo terra. À compra associativa no mercado, por hipótese, deve corresponder um conjunto de ações coletivas na condução do negócio, sem que isto represente a perda de estímulo individual (pela má definição de direitos de propriedade, como no caso do arrendamento). Esta ação coletiva emerge como um comportamento endógeno e como um resultado *ex-post*, e não como uma exigência burocrática.

A forma associativa facilita o acesso aos mercados e o estabelecimento de contratos, facilita o acesso a externalidades, reduz os custos de transação e de gestão e eleva o esforço individual, em particular devido ao *peer monitoring* do conjunto das atividades, tanto individuais como associativas, implementadas na área do projeto. Um ponto importante é a possibilidade de redução de decisões individuais incompatíveis com a sustentabilidade do projeto e a redução à aversão ao risco através da distribuição do risco entre os sócios de empreendimento.

E possível hipotetizar que a forma associativa desenvolveria ações solidárias que contribuiriam para reduzir ou minimizar as desigualdades no interior do grupo e para reduzir a insegurança alimentar que afeta as famílias de baixa renda especialmente em áreas sujeitas à secas como o Nordeste brasileiro.

Teoricamente esta estrutura de governança produziria uma alocação eficiente dos recursos e estimularia atitudes positivas dos beneficiários que contribuem para a superação da pobreza e a sustentabilidade dos empreendimentos individuais e associativos.

7. Reflexões finais

Não há dúvidas que, teoricamente, a concepção do Programa Cédula da Terra é consistente com a geração de uma estrutura de governança e de incentivos "dinamizadores" e capazes de inserir os beneficiários em um processo sustentável que elimine a pobreza e promova o bem estar social das famílias. É necessário, no entanto, fazer algumas reflexões sobre como passar do modelo conceitual para a análise de aspectos relativos à realidade e perguntar-se sobre os possíveis efeitos da realidade sobre a racionalidade do projeto.

7.1 Acesso à terra

A auto seleção eficiente dos beneficiários e o acesso a terras de qualidade adequada aos projetos e a preços compatíveis com a sua exploração sustentável são aspectos básicos do Programa. Seu êxito dependerá ainda da capacidade daqueles que fazem a opção pelo programa para efetivar as expectativas de lucratividade formadas *ex-ante* no momento de tomar a decisão de aderir ao Programa. Como se comentou acima, a forma associativa como este processo é conduzido cria condições para a superação de obstáculos tradicionais enfrentados pelos pequenos produtores individuais, cria incentivos para maior alocação do esforço da família e da associação em atividades que reforçam as potencialidades do projeto e estimula a busca de melhores oportunidades de negócios por parte dos beneficiários. Todavia, como fica claro na literatura de contratos incompletos, um preço muito elevado para a terra poderia motivar uma seleção adversa dos agentes, seguindo o mesmo raciocínio apresentado por Hoff (1998) no item 2 do trabalho. Logo, a viabilidade do Programa e seu bom funcionamento passa pelo diagnóstico de que existem terras ociosas e um mercado de terras com um preço de oferta do ativo compatível com a capacidade empresarial dos beneficiário.

Apesar de inúmeros estudos recentes que ampliaram o conhecimento sobre o funcionamento do mercado de terra no Brasil (Reydon & Ramos, 1996 e Reydon e Plata, 1998;), praticamente não existem estudos sobre sua dinâmica ao nível local. Apesar da importância de fatores macro e gerais sobre o mercado de terra, Reydon e Ramos (1996) sustentam que fatores locais podem ser determinantes na formação dos preços e nos negócios realizados. Reydon & Plata (1998:66) consideram que é falsa a idéia geral que sustenta que o mercado fundiário é bloqueado pela grande propriedade; pesquisa de campo realizadas por Reydon no período 1990-92. citada em Reydon e Ramos (1996) constatou que em Araçatuba (SP) 8,8% das terras registradas no município são negociadas anualmente.

Mesmo aceitando tal hipótese, evidências informais e não sistemáticas indicariam que o mercado fundiário, pelo menos no interior do país e em regiões com agropecuária de baixo dinamismo, é incompleto e pouco transparente. Reydon & Plata (1998:66) indicam que no interior do país o número de negócios é bem menor que os registrados em São Paulo: 1,5% em Petrolina (BA), 0,5% em Juazeiro (PE) e 1,8% em Açú (RN).

Os preços são "cartorizados" e quando muito válidos para cada negócio, dificilmente podendo ser tomados como uma referência geral para transações em todo o município(20). A presença da infra-estrutura dificulta ulteriormente a formação do preço dos imóveis. Neste contexto, a negociação para a aquisição da terra passa a ser uma etapa fundamental para o futuro do próprio programa.

A partir destas considerações, várias hipóteses tem sido lançadas acerca dos possíveis efeitos negativos do funcionamento do mercado fundiário sobre o Cédula. A primeira refere-se à possibilidade de que os preços das terras sejam "inflacionadas" pelo crédito fundiário; a segunda sustenta que os proprietários somente estariam dispostos a vender terras de má qualidade e com baixo potencial produtivo. Nenhuma destas hipóteses deriva das teorias sobre os temas, o que não significa que possam ser desprezadas.

A definição institucional do preço teto para a terra reduz as possibilidades de distorções provocadas pela "inflação de demanda", mas não as elimina, já que não há qualquer garantia que o preço teto seja compatível com a sustentabilidade do projeto. Tampouco é possível evitar, *ex-ante*, que os proprietários coloquem no mercado suas piores terras(21). A questão central é a relação entre o preço, qualidade e adequação do ativo aos custos e objetivos do projeto. Neste sentido, a melhor solução para evitar as possíveis distorções provocadas pelo preço da terra é dada pela estrutura de governança do Cédula da Terra, em particular seu caráter associativo e o fato do acesso dar-se através de financiamento que deve ser pago solidariamente por todos os sócios.

Pelo menos teoricamente não há qualquer razão para sustentar que os compradores, responsáveis pelo pagamento da dívida contraída, aceitem pagar pelos ativos mais do que estes valem de fato ou adquirir ativos cujo potencial produtivo seja incompatível com a geração do fluxo de renda necessário para pagá-lo. Isto poderia resultar de falhas do mercado e do desconhecimento das terras e da região, fatores minimizados pelo caráter associativo e pela exigência de que os beneficiários tenham familiaridade com o mundo rural.

Também poderia resultar do significado que a terra tem para populações pobres, sem nada a perder, que sempre "sonharam" com a propriedade de um "palmo de terra". A "ansiedade" para ter a terra poderia justificar a aceitação de imposições extra-mercado e de escolhas não sustentáveis.

7.2 Mecanismo de Seleção

O processo de auto-seleção talvez seja o fator mais crítico para o esperado sucesso do Programa. A dúvida que pode ser levantada é quão eficaz será este mecanismo em um ambiente caracterizado pela extrema pobreza. De um lado, é possível que a "oferta de oportunidades" criada pelo Programa gere uma demanda independente das aptidões pessoais das famílias beneficiárias e que facilite inclusive a "manipulação" dos beneficiários potenciais por parte de "líderes" na formação das associações (ver item abaixo).

Dentro desta visão, os potenciais beneficiários não teriam opções e a possibilidade de "comprar" terras permitiria a fácil mobilização de interessados por aqueles com melhor nível de informação e iniciativa. A "opção" de participar da associação dar-se-ia, em muitos casos, sem qualquer informação sobre obrigações futuras; em outros casos dar-se-ia independente destas condições, já que as famílias não teriam nada a perder caso fracassassem após alguns anos.

De outro lado, é possível perguntar em que medida a estrutura de governança, ainda quando adequada, é suficiente para induzir mudanças significativas no comportamento e atitude de produtores com baixo nível educacional, pequena prática em gestão produtiva e em comércio, fechados em um ambiente de relativo atraso e experientes em cultivos e criação tradicionais.

7.3. Natureza da Associação

Como se mencionou atrás, o caráter associativo da participação no Cédula é um elemento central de sua estrutura de governança. Estudo realizado pelo Convênio FAO/InCra (Bianchini et. al., 1998), confirma que a organização social é um dos fatores mais importantes para o sucesso dos assentamentos do INCRA; no mesmo sentido Bruno e Medeiros(1998), analisando as causas do abandono nos assentamentos de reforma agrária, concluem que o tecido social formado a partir de laços de parentesco, amizade, associações, também é um fator primordial de

estabilidade e progresso nos assentamentos.

Alguns pontos sobre as associações do Cédula vem sendo levantados por pesquisadores(22) e merecem atenção e acompanhamento, já que poderiam comprometer a racionalidade do projeto. O primeiro refere-se à própria formação das associações. Discute-se que muitas associações seriam acertos de conveniência, mero instrumento formal para obter acesso ao financiamento fundiário; em alguns casos a formação das associações dar-se-ia por iniciativa do próprio proprietário, interessado em vender terras aos seus meeiros ou arrendatários. Esta "artificialidade" refletiria inclusive a precariedade da organização social das camadas mais pobres do Nordeste rural e uma cultura secular de submissão ao poder local.

O artificialismo das associações poderia, de fato, comprometer a lógica de funcionamento do projeto e sua estrutura de governança, em particular se os sócios passassem a ser "manipulados" pelos "líderes". A cadeia de problemas que poderia advir é enorme: ruptura da solidariedade; fragmentação das ações produtivas e da inserção nos mercados de produtos e serviços, inclusive o crédito; assimetria de informação; debilitação dos incentivos e assim por diante. O resultado poderia ser a simples reprodução das parcelas típicas dos pequenos produtores da região e a insustentabilidade do projeto devido inclusive à dificuldade para pagar a terra.

Um segundo argumento sustenta que estas associações só são viáveis e/ou somente funcionam eficazmente quando existe uma massa crítica mínima de agricultores familiares convivendo, próximos uns dos outros, com os mesmos problemas e dificuldades. Sem esta massa crítica é muito difícil desenvolver as formas associativas indispensáveis para o fortalecimento da agricultura familiar. A pergunta decorrente é se o ambiente no qual então inseridos os projetos do Cédula são favoráveis ao desenvolvimento de produção de base familiar.

A formação histórica e as análises sociológicas sobre as relações sociais e políticas no meio rural nordestino permitem sustentar, de fato, argumentos desta natureza, os quais ainda carecem de confirmação de estudos e evidências empíricas representativas do universo dos beneficiários do Programa.

7.4 Fatores Gerais

Dois fatores de ordem geral podem ser levantados: o primeiro, que não será desenvolvido aqui, refere-se aos efeitos das políticas macro e setoriais sobre o desempenho dos beneficiários.(23) O segundo tem a ver com o caráter pontual do Programa em um ambiente caracterizado por forte concentração da propriedade da terra.

O argumento é que a concentração geográfica de agricultores familiares não é importante apenas para o desenvolvimento das associações e dos elementos culturais — solidariedade comunitária, troca de favores, relações familiares etc. — que são característicos às comunidades onde a presença deste agricultores é numericamente relevante. O desenvolvimento da agricultura familiar moderna requer o apoio de um conjunto de serviços técnicos especializados, além de equipamentos apropriados à sua escala e sistemas de produção. Difícilmente estes serviços se desenvolvem de forma eficiente em base a meia dúzia de clientes, espalhados pelo município ou micro-região; como a própria experiência recente dos assentamentos no Brasil demonstra, os projetos maiores vêm provocando impactos positivos na comunidade local, desencadeando um conjunto de iniciativas que se reforçam e se alimentam, de tal maneira que o saldo final tem sido muito maior e mais abrangente do que o emprego e renda gerado no interior dos assentamentos. Em resumo, a existência de uma massa crítica mínima de agricultores familiares coloca-se como condição fundamental para o desenvolvimento das formas associativas, dos serviços de apoio necessários ao seu fortalecimento e para produzir sinergia com outras iniciativas e funcionar como um estopim para o desenvolvimento local, sem o que dificilmente o próprio crescimento da agricultura familiar é sustentável.

8. Bibliografia

- Bardhan, P.; Bowles, S & Gintis, H. (1998). "Wealth Inequality, Wealth Constraints and Economic Performance. Brasília. Paper apresentado ao Seminário Internacional: Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. NEAD-World Bank. 14-17 julho de 1998. Mimeog., 72p.
- Banerjee, A., Getler, P & Ghatak, M. (1998). "Empowerment and Efficiency: Economic Analysis of Tenancy Reform Program in India" Brasília. Paper apresentado ao Seminário Internacional: Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. NEAD-World Bank. 14-17 julho de 1998. Mimeog., 42p.
- Barro, R. & Sala-i-Martin, X. (1995). "Economic Growth". McGraw Hill, 1ª ed., 539p.
- Besley, T. & Burgess, R (1998). "Land Reform, Poverty Reduction and Growth: evidence from India". Paper apresentado ao Seminário Internacional: Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. NEAD-World Bank. 14-17 julho de 1998, mimeo, 19p.
- Bianchini, W. *et al.* (1998). "Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil". Brasília, Convênio FAO/Incrá. Mimeog.
- Binswanger, H. & Deininger, K. (1997). "Explaining Agricultural and Agrarian Policies in Developing Countries". *Journal of Economic Literature*. Vol (35, 4:1958-2006).
- _____ ; Deininger, K. e Feder, G. (1993) "Power, Distortions and Reform in Agricultural Land Markets. In the Handbook of Development Economics. Behrman, J. e Srinivasan, N.(eds.)Vol III. North Holland, Amsterdam.
- Buainain, A.& Rezende, G.C. (1995) "Structural Adjustment and agricultura policies". In Weeks (ed.) "Structural Adjustment and the Agricultural Sector in Latin America and the Caribbean. London, Macmillan Press.
- _____ & Souza, H.M. (1998). "Proceza: impactos produtivos e capacidade de pagamento". Brasília, Convênio FAO/Incrá.mimeog.
- Bruno, R. & Medeiros, L. (1998). "Desistência e Abandono nos Assentamentos de Reforma Agrária". Brasília, Convênio FAO/Incrá. Mimeog.
- Carter, M.e Zimmerman, F. (1998) "Can Time and Markets Resolve Agrarian Question?" Paper apresentado ao Seminário Internacional: Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. NEAD-World Bank. 14-17 julho de 1998, 41p.
- Cédula da Terra, programa (1998). "Metodologia de Avaliação de Impactos Sócio-Econômicos". Relatório Final. Campinas, IE/Unicamp, mimeog., 233p.
- Chenery, H. (1974). "Redistribution with Growth". Sussex. IDS, Oxford University Press.
- de Janvry, A.(1985). "Social Structure and Biased Technical Change in Argentine Agriculture". In Binswanger, H., Ruttan, V. and others. "Induced Innovation", p297-323.
- _____ ; Key, N. & Sadoulet, E (1997). "Agricultural and Rural Development Policy" in Latin America: New Directions and New Challenges". University of California at Berkeley, Working

Paper nº 815.mimeog, 43p.

Deininger, K. & Squire, L. (1998). "New Ways of Looking at Old Issues.: assets inequality and growth. Brasília. Paper apresentado ao Seminário Internacional: Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. NEAD-World Bank. 14-17 julho de 1998. Mimeog.

Deaton, A. (1997) "The Analysis of Household Surveys". Baltimore, The Johns Hopkins University/World Bank.

Guanziroli, C. (1998) "Land Reform and Globalization of The Economy": The Brazilian Case. Brasília, DF. Mimeografado.

Eswaram, M.& Kotwal, A. (1985). "A Theory of Contractual Structure in Agriculture". A.E.R., 75(3:352-367).

Favereau, O. (1989). "Valeur de Option et Flexibilité"; dans Cohendet et Llerena, eds. "Flexibilité, Information et Decision. Paris, Economica.

Ferreira, A.H.B. (1995) "O Debate sobre a Convergência de Renda *per capita*". Belo Horizonte, Revista Nova Economia. 5,2:139-153

Ferreira, P.C. & Ellery, R. (1996). "Crescimento e Convergência de Renda entre os Estados Brasileiros". Revista de Econometria, vol.16,n1.p.83-103.

Fishlow, A. (1995). "Inequality, Poverty and Growth: where do we stand?" Washington, DC. Proceedings of the World Bank Annual Conference Development Economics, pg57-60.

Grossman, S.& Hart, O. (1986). "The Costs and Benefits of Ownership. A Theory of Vertical and Lateral Integration. Journal of Political Economy". 94(August):691-719.

Hart, O. (1997) "Firms, Contracts and Financial Structure". Claredon Lectures in Economics. Oxford University Press.228p.

Hoff, K. (1998). "Wealth Distribution, Economic Efficiency and Incentives". Paper apresentado ao Seminário Internacional: Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. NEAD-World Bank. 14-17 julho de 1998. Mimeog, 31p.

Kuznets, S. (1955) "Economic Growth and Income Inequality. ERA. 45:1-28.

Nelson, R., (1994) "Coevolution of Technologies and Institutions". In England, R. (edit.) "Evolutionary Concepts in Contemporary Economics. Michingan, Michingan University Press, 1ª ed.255p.

Pacheco, C.A. (1996) "A Questão Regional Brasileira pós-80". Tese de Doutorado apresentado ao IE-Unicamp., mimeog,334p.

Reydon, B.P. & Ramos, P.(1996). "Mercado y Políticas de Tierras". Campinas. FAO.Unicamp.

_____ & Plata, L. (1998). "Políticas e Mercado de Tierras no Brasil". In Perspectivas sobre Mercados de Tierras Rurales en América Latina. Washington, D.C., BID- Informe Técnico do Departamento de Desarrollo Sostenible. 132p.

Romeiro, A. *et alii* (1994) "O Mercado de Terras". Brasília, D.F. IPEA.

Sappington, D. (1991) "Incentives in Principal-Agent Relationships". *Journal of Economic Perspectives*. p45-66.

Schiff, M. e Valdés, A. (1992). "The Plundering of Agriculture in Developing Countries". Washington, DC. The World Bank.

Shleifer, A. & Vishny, R. (1997). "A Survey on Corporate Governance". *The Journal of Finance*. Vol. LII, nº2:737-783.

Silveira, J.M.F.J. da e Kageyama, A. (1996). "O Debate Regional na Atualidade". In *Anais da II Reunião da Sociedade de Economia Política*. São Paulo,

_____ & Rabelo, F.M. (1998), "Estruturas de Governança Corporativa na Petroquímica Brasileira Pós-Privatização." Apresentado XXVI encontro da ANPEC em Vitória, 9-11/12.

Teófilo, E. *et al.* (1998) "Diretrizes para a Política de Desenvolvimento Agrário. Brasília, NEAD, mimeog.

Veiga, J.E. (1998) "Pobreza Rural, Distribuição de Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira". Paper apresentado ao S eminário Internacional: Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. NEAD-World Bank. 14-17 julho de 1998, mimeog, 20p.

Williamson, O. (1996). "The Mechanisms of Governance". New York. Oxford University Press. 1ª ed.429p.

Zeller, M. *et alii* (1995). "Rural Financial Policies for Food Security of the Poor: methodologies for a multicountry research project". Washington, D.C., Food Consumption and Nutrition Division. IFPRI. Mimeogr.,53p.

(*) Professores do Instituto de Economia (IE) da Unicamp e pesquisadores do Núcleo de Economia Agrícola (NEA/IE);

(**) Coordenador Executivo do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD), do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária.

9 . Notas

(1) O modelo de desenvolvimento brasileiro, especialmente a partir dos anos 70, sustentou-se na expansão do mercado interno de bens de consumo durável, identificados à cesta de consumo da classe média e alta, e nos investimentos de base. Tal modelo tem sido caracterizado como excludente, já que, apesar da redução relativa da pobreza, marginalizou parte significativa da população dos benefícios do progresso econômico.

(2) A importância da política fundiária é confirmada pela magnitude dos recursos orçamentários e extra-orçamentários que vem sendo alocados, pela sua amplitude geográfica e pelo número de famílias apontado como beneficiários diretos e indiretos. Com efeito, apesar da guerra de números, ninguém de boa fé chegaria a discordar que nos últimos anos foram assentados um número recorde famílias aproximadamente 300 mil), e que a reforma agrária transformou-se, efetivamente, em um programa prioritário para o governo federal.

(3) Para um resumo da literatura econômica relacionada ao assunto, ver Sappington (1991) e mais recentemente Hart (1997). Para uma aplicação para o caso brasileiro, relacionando estrutura de governança e centralização burocrática e gerencial, ver Silveira e Rabelo (1998).

(4) O foco no combate e redução da pobreza rural é derivado dos elevados índices de pobreza vigentes no campo, e nos efeitos positivos em cadeia que podem advir destes programas.

(5) A Curva de Kuznets mostrava uma correlação não linear entre distribuição de renda e crescimento econômico. Países com

baixíssimo nível de desenvolvimento apresentavam perfil igualitário de distribuição de renda, a qual se mostrava mais concentrada à medida que melhorava o nível de desenvolvimento dos países. A partir de um certo nível de desenvolvimento a concentração de renda observada voltava a reduzir-se. Ver Guanziroli (1998) para uma revisão sucinta deste debate.

(6) Políticas distributivas só ganharam espaço sob pressão política de movimentos sociais fortemente contestatórios.

(7) Ver Barro, Sala-I-Martin (1996) para a análise dos processos de convergência absoluta e condicionada de renda; para o caso do Brasil, ver Ferreira e Ellery (1996), Ferreira (1996), Silveira e Kageyama (1996) entre outros; para a análise dos efeitos de um possível reordenamento fundiário sem transferência de ativos, ver Carter e Zimmerman (1998).

(8) Caracterizada por situações em que a uma baixa intensidade de capital associada a valores esperados muito reduzidos do capital conduz à impossibilidade de convergência para o "estado estacionário" que seria compatível com o processo de convergência condicionada do país ou região em questão. Nesta situação as potencialidades de desenvolvimento de um país estariam limitadas a despeito da baixa intensidade do capital. Ver Barro e Sala-I-Martin (1995)

(9) Ver os resultados das reformas agrárias mexicana e peruana, por exemplo.

(10) Ponto ressaltado por Deaton (1997) ao discutir o *tradeoff* possível entre eficiência e adequabilidade a padrões nutricionais de uma política de subsídio ao consumo do leite por populações mais pobres. Não necessariamente o critério que é mais claramente percebido e defendido pelas populações diretamente beneficiadas e pelas nutricionistas corresponderia ao indicado pela análise baseadas na elasticidade de substituição de produtos

(11) Ver as avaliações feitas pelo Convênio FAO/Incra.

(12) Segundo informa a Diretoria de Recursos Fundiários do INCRA, poderia se estimar que em 1998, em torno de 80% dos proprietários desapropriados manifestaram estar de acordo previamente e não raro mobilizando pressões para acelerar os processos administrativos.

(13) A Medida Provisória nº 1.703) determina a redução de juros compensatórios de 12% para 6% e restringe sua incidência à diferença entre o depósito inicial e a sentença, quando houver,

(14) Este cálculo considera as condições médias observadas nos estudos disponíveis: diferença de 50% e tempo médio de 8 anos.

(15) A conclusão da operação dependeria da certificação, pelo setor público, de que o imóvel atende às condições agrônomicas especificadas para fins de reforma agrária e que o preço acordado está dentro das margens normais de funcionamento do mercado. As possibilidades de distorções no processo de certificação poderiam ser consideravelmente reduzidas, e até mesmo eliminadas, atribuindo ao avaliador responsabilidade civil e criminal, tal como ocorre com o avalista.

(16) Na próxima seção discuti-se em detalhe a estrutura de governança que deveria ser gerada pelo Programa Cédula da Terra. Uma reforma do modelo tradicional, atribuindo aos beneficiários participação direta e efetiva no processo de redistribuição da terra, produziria resultados semelhantes em termos de incentivos.

(17) Por outro lado, existem posições cautelosas no que se refere à uma brusca inserção de populações rurais pobres – pequenos produtores descapitalizados, parceiros e arrendatários – em situações que requeiram assumir os riscos típicos da atividade empresarial (comprometendo toda a riqueza no caso de fracasso). Deste ponto de vista, a melhoria das condições de informação e de incentivos pode permitir formas eficientes de repartição do risco, levando ao estabelecimento de uma situação de mútuo benefício entre proprietário e arrendatário. Como mostram Eswaram & Kotwal (1985) existem situações em que o estabelecimento de contratos de parceria permite um resultado que combina a eficiência no monitoramento do processo de trabalho pelo parceiro/arrendatário e repartição de riscos (as cláusulas relativas às situações de risco produtivo, causado por problemas climáticos), superior ao estabelecimento de salários ou de uma renda fixa. O problema é que a existência de pobreza e desigualdade afetam o resultado destes contratos.

(18) Banerjee *et alii* (1998) e Besley & Burgess (1998) tratam dos impactos sobre as mudanças institucionais referente ao processo de titulação e de reforma agrária na Índia, ressaltando a importância da redução do risco de evasão quanto do poder de barganha dos arrendatários para os impactos positivos do processo. Mostram como o *empowerment* dos agentes responsáveis pela titulação foi fundamental para aumentar o interesse dos arrendatários.

(19) Ver Convênio FAO/Incra, Principais obstáculos e fatores potencializadores dos programa de reforma agrária.

(20) A própria natureza do ativo terra (fertilidade e localização) dificulta a formação de preços gerais, especialmente em regiões com características pouco homogêneas.

(21) Os mercados modernos são segmentados, e o "mesmo" produto, com qualidade diferenciada, é vendido a consumidores com diferentes perfis de renda e de preferência.

(22) O Professor Zander Navarro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir de visitas à projetos do Cédula levanta algumas questões sobre este tema; o Professor Luis Antônio Maciel, da Universidade Federal do Ceará, em intervenção feita em seminário realizado em Fortaleza também teceu considerações sobre possíveis distorções na formação e funcionamento das associações.

Esses grupos sociais estavam submetidos a uma relação de subalternidade com o pretenso proprietário da terra, tanto nas relações sociais de produção como nas demais dimensões da vida cotidiana. Essa relação de autoridade, ainda que não deixasse aflorar a existência civil dessas pessoas (conforme Martins) não conseguia impedir que, enquanto grupo social, se estabelecesse uma complexa rede de relações sociais através das quais diversos planos sociais superpostos se consolidassem.

Quando essa relação de subalternidade foi rompida, durante a luta pela posse da terra, e superada a sujeição a que estavam submetidas essas pessoas e famílias, necessariamente esses grupos sociais não se desintegraram. Muito pelo contrário, a liberdade sonhada e adquirida não pressupunha que seus padrões sociais de comportamento comum, enquanto grupo, fossem alterados. Mudou, isto sim, a sua posição social em decorrência da superação da subalternidade.

Em inúmeros assentamentos do país houve uma confluência de pessoas e famílias de várias localidades, tenham elas sido atraídas pelas lutas sociais que ali se desenvolviam ou tenham sido realocadas pelos organismos governamentais relacionados com a questão fundiária. Em muitos casos essas pessoas e famílias encontraram no local do assentamento outras pessoas e famílias com identidade social estabelecida por rede de relações sociais consolidadas historicamente. Portanto, no processo de constituição do assentamento, grupos sociais, ou apenas grupos de pessoas e de famílias, com padrões sociais de comportamento muito distintos entre si, encontraram-se numa interação social face a face independentes das suas vontades. Isso não significa necessariamente que esses grupos sociais ao interagirem socialmente tenham sido ou seriam desarticulados, e tendentes para um processo de homogeneização social simplesmente pelo fato de pertencerem agora a um mesmo assentamento.

Por outro lado, o fato de ter-se constituído naquela área um assentamento e, em diversos casos, com a presença de pessoas e famílias de outras regiões com padrões sociais de comportamento distintos, ali instaladas pelos organismos governamentais, também não significou necessariamente que o grupo social local e os demais recém chegados tenha sido desestruturados pela suposta miscigenação social no assentamento.

A socialização subsequente, pela interação social das pessoas e famílias dos diversos grupos sociais em presença, é que proporcionará ou não a socialização e a construção de novas tipificações e, portanto, novas institucionalizações. Todavia, esse é um processo lento e gradativo, mesmo porque, conforme comentei anteriormente, nem todas as interiorizações efetuadas pelos indivíduos em face da nova realidade levam que ele se identifique com elas.

Eu tendo a supor que diversos grupos sociais que compunham parte das populações que constituíram os assentamentos por mim estudados no município de Itapecuru Mirim, no Estado do Maranhão, no sertão semi-árido dos Estados do Ceará e do Sergipe, no extremo sul da Bahia e nos municípios de Nioaque, Jardim e Guia Lopez da Laguna, em Mato Grosso do Sul apresentem características, mantidas as distinções históricas e sociais necessárias, similares àquelas comunidades camponesas corporativas definidas na tipologia de Wolf (1977: 28).

Ensejo destacar, ainda, que os graus de consolidação das identidades sociais por redes de relações sociais consolidadas historicamente nessas regiões são muito mais acentuados do que em outras situações sociais aonde o processo de desenvolvimento capitalista no campo induziu interações sociais que, senão as desfizeram pela resocialização que imprimiu, já as enfraqueceram consideravelmente.

A identidade social por origem foi observada em todos os assentamentos estudados. Isso indica, inicialmente, que a população dos assentamentos tem diferentes origens geográficas e, também, distintas inserções histórico-sociais.

Como identificação social por origem estou tentando dar conta daquelas pessoas e famílias que se agrupam, se auto-identificam e atuam como grupo social dentro do assentamento tendo como referência a localidade da qual procedem, seja o povoado, município ou região. Sem dúvida alguma que essas pessoas e famílias estabeleciam, naqueles locais de origem, alguma afinidade, dentro dos diversos planos sociais possíveis. Mas, em muitos casos observados, a auto-afirmação com relação à origem dava-se quando em contraposição a objetivos ou a formas de atuação de outros grupos sociais, em geral também auto-identificados como de origem distinta.

Tendo a supor que a identidade social pela origem é um processo de auto-representação de um grupo social cuja intensidade de explicitação é transitório e decorre da dúvida e do estranhamento que a heterogeneidade social e a nova realidade social do assentamento proporcionam. Possivelmente, outros planos sociais, vivenciados pelas pessoas e famílias desses grupos sociais com identidade social pela origem, lhes proporcionaram outros tipos de identidades sociais (múltiplas identificações sociais), as quais não se revelaram no momento das entrevistas.

Mesmo naqueles casos estudados em que o processo de interação social dentro do assentamento já tenha possibilitado estabelecer alguns novos padrões sociais comuns de compartilhamento perante a nova realidade social, como efetuarem aquisições de máquinas, plantios e criações em comum, ou pertencerem a uma mesma associação e ou cooperativa, verifiquei que essas formas de cooperação deram-se predominantemente entre os membros dos grupos sociais com identidade pela origem. Nesses casos, pareceu-me evidenciado que a confiança mútua possível sempre estava tendente a ocorrer com aquelas pessoas e famílias de mesma origem. Entre estranhos, a construção da confiança mútua é, deveras, bastante demorada, quase mesmo sem qualquer estimativa no tempo. Uma liderança do povoado Novo Horizonte, Assentamento Terra Bela, no município de Buriticupú - MA, quando indaguei sobre a afinidade que a vivência com outras famílias no povoado (32 famílias) lhe proporcionava, depois de 10 anos de assentamento, ele respondeu: estamos chegando perto.

Já a identidade social pela política supera parcialmente e contextualmente, no comportamento perante a nova realidade, a identidade social de origem, porém, não a identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente. Na identidade social pela política os objetivos instrumentais e, em casos específicos, os expressivos acabam por prevalecer no cotidiano da vida das pessoas sobre os de origem sem, contudo, negar ou apagar a identidade social por origem. Mesmo quando as pessoas afirmam que se identificam com as propostas de organização

social e econômica para o assentamento da CONCRAB, por exemplo, não deixam de ressaltar que são de determinada origem. Na maioria dos casos estudados, quando desejam utilizar referências para as práticas sociais, sejam de trabalho ou na moradia, que estão vivenciando citam as experiências vividas diretamente por eles próprios no seu local de origem (conhecimento adquirido) ou por seus parentes (em geral os pais).

Nos assentamentos estudados na região Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) a identidade social por origem e a pela política foram as mais observadas. No Mato Grosso do Sul, em decorrência da região em que realizei os estudo (municípios de Nioaque, Jardim e Guia Lopes da Laguna) os três tipos de identidade social foram constatados, em alguns casos de maneira sincrônica.

Há um outro aspecto social, agora relacionado com juízos de valor, que considero oportuno destacar. Refere-se à percepção que muitas pessoas e famílias entrevistadas explicitaram com relação ao padrão de comportamento social apresentado por diferentes categorias sociais de trabalhadores rurais. Denominei essas opiniões, por falta de melhor conceituação, de suposto perfil psicosocial dos trabalhadores rurais, segundo a opinião dos próprios trabalhadores rurais.

O meu interesse por tal assunto foi despertado quando das visitas que eu fiz no interior dos assentamentos (percorrido geral para ter uma visão de conjunto do assentamento), na coleta de informações para o estudo sobre formas de organização econômica (...) no primeiro semestre de 1998, e os meus acompanhantes trabalhadores rurais referiam-se aos moradores não apenas pelo seu nome próprio mas, também, pela categoria social (ou pela origem) em que estavam inseridos (ou provieram) antes do assentamento.

O aflorar das características desses supostos perfis psicosociais emergiram, também, quando os entrevistados faziam referências às experiências de trabalho de outras pessoas e as dificuldades/facilidades que encontravam para o exercício de certas atividades mais do que outras.

A partir dessa minha percepção preliminar, e confirmada em diversas conversas com trabalhadores rurais assentados em outras oportunidades, introduzi nas entrevistas algumas questões relacionadas com o tema. A surpresa minha aumentou quando percebi que todos os entrevistados tinham opinião sobre esse suposto perfil psicosocial dos demais trabalhadores rurais.

Notei, durante os depoimentos, que os entrevistados haviam formado juízos de valor sobre o modo de ser das pessoas cuja experiência de vida mais marcante originava-se da sua inserção anterior em algumas categorias sociais de trabalhadores rurais, comportamentos esses que os entrevistados julgavam ter reflexos, positivos e negativos, na participação nas diversas formas de associativismo desenvolvidos, na gestão do lote individual ou naquelas atividades consideradas como coletivas.

Eu suponho que esse juízo de valor desenvolveram-se no processo de interação social face a face entre as pessoas dessas diferentes categorias sociais, seja durante as conversas seja pela observação da prática social das demais pessoas. Esse intercâmbio de expressividades e objetividades pode ter gerado confronto entre padrões de comportamento, e vários significativos, de um e de outro, podem ter sido rejeitados, pelo menos durante um certo tempo.

À guisa de ilustração retirei dos meus apontamentos alguns dos traços básicos definidores desse suposto perfil psicossocial para as seguintes categorias sociais:

suposto perfil psicossocial dos trabalhadores rurais assalariados temporariamente (bóia-fria nas culturas da cana de açúcar, algodão, café, etc.):

só trabalha as horas marcadas

quando vai receber já sabe onde vai gastar

tem dificuldade para entender o longo prazo, como pagamento de máquinas, etc.

dificuldade de planejar a produção

investe pouco

vai para o barzinho todo o final de semana

não se mobiliza;

não sabem fazer rapadura, queijo, etc.

vendem rapidamente o lote

já morava na cidade

suposto perfil psicossocial do camponês do sul de tradição familiar como pequeno proprietário da rural:

mais ambicioso

trabalham toda a propriedade: plantam e criam em todo o lugar

faz todo o tipo de atividade caseira tipo agroindústria

montam comunidades e mantém tradição camponesa

tem facilidade de debater coletivo, agrovila, etc. mas só entre eles

formam espécies de clãs (são fechados)

querem sempre comprar mais terras

suposto perfil psicossocial do arrendatário/parceiro nordestino:

pega a terra e faz a casa na frente do lote

faz roça pequena

difícilmente faz horta

não planta árvores

assim que pode traz todos os parentes

suposto perfil psicossocial do trabalhador rural assalariado na pecuária de corte no pantanal matogrossense (o pantaneiro):

peçoal mais nativo

só mexe com boi

cruzado com índio

dorme das 11 às 15 horas

tranquilo, não trabalha todo o dia

gosta de tomar tererê o dia inteiro

não come verduras

pouco organizado

extremamente individualista

Em diversas circunstâncias esses juízos de valor foram determinantes para a credibilidade entre as pessoas tendo em vista, por exemplo, a cooperação para compras de máquinas em comum, para a obtenção de crédito solidário, para o plantio de roças comunitárias, etc. Mesmo as relações de vizinhança eram afetadas por tais juízos.

Nas seções, a seguir, procuro apresentar alguns casos que permitem evidenciar, quase emblematicamente, os tipos de identidades sociais constatadas. Não apresento todos os casos estudados tendo em vista que, em certa medida, resultaria em repetição que não acrescentaria novas informações ao leitor.

3.1. A identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente

O Assentamento Diamante Negro, no município Vitória do Mearim, Estado do Maranhão apresenta-se hoje como constituído por dois grupos sociais com identidades sociais distintas: um grupo social de identidade social por rede de relações consolidadas historicamente, de aproximadamente 180 famílias, atualmente denominado como o "peçoal dos fundos" e um grupo social com identidade social pela política, de 88 famílias, denominado o "peçoal da frente" (ver nota de rodapé 8 do capítulo 1). Meu objetivo, neste momento, é ilustrar a identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente como no caso do "peçoal dos fundos". Apresento, antes, alguns elementos históricos para situar o caso em apreço.

A fazenda Diamante Negro foi ocupada em 30 de junho de 1989 por um grupo de famílias relacionadas politicamente com o MST. Nessa fazenda já moravam mais de 180 famílias, há mais de 30 anos, na situação de arrendatárias. As famílias que ocuparam a fazenda eram originárias do próprio município Vitória do Mearim. Essa ocupação só foi regularizada pelo INCRA em 1994.

As famílias que já moravam na fazenda ocupada viviam em 12 povoados, distantes uns dos outros por aproximadamente 1 a 3 km. Na atualidade, em consequência do crédito de habitação (liberado em 1996), esses povoados foram agrupados: passaram de 12 para 6. Predominam, nesses povoados e entre alguns deles, as relações de parentesco.

Quando ocorreu a ocupação da Fazenda Diamante Negro essas famílias deixaram de pagar a renda da terra e permaneceram como posseiras. Porém, inúmeras das famílias arrendatárias na Fazenda Jutai já não pagavam renda ao proprietário da terra há mais de 18 anos, em consequência das lutas desenvolvidas por elas sob a liderança do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Monções, segundo os depoimentos do pessoal de uma das atuais vilas ou povoados, anteriormente denominadas de centros, no caso Centro (hoje vila) dos Cordeiros.

É oportuno enfatizar que o "pessoal dos fundos" sempre esteve (e permanece) relacionado com os sindicatos de trabalhadores rurais. Já o "pessoal da frente", além de não se constituírem como parte dos ex arrendatários das fazendas ocupadas, estão relacionados com o MST.

O "pessoal da frente" (frente para a rodovia), reside na Vila Diamante. Nesta Vila, as famílias de trabalhadores rurais relacionadas com o MST implantaram um Centro de Capacitação para todo o assentamento. Parte dessas 88 famílias, num total de 25 famílias, constituíram um grupo coletivo. Posteriormente criaram uma cooperativa com a idéia de juntar todas as famílias da Vila Diamante. Nessa oportunidade desfez-se o grupo coletivo. Posteriormente, diversas famílias deixaram a cooperativa e fundaram uma associação.

O "pessoal dos fundos" já havia criado uma associação congregando as 180 famílias. Tempos depois, em função de divisões internas, foram criadas mais 3 associações, permanecendo hoje, portanto, 4 associações.

O denominado "pessoal da frente", da Vila Diamante, exercia liderança em toda a região do entorno do município de Vitória do Mearim por terem sido os responsáveis pela primeira ocupação de terras naquela região, além de terem resistido na terra apesar das várias pressões sofridas.

Somente durante a luta de resistência na terra, após a ocupação das fazendas, é que o "pessoal dos fundos" e o "pessoal da frente" uniram-se efetivamente.

Há, entre a área onde hoje situa-se o "pessoal da frente" e aquela do "pessoal dos fundos", um lago de aproximadamente 3.000 há (com regime de águas sazonais cheia e seca, em função do regime de águas do rio Mearim) que contribuiu para a separação, agora física, entre os dois grupos sociais.

Esse lago é hoje um dos motivos de discórdia entre os dois grupos sociais. O "pessoal dos fundos" sempre morou à beira desse lago. Hoje, entretanto, esse lago é patrimônio que pertence ao conjunto das famílias assentadas. Porém, como houve equívocos na medição das terras, uma parte do "pessoal dos fundos" teve seus lotes parcialmente localizados dentro do lago, o que está exigindo a realocação dessas famílias em novos lotes.

Segundo os depoimentos de famílias do "pessoal dos fundos" a Associação por eles criada tem estado sob o domínio de uma só família, antiga moradora da localidade e ligada ao sindicato de trabalhadores rurais (ex delegados sindicais).

O "pessoal dos fundos" já vivia naqueles 12 povoados há mais de 30 anos. Esses povoados estavam próximos do rio Mearim (antiga frente da fazenda), sendo que os deslocamentos das pessoas davam-se ou por picadas pelo mato ou pelo rio. Mesmo depois da ocupação da terra, o estilo de vida daquelas famílias permaneceu igual àquele que vivenciavam quando estavam morando (terra de trabalho e de moradia) nos diversos Centros (forma como o proprietário "dispunha" geograficamente as famílias aparentadas entre si tendo em vista o uso da terra arrendada) agrupadas em 4 a 5 famílias unidas pelo parentesco.

O atual Povoado ou Vila Água Branca, onde hoje moram 30 famílias, está constituído por famílias pertencentes a apenas dois troncos familiares. Antes de 1977 moravam em diversos Centros. Essas pessoas e famílias, assim como nos demais antigos Centros, e atuais povoados do "pessoal dos fundos", desenvolverem no cotidiano de suas vidas padrões comuns de comportamento social onde diversas institucionalizações, produtos das longas interações sociais face a face que permitiram tipificações recíprocas de ações habituais, foram sendo estabelecidas e, portanto, definindo para eles mesmos "um mundo social" próprio. O significado dessas instituições do "pessoal dos fundos" é inacessível ao "pessoal da frente" e vice-versa, ao menos até que uma vivência comum proporcione condições sociais para que novas tipificações recíprocas de hábitos sejam estabelecidas.

Esses "mundo sociais" próprios incorporaram vivências e, depois, memórias de luta sociais (no caso relacionadas com o pagamento da renda da terra) muito anteriores àquela representada pela ocupação da fazenda realizada em 1989. O atual Povoado dos Cordeiros, antigo Centro dos Cordeiros (então Fazenda Jutai), há 20 anos atrás, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monções já havia desencadeado lutas sociais, e obtido êxito, para o não pagamento da renda da terra. Dessa época (final da década de setenta) até a ocupação da terra pelo "pessoal da frente", essas famílias não pagavam mais a renda da terra e permaneciam como posseiras. Portanto, essas famílias já possuíam terra para produzir e a sua luta recente pela terra tinha mais o aspecto moral (reconhecimento do que já era deles de fato) do que econômico, este representado pela redistribuição da terra que motivara o "pessoal da frente".

As diferenças de concepções e práticas sociais com relação ao mundo real entre esses dois grupos sociais com identidades sociais distintas entre eles podem ser reafirmadas quando, seja por inadvertência ou seja intencionalidade, os organismos governamentais e ou os movimentos sociais insistam na formação de uma unidade interna a partir de motivos ou razões externas, como no caso a tentativa frustrada de criar-se uma única associação econômica entre as pessoas e famílias do Assentamento Diamante Negro. Ademais, mesmo a indução para o desenvolvimento de formas de cooperação na produção (grupos coletivos, semi-coletivos, uso em comum de terras, etc.) deveria ter levado em conta as fortes diferenças nos padrões de comportamento social entre grupos sociais distintos, de maneira que as novas interações sociais face a face que sejam estabelecidas entre os dois grupos sociais (ou mais grupos, dependendo das circunstâncias) levem em consideração a existência dessas diferenças históricas e sociais.

A dificuldade maior que os organismos governamentais e os movimentos sociais enfrentam nessas circunstância advém da própria incapacidade, por um lado, e da falta de vontade política, por outro lado, das pessoas dessas organizações "de fora" em perceberem que num assentamento, enquanto espaço onde plasma-se uma nova organização social, podem ocorrer interações sociais entre pessoas ou famílias de diferentes grupos sociais sem que necessariamente haja identidade social entre essas pessoas e famílias ou entre os grupos sociais com os quais sintam-se identificadas.

A constituição do assentamento significa uma transição, como já comentado anteriormente, na vida das pessoas e famílias quando estas passam, então, a experimentar uma nova realidade. Os indivíduos irão interiorizar a nova realidade, mas em vez de fazer dela a sua realidade, a utilizarão com especiais finalidades, executando nela certos papéis (Berger e Luckman; 1977: 227). A interiorização da nova realidade pelos indivíduos, no processo da resocialização induzido pela nova situação denominada de assentamento, não significará que eles identificar-se-ão com ela.

Os grupos sociais com identidade social estabelecida a partir da rede de relações sociais consolidadas historicamente foram percebidos por mim em diversos assentamentos estudados. Em cada um deles, entretanto, esses grupos sociais afloraram, no contexto do assentamento, com particularidades, não apenas em decorrência do contexto histórico-social em que foram sendo constituídos mas, suponho, pela forma como foram estabelecidas as novas interações sociais na realidade do assentamento, as quais proporcionaram condições objetivas para que as diferenças subjetivas entre eles fossem explicitadas.

A referência, a seguir, a alguns casos desse tipo de identidade social contribuirão para ilustrar essas idéias.

No Assentamento Vitória, cuja área situa-se parte no município de Itatira e parte no de Canindé, sertão do Estado do Ceará, percebi a presença de dois grupos sociais por eles auto-denominados de "o pessoal de Cachoeira Cercada" e "o pessoal da Fazenda Vitória". O grupo social de Cachoeira Cercada estava constituído por 26 famílias, e o grupo da Fazenda Vitória por 52 famílias. As pessoas e famílias desses dois grupos sociais constituíam a totalidade das famílias desse assentamento.

Esses dois grupos sociais apresentam histórias que na maioria dos seus planos sociais são próximas uma das outras e que, em momentos decisivos como o da luta pela terra, foram compartilhados. Mesmo assim, as diferenças tornaram-se tais que há, na atualidade, separação física entre eles, ainda que vivendo dentro do mesmo assentamento. Listo, a seguir, algumas informações históricas que evidenciam as circunstâncias sociais passadas (antes do assentamento) que os aproximavam socialmente:

eram todos arrendatários/posseiros das três fazendas vizinhas (Cachoeira Cercada, Mato Grosso e Bandeira Velha) que hoje constituem, juntas, o Assentamento Vitória;

todas as famílias são antigos moradores dessas fazendas. O mais antigo morador informou que seu pai e tios chegaram naquela área em 1927;

compartilharam das lutas pela posse da terra nessas fazendas, e nas duas outras (Mato Grosso e Bandeira Velha), durante seis anos seguidos (1979 a 1985);

de 1983 a 85, período de maior intensidade dos conflitos, segundo depoimento, houve momento em que não podíamos trabalhar sozinhos: juntava 30-40 para trabalhar na roça de cada um como segurança, se fosse uns poucos corria o risco de não voltar; os capangas andavam armados com rifles e revólveres, o povo andava com machado, foice, etc.; quando ia prá roça ia a família toda; vizinhos diziam vocês vão morrer quase tudo. Mas não temos para onde ir. Polícia era pelos donos; fazendeiro abria buraco na cerca para o gado invadir área dos moradores, fazendeiro pôs fogo, queimou tudo, mas reconstruímos, passamos 9 anos com medo;

nessa luta social pela posse da terra essas famílias tiveram o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itatira, CE;

a imissão de posse efetivou-se em dezembro de 1987;

seus estilos de vida eram (são) extremamente semelhantes, inclusive a terra é de posse coletiva, não foi parcela, e combinam-se atividades particulares de cada famílias (pequena extensão de terra) com atividades denominadas comunitárias e ou coletivas. Porém, as atividades coletivas que tenham sido praticadas conjuntamente pelos dois grupos sociais, a partir de 1987, foram logo em seguida, menos de um ano e meio depois, separadas. Os dois grupos sociais continuam a praticar roças e criatórios comunitários ou coletivos, porém, separados uns dos outros;

foi estabelecida, em 1988, por um acordo entre os dois grupos sociais, uma linha divisória, denominada de "estaca zero", que delimitou os espaços físicos para o uso do solo por cada um dos dois grupos sociais. Na expressão local dizem "pessoal daqui não passa prá lá e vice-versa, isso para trabalhar".

em maio de 1988 foi fundada a Associação dos Assentados da Fazenda Vitória tendo como filiados todos as famílias do assentamento;

essa filiação perdurou por menos de dois anos. Os dois grupos separaram-se. Em Cachoeira Cercada foi criada uma nova associação (Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Cachoeira Cercada) e depois uma cooperativa. A antiga associação ficou restrita ao "pessoal da Fazenda Vitória". Este grupo social também criou uma cooperativa.

Durante as entrevistas efetuadas no final de 1998 eu ouvi inúmeras evasivas com relação aos motivos dessa separação após o convívio, aparentemente cordial, durante tantos anos. E nos dias que passei nesse assentamento não me foi possível encontrar evidências convincentes nos

depoimentos. Ouvi e anotei diversos juízos de valor de um grupo sobre o outro, todos eles de natureza pejorativa. A única informação que pude obter de maior consistência relacionou-se com a prática da agricultura coletiva (ou melhor, todos trabalharem juntos), entre todos os membros dos dois grupos sociais, logo após a conquista da terra. Esse coletivo era administrado pela Associação dos Assentados da Fazenda Vitória.

Essa prática de "todos trabalharem juntos e cultivarem a mesma terra", segundo os depoimentos, teve início por volta de 1983 quando a luta pela terra acirrou-se e as famílias tinham medo de ir para a roça sozinhas. É oportuno ressaltar que no semi-árido nordestino o uso de terras em comum para algumas atividades, em geral pastos ou plantio de forrageiras, é prática usual. O diferente nesse caso em apreço foi que essa prática estendeu-se para todas as roças e criações, e entre dois grupos sociais que mantinham relativa distância social entre eles.

Após o término das hostilidades, os dois grupos ensaiaram, ainda, manter esse compartilhamento das terras e do trabalho. Não deu certo. O argumento, do pessoal de Cachoeira Cercada, foi de que a área escolhida para o plantio coletivo era longe de lá (7 km.) e não tinham carro para ir e voltar. O pessoal da Fazenda Vitória afirmou: eles querem o carro da Associação para vir para o coletivo, mas quem paga o óleo? Bem, essa foi a única razão demonstrada pelos dois grupos sociais para a separação.

A minha suposição para esse distanciamento social e, mesmo, o desdém demonstrado mutuamente entre os dois grupos sociais está relacionada com o parentesco enquanto valor (Woortmann, 1994:92) e que me pareceu ser fundamental para a identidade do grupo social de Cachoeira Cercada. Isso não exclui a existência de parentesco dentro do grupo social da Fazenda Vitória. Entretanto, nos depoimentos das pessoas e famílias da Fazenda Vitória, esse plano social foi enfatizado apenas uma vez quando um entrevistado declarou que "aqui quase todo mundo é parente. 70% são da família Castro. Eu não sou, mas muita gente é."

Diferentemente, nas entrevistas realizadas com as pessoas e famílias de Cachoeira Cercada sempre havia afirmações que insistiam no parentesco. Essa relação social era, para esse grupo social, uma institucionalização reconhecida por todos. Numa das entrevistas estavam presentes mais de 15 pessoas (--- foram chegando aos poucos) e num certo momento um deles começou a definir as relações de parentesco entre todos os presentes com as seguintes expressões: "eu sou casado com a irmã dele; ele é casado com minha prima; aquele é meu tio, o outro ali meu sogro; aqueles dois são meus irmãos; aquela mulher acolá é casada com um outro meu irmão" etc.

Em suma, em relação "ao pessoal de Cachoeira Cercada", tem-se que:

essas 26 famílias mantêm entre si relações de parentesco e hoje estão ligadas a dois troncos familiares, denominados "os Laurindo" e "os gados";

descendem de 3 famílias, moradoras na área em apreço (Fazenda Cachoeira Cercada) desde de 1946;

a ocupação da Fazenda Cachoeira Cercada começa por volta do ano 1946, pois ela era considerada, ao menos a parte ocupada à época, como "fundo de terras ou sobra de terras"

com a morte do dono da fazenda, o procurador dos novos donos mudaram as regras do arrendamento, induzindo a conflitos sociais;

O sentimento de pertencimento à área Cachoeira Cercada é assim expresso : "todos nascemos e fomos criados aqui. A terra é alta e boa. Tudo o que sofremos foi aqui."

Eu suponho que em alguns dos casos observadas as diferenças entre os grupos sociais apenas afloraram quando constituiu-se o assentamento. Essas diferenças estavam latentes e socialmente camufladas, seja pelas rotinas sociais do cotidiano da vida no período da sujeição ao dono da terra, situação essa que não demandavam novas interações sociais, seja, diversamente em outra situação, quando devido às exigências objetivas e imediatas de solidariedade perante o conflito social. Nessas duas situações históricas, no meu entendimento, as diferenças entre esses dois grupos sociais convivendo numa mesma área não afloraram.

O desdém com que um grupo social trata o outro é assim expresso: as pessoas da Fazenda Vitória dizem que o pessoal de Cachoeira Cercada é "tudo uma família só e vivem que nem bichos; eles sempre foram de lá, nós daqui; lá parece que não é terra prá morar gente, nas reuniões eles ficam de costas; hoje Cachoeira Cercada não é mais da comunidade da Fazenda Vitória." Já as pessoas de Cachoeira Cercada consideram que o "pessoal de lá era muito medroso; a nossa luta começou primeiro que a de lá; eles fizeram a associação e queria que o pessoal mudasse para lá. "

Um outro caso que posso destacar à guisa de exemplo do tipo de identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente, diria do subtipo "asituacional", são os grupos sociais de alguns povoados (total de 8) do Assentamento Entroncamento, município de Itapecurú Mirim, Estado do Maranhão. Esse assentamento foi implantado em 1991, e foi constituído por 312 famílias. Uma parte, quase a metade, da pessoas e famílias que ali vivem são remanescentes de quilombos. Seus ascendentes já viviam naquela área há mais de 100 anos.

Um dos povoados estudados foi o povoado da Felipe. A pessoa entrevistada desse povoado, dona. Nilza Nascimento dos Santos, 57 anos, é descendente da família mais antiga desse povoado cuja origem "perde-se no tempo". Ela estima em aproximadamente 200 anos (pelas contas que fez em relação às idades de nascimento e morte dos pais, avós e tataravós) pois esse povoado, quando sua tataravó era viva, denominava-se de Barriguda, depois Morro da Felipa e hoje Felipa (Felipa era o nome da tataravó de dona Nilza).

No povoado da Felipa todas as pessoas são ligadas entre si por laços de parentesco. E todas as atividades lá realizadas, desde o processo produtivo até aquelas relacionadas com a moradia, incluindo festividades, lazer, as comemorações dos ciclos das culturas, etc., são mediadas simbolicamente pela religião.

As práticas do mutirão e troca de dias de serviços, usuais nesse povoado, são mediadas por valores como a solidariedade entre as famílias, moral e economicamente aceitas como indispensáveis: são atividades impregnadas por valores religiosos e de parentesco. Como as práticas agrícolas e de criatórios reproduziam as técnicas tradicionais, sem inovações tecnológicas e com débil relação com o mercado, inclusive o financeiro, as reuniões do povoado eram apenas de cunho religioso (Carvalho, 1998: 79)

Esse povoado, como um dentre 8 dentro do Assentamento Entroncamento, vivenciava a sua existência cotidiana com características muito próximas da comunidade camponesa corporativa (Wolf). A interação social entre as famílias desses povoados é mediada, também, por práticas comunitárias religiosas e profanas, e muito imbricadas entre si: as missas, rezas, ladainhas, festa de São Benedito, festa do Divino, festa de São Sebastião, o tambor de crioula e a dança do côco.

A relação social entre os diversos povoados sempre foi muito tênue. Contemporaneamente, essa relação social tornou-se mais intensa em decorrência dos movimentos sociais pela identidade do negro. A Associação constituída nesse assentamento serve apenas como mediação instrumental entre as necessidades materiais dos povoados e as políticas públicas. As possibilidades de unidade social entre as pessoas e famílias desses povoados, se já existente ou se for obtida, passará por outros planos sociais que não o econômico.

Nos assentamentos estudados no extremo sul da Bahia, no município de Buriticupú, Estado do Maranhão, nos municípios de Canindé, Itatira e de Caucaia no Estado do Ceará e aqueles nos municípios de Nioaque, Jardim e Guia Lopez da Laguna, no Estado do Mato Grosso do Sul, a identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente é frequente.

Esses grupos sociais assim identificados encontram diversas dificuldades de convívio com outros grupos sociais, com tipos de identidade social distintas, em geral com aqueles grupos sociais identificados socialmente pela política. Como são moradores na área em que se deu o processo de luta pela terra e, depois, a desapropriação da terra, a garantia legal de um lote de terra, mesmo que muitas vezes sob posse coletiva, representa para essas pessoas e famílias, objetiva e subjetivamente, a libertação da sujeição que vivenciaram durante muitos anos (conforme comentamos no capítulo 1). Portanto, alcançaram o objetivo pessoal e moral a que se propunham.

Sem dúvida que novos objetivos instrumentais e expressivos são e serão constantemente definidos. Mas, em função do curto período de existência desses assentamentos (em média de 8 a 10 anos), os "objetivos de uma vida", principalmente para as gerações mais velhas, estavam concentrados na superação da sujeição e na obtenção da posse legal da terra.

As demandas das gerações mais jovens por melhor qualidade de vida, assim como as exigências econômicas de incorporação de novas tecnologias e de inserção dos produtos do assentamento nos mercados mais amplos que o local, pressionam, certamente, para que os comportamentos sociais com relação ao Estado e aos mercados sejam modificados, promovendo alterações nas formas de organização econômica e social dos assentamentos. Esses processos de mudanças

influenciaram os objetivos das pessoas e famílias dos trabalhadores rurais nos assentamentos.

A dúvida, e a conseqüente tensão emocional, em que essas pessoas vão sendo colocadas no processo de resocialização nas novas interações sociais no assentamento, seja por pressão de outros grupos sociais, seja pelos organismos governamentais e dos movimentos sociais, para que se organizem, inovem tecnologicamente, estabeleçam relações intensas com o mercado, obtenham créditos, introduzam novos elementos de linguagem, de cálculos econômicos, etc., gera situações de conservação crítica das interiorizações anteriores (Berger e Luchman, 1977: 198) podendo ou não desconfirmar a realidade subjetiva dessas pessoas.

A dúvida necessita ser superada para que uma nova estabilidade psicossocial seja encontrada, o que significará a possibilidade da realidade subjetiva de cada um ser transformada nos novos processos sociais (resocialização) que estão sendo vivenciados na nova realidade do cotidiano, agora do assentamento. Esse processo é mais longo do que supõem as organizações burocráticas, tanto dos governos como dos movimentos sociais, que acabam por tornarem-se nos assentamentos, conscientes ou não, no pessoal responsável pela plausibilidade da resocialização. Para que isso se desse seria necessário que as pessoas e famílias dos diversos grupos sociais identificassem-se com esse pessoal (socializante) que tenho denominado como "de fora".

As relações entre as pessoas e famílias dos assentamentos com o pessoal dos organismos governamentais é meramente instrumental e efêmera, não desenvolvendo entre eles vínculos sociais mais duradouros. Com os grupos sociais identificados socialmente pela política as possibilidades seriam maiores tendo em vista que essa resocialização dar-se-ia na interação social face a face entre as pessoas e famílias desses grupos sociais em presença. Todavia, os casos estudados evidenciam que essas interações sociais entre grupos com identidades sociais distintas tem encontrado dificuldades nas interações sociais porque, suponho, tem havido uma expectativa muito elevada na obtenção de resultados da resocialização, capaz de construir novas tipificações recíprocas de hábitos e as institucionalizações correspondentes, como se este processo social fosse similar, temporal e subjetivamente, àqueles de caráter instrumental e de resultados plenamente mensuráveis tipo juntar um grupo de pessoas para construir uma barragem ou para a construção de uma cerca.

O caso do Assentamento Diamante Negro, no município de Vitória do Mearim, já comentado anteriormente neste capítulo, ilustra, também, como um grupo social (conhecido no assentamento como o "pessoal da frente" ou da Vila Diamante) de identidade social pela política apresentou dificuldades quase insuperável de relacionamento com o "pessoal dos fundos", grupo social cuja identidade social deu-se por rede de relações sociais consolidadas historicamente, mesmo que ambos os grupos tenham sido constituídos por (ex) trabalhadores rurais sem terra e tenham vivenciado histórias similares de sujeição ao pagamento da renda da terra.

Entre "o pessoal dos fundos" do assentamento Diamante Negro no município de Vitória do Mearim- MA, o grupo social de Cachoeira Cercada, Assentamento Vitória, município de Canindé - CE assim como outros grupos sociais cuja identidade social foi estabelecida por rede de relações consolidadas historicamente, como aqueles dos assentamentos no extremo sul da Bahia e no sudoeste de Mato Grosso do Sul e o grupo social do povoado da Felipa, Assentamento Entrocamento, município de Itapecurú Mirim - MA, há uma diferença de grau de consolidação

dessa rede de relações sociais consolidadas historicamente, refletindo-se na maior ou menor intensidade e velocidade que se dará o novo processo de resocialização.

Devo supor, ainda que fuja do escopo deste estudo, que o parentesco tenha um papel fundamental no grau de consolidação e de coesão social dessa rede de relações sociais consolidadas historicamente e que é tema indispensável de ser aprofundado para a compreensão da identidade social desses grupos sociais.

3.2. A identidade social pela origem

Pude observar uma tendência entre as pessoas e famílias que participam da luta pela terra em deslocarem-se de seus locais de origem em grupos de pessoas e ou famílias, estas mantendo entre si ou não algum grau de parentesco. Nos processos de ocupação de terras essa tendência é mais acentuada tendo em vista que, de maneira geral, as pessoas e famílias que se deslocam para a ocupação ou o assentamento tem algum respaldo logístico de amigos, vizinhos ou parentes que permaneceram nos seus locais de origem.

Possivelmente, em decorrência dessa "forma de saída da origem" e "de chegada no acampamento e ou no assentamento", ou seja, em grupos de pessoas e famílias que se aproximam uma das outras a partir de afinidades subjetivas que desenvolvem entre elas (vizinhos ou conhecidos no local de origem, contatos na estrada, no caminhão, na vizinhança de barracas no acampamento, etc.), porque oriundas de uma mesma localidade, essas pessoas e famílias foram gradativamente agrupando-se pela origem e desenvolveram nessa prática não uma identidade social mas sim afinidades conjunturais em função de objetivos bem determinados. Por outro lado, há uma preferência das coordenações dos acampamentos em agrupar as pessoas e famílias por origem, emulando assim essa interação social entre pessoas e famílias da mesma origem no sentido de constituírem um grupo social.

Em todos os assentamentos estudados constatei grupos sociais com identidade social pela origem. Em alguns casos observei que mesmo quando as pessoas e as famílias do grupo social verbalizaram a sua auto-representação com elementos que me induziram a perceber um tipo de identidade social, as conversas (entrevistas) com outras pessoas do grupo social com a qual identificavam-se acabavam por revelar alguns outros elementos, não dominantes na verbalização durante as entrevistas, relacionados com parentesco.

No capítulo 2, anterior, apesar de referir-me à posse legal da terra como base da nova sociabilização, comentei sobre a presença do que denominei de sentimento de pertencimento a uma localidade, no contexto social criado pelo assentamento. Entretanto, em vários assentamentos pude observar que as pessoas e famílias mesmo que provenientes de localidades onde vivenciaram o processo de sujeição pela renda da terra, o sofrimento do trabalho nas condições mais adversas de produção e a ausência de existência civil, ainda mantinham o

sentimento de pertencimento àquela localidade.

Nesse sentido é que o sentimento de pertencimento a uma localidade está presente nas pessoas, em maior ou menor grau de intensidade, que se deslocaram para a área dos assentamentos.

A minha hipótese sobre a identidade social por origem, que possa ser percebida em diversos grupos sociais nos assentamentos, é que essa identidade social é desenvolvida ou explicitada quando as pessoas e famílias de um determinado grupo social, cuja origem geográfica é comum, estabelecem interação social com outros grupos sociais de origens geográficas distintas das deles e percebem que há diferenças entre eles, tanto no padrão de comportamento no cotidiano perante a nova realidade social quanto em função de interesses pragmáticos conflitantes.

A identidade social pela origem, diferentemente daquela por rede de relações sociais consolidadas historicamente ou aquela pela política, desenvolve-se em circunstâncias particulares. Portanto, é uma identidade social cuja função social tem caráter transitório ou efêmero e que responde às necessidades de afirmação de grupos de pessoas (não necessariamente grupos sociais) num situação social dada: o assentamento. Todavia, o sentimento de pertencimento a uma determinada localidade ou área geográfica perdura nas pessoas, mesmo que o grupo social tenha sido desagregado.

Num dos assentamentos estudados a identidade social pela origem ficou muito bem caracterizada. Poderia afirmar que ela apresenta-se como emblemática desse tipo de identidade social, conforme descrição a seguir.

A área hoje correspondente ao Assentamento Pontal do Tigre, no município de Querência do Norte, noroeste do Estado do Paraná, foi ocupada em junho de 1986, sendo que a imissão na posse deu-se em outubro de 1996.

Foi possível identificar dois períodos na história desse assentamento: de 1986 a 1993, caracterizado pelo individualismo das pessoas e famílias e pelo conflito interno entre grupos sociais; de 1994 até a época da entrevista, dezembro de 1998, o desenvolvimento da cooperação entre as pessoas e famílias, a consolidação econômica e social do assentamento e a criação de diversas formas de associativismo envolvendo grupos de produção com predomínio das atividades de produção individualizadas, grupos semi-coletivos, núcleos de produção até a constituição de uma das mais bem sucedidas cooperativas de produção e serviços (CPS), de âmbito regional, entre os assentamentos do Estado do Paraná (ver Carvalho, 1998: 62).

O Assentamento na Fazenda Pontal do Tigre deu-se de maneira bastante tumultuada por diversos motivos, entre os quais destaco: essa fazenda já estava desapropriada quando ocorreu a ocupação da terra, sendo que de 1986 até 1996 continuou a chegar novos contingentes de famílias; foi a primeira fazenda da região noroeste do Estado do Paraná a ser ocupada, tendo havido forte resistência dos fazendeiros da região; o prefeito do município de Querência do Norte, assim como vários políticos do Estado imiscuíram-se na seleção das famílias que iriam ser

assentadas; o primeiro grupo a ocupar a terra era vinculado ao MST que apenas iniciava suas atividades na luta pela terra no Estado.

Os trabalhadores rurais sem terra que ocuparam a fazenda Pontal do Tigre apresentavam as seguintes características;

categorias sociais:

filhos de pequenos produtores rurais;

trabalhadores rurais assalariados temporários (bóia-fria);

arrendatários;

pequenos produtores rurais que haviam perdido a terra;

trabalhadores assalariados em serviços diversos (serventes de pedreiros, marceneiros, etc.)

origens

de vários municípios do Estado do Paraná

de vários Estados do Brasil.

confissões religiosas:

Deus é Amor

Adventista

Católico

Luteranos

Assembléia de Deus

Igreja Universal do Reino de Deus

número de famílias

atuais: 336

em 1996 chegou a 600 famílias, cujo excedente fez novas ocupações de terras (nota: hoje no Município de Querência do Norte existem 8 assentamentos e 11 acampamentos)

Quando essas pessoas e famílias (aproximadamente 314 famílias) chegaram na área da fazenda Pontal do Tigre estavam agrupadas em 5 grupos com origens geográficas bem definidas e sob lideranças políticas diversas. Esses grupos estavam assim constituídos, segundo a auto-denominação assumidas pelos próprios trabalhadores rurais:

grupo de Castro (município de Castro, PR), com 42 famílias e próximos ao MST;

grupo de Reserva (município de Reserva, PR), com 75 famílias e próximos ao MST. Esse grupo já havia efetuado ocupação de terra no município de Matelândia - PR mas tiveram que desocupar a área por ter sido considerada produtiva;

grupo de Capanema (município de Capanema, PR), com 75 famílias e sob a influência de ex governador do Estado do Paraná e deputados estaduais daquele município;

grupo de Amaporã (município de Amaporã, PR), com 35 famílias e mais próximos da CPT e da igreja católica do município de Paranavaí, PR;

grupo de arrendatários, 87 famílias, que moravam há 5 anos na fazenda Pontal do Tigre, compostos por trabalhadores rurais nordestinos e próximos, politicamente, do então prefeito do município de Querência do Norte. Esses arrendatários plantavam exclusivamente algodão, pois não podiam plantar qualquer outro vegetal, nem alface, como informou um entrevistado, dado a relação social de produção em que se inseriam.

Esses grupos foram se instalando em locais distintos da fazenda Pontal do Tigre, pois a terra ainda não estava parcelada, o que ocorreria 10 anos depois (imissão na posse deu-se em outubro de 1996 e a ocupação em 1986). Cada grupo, conforme os depoimentos, criou para si, independentes uns dos outros, uma estrutura comunitária formada pela escola, igrejas e lugar para as festividades. A tendência, até 1995, foi a de consolidar vários povoados, cada um deles com um grupo de pessoas e famílias de mesma origem. Cada grupo fazia as suas reivindicações de forma isolada um do outro.

Esse processo de individualização dos grupos manteve-se até 1989 quando, então, começaram a ocorrer problemas que afetavam a todos os assentados (problemas considerados como comuns aos grupos) e esses grupos necessitaram reunirem-se para tomar decisões. Nesse processo de debates e decisões para a ação as diferenças afloraram. Esse embate durou de 1989 até 1994/95.

De 1986, época da ocupação, até 1996, época da imissão na posse, o assentamento "inchou de gente; todos esses grupos incharam de parentes": passou de 314 famílias em 1986 para 600 famílias em 1996 (permaneceram 336 famílias após a imissão na posse). Esse aumento do número de famílias deveu-se, segundo os entrevistados, a vários filhos de assentados que casaram e permaneceram no assentamento e, principalmente, pela vinda de parentes das famílias ali assentadas.

Os assuntos básicos que provocaram as desavenças entre os grupos foram, segundo as declarações dos entrevistados:

o gado do fazendeiro no assentamento (considerado o estopim do racha entre os grupos);

a utilização da casa sede da fazenda;

as ameaças de despejo;

eleições municipais e

o desacordo entre o INCRA-PR e o pessoal ligado ao MST com relação ao número de famílias que seriam efetivamente assentadas na fazenda Pontal do Tigre.

A questão denominada "o gado do fazendeiro" resumia-se em dois pontos: os fazendeiros da região para pressionarem os trabalhadores rurais sem terra soltavam o gado sobre as plantações dos diversos grupos; os dois grupos sob orientação do MST (grupo de Castro e grupo de Reserva) achavam que se deveria matar o gado, e os outros três grupos apresentavam restrições a essa proposta.

Segundo os depoimentos, o grupo mais ligado à igreja católica (grupo de Amaporã) achava que essa iniciativa (matar o gado) seria pecado, etc. Os dois outros grupos (Capanema e locais) iam indagar do prefeito e do delegado de polícia se podiam matar o gado. Essa polêmica e as ações de abate do gado duraram de 1989 até 1991, quando praticamente todo o gado já havia sido abatido.

De acordo com os depoimentos, a denominada "questão do gado" contribuiu inicialmente para a explosão das contradições e o isolamento entre os grupos, porém, como o conflito social com os fazendeiros da região estava acentuado, as divergências entre os grupos foram diminuindo em função de um novo objetivo comum: enfrentar os fazendeiros. Consideraram os entrevistados que a "questão do gado" contribuiu contraditoriamente para que as divergências e, depois, para que a união entre os grupos se desenvolvesse (união essa que só iria concretizar-se a partir de 1995).

Antes de continuar as informações sobre o caso em apreço, creio ser interessante ressaltar que os grupos de pessoas e famílias com origens diferentes somente começaram a assumir uma identidade social pela origem quando encontraram-se efetivamente numa nova realidade, no caso a do assentamento, e quando os confrontos de idéias entre os grupos acirraram-se. Esses 5 grupos, até então agregado de pessoas e famílias, passaram a comportarem-se como grupos sociais quando o grupo passou a ter uma função social e objetivos delimitados para todos os seus membros, quando, inclusive, começaram a auto-identificar-se socialmente pela origem na construção dos seus povoados dentro do assentamento e tiveram que defender posições político-ideológicas como grupo social nas reuniões com o demais grupos sociais, como naquelas relacionadas com a "questão do gado" (e outras que serão comentadas a seguir).

Esses grupos sociais, no entanto, mantinham outras identidades sociais, em outros planos sociais, como, por exemplo, com outros grupos de pessoas que indiretamente lhe deram apoio na ocupação e nos embates que se seguiram, como o MST, a igreja católica (CPT), os políticos, a nível do Estado, com interesses regionais, o prefeito e as demais forças políticas locais, etc. Eu poderia afirmar que a identidade social pela origem apresentou-se como aquela com maior presença social em decorrências das circunstâncias histórico-sociais, como a do assentamento. Mas, tudo leva a crer que as pessoas e famílias possuíam uma multiplicidade de identidades sociais em outros planos sociais das suas vidas que não se revelaram para mim durante as entrevistas, mas que a sua vinculação, por exemplo, com a CPT (grupo de Amaporã) ou com o

MSt (grupos de Castro e de Reserva) poderiam indicar.

Suponho, portanto, que a hipótese que avantei no início desta seção 3.2, ou seja, que a identidade social pela origem é desenvolvida e aflora socialmente quando as pessoas e famílias de um determinado grupo social, cuja origem geográfica é comum, estabelecem interação social com outros grupos sociais de origens geográficas distintas e percebem que há diferenças entre eles, seja no padrão de comportamento no cotidiano da nova realidade social seja em função de interesses pragmáticos conflitantes.

Se a hipótese acima confirma-se poderia supor, também, que a identidade social pela origem é circunstancial e efêmera. Esse tipo de identidade social, entretanto, e referindo-me apenas aos casos estudados nos assentamentos, tem considerável importância subjetiva para as pessoas e famílias que, num determinado momento de suas vidas encontram-se numa nova realidade em que as novas interações sociais face a face dar-se-ão predominantemente com estranhos. Nesse contexto, as pessoas e famílias de um grupo de mesma origem, ainda que muitas vezes desconhecidos entre si, geram subjetivamente um "nós" que se afirma perante os outros.

Numa outra perspectiva eu poderia supor que os grupos de Castro e de Reserva, com maior relações com o MST, poder-se-iam classificar como do tipo identidade social pela política. Entretanto, entrevistando pessoas desses grupos pude constatar que a origem teve, ao menos no período 1986 a 1995, um peso relativo muito alto. Mesmo nos dias em que as entrevistas foram realizadas (final de dezembro de 1998) quando indagava sobre essa identidade pela origem, pessoas mais politizadas e próximas ao MST afirmavam: hoje nós somos do Pontal do Tigre, esta é a localidade que adotamos e queremos aqui construir nossas vidas como famílias. É assim que nós de Castro (grifo do autor-HMC) nos sentimos ...

Um outro ponto de desavença que paradoxalmente contribuiu para a união relativa entre os grupos sociais foi a destinação da casa sede da antiga fazenda. Como era uma benfeitoria disputada pelos diferentes grupos sociais, foi convocada uma assembléia geral (1992) de todas as famílias moradoras (ainda não oficialmente assentadas) para debater o tema. Nessa assembléia deliberou-se por desmontar todas as benfeitorias da sede da fazenda e distribuir equitativamente os materiais resultantes da demolição entre os grupos. Essa assembléia geral só foi possível, conforme os depoimentos, porque os grupos haviam obtido êxito nas lutas relacionadas com a "questão do gado".

As tentativas de despejo foram um outro motivo das desavenças entre os grupos sociais. Naquela oportunidade (1992) os diversos grupos sociais, ainda que dialogando, estavam afastados uns dos outros e reafirmando a sua identidade social de origem. Nos episódios denominados "tentativas de despejo" os diversos grupos sociais recorreram aos seus apoios políticos anteriores, aos seus aliados, aumentando, assim, as divergências internas.

Segundo os depoimentos nas entrevistas, a maior parte dos aliados desses diversos grupos sociais não deu o respaldo pretendido com relação aos despejos. A tendência política mais presente no assentamento tornou-se o MST, o qual passou a aglutinar mais pessoas e famílias em torno das suas posições de luta.

Todavia, nesse ano de 1992, ocorreram as eleições municipais, e esse evento contribuiu para acirrar as diferenças entre os grupos sociais com identidade social pela origem dentro do assentamento. Houve acentuada divisão política. Assim, segundo os depoimentos, todas as conquistas políticas favoráveis à unidade entre os cinco grupos sociais dentro do assentamento, como aquelas obtidas na "questão do gado", no encaminhamento da sede da fazenda e no enfrentamento das tentativas de despejo, foram praticamente anuladas.

Em 1993 é lançada uma proposta de reunificação entre os grupos sociais a partir de ações pragmáticas: criar uma escola de boa qualidade para todo o assentamento, permitindo a integração das crianças, e realizar uma melhor distribuição das terras (recordar que a imissão de posse dar-se-ia somente em 1996). Essas propostas conseguiram a adesão de grande número de pessoas e famílias de diversos grupos sociais.

Entretanto, de acordo com os relatos, o início efetivo da consolidação da unidade entre os diversos grupos sociais deu-se a partir de dois episódios:

em 1995, a construção de um centro comunitário para romper com a tendência da consolidação dos cinco povoados a partir dos grupos sociais com identidade social pela origem. Essa proposta tornou-se hegemônica, inclusive quando foi conseguido um ônibus para recolher e devolver as crianças que frequentariam a escola no centro comunitário;

em 1996, antes da imissão na posse, houve um confronto entre os trabalhadores rurais sem terra morando no assentamento e o INCRA, em função do número de famílias que seriam assentadas. Como as idéias e propostas dos trabalhadores rurais venceram (assentar 336 famílias em módulos de 30 has), contrária àquela do INCRA (assentar 600 famílias em módulos de 12 has), este aliado aos prefeitos, EMATER, sindicatos, etc., consolidou-se a unidade interna. Isto porque as propostas dos trabalhadores rurais sem terra haviam sido debatidas em assembléia geral e todos os coordenadores dos grupos sociais haviam concordado com ela. Os trabalhadores rurais sem terra excedentes da fazenda Pontal do Tigre ocupariam outra fazenda, com o apoio das famílias que iriam ser assentadas naquela fazenda.

A partir de 1996 os trabalhadores rurais que foram assentados decidiram que todas as reivindicações seriam encaminhadas conjuntamente. De acordo com as declarações, os grupos sociais começaram a "se afinarem pelas idéias e não pela origem; aumentou o entrosamento entre os grupos; quebrou-se a individualidade dos grupos; superaram também as negociações individuais; os cinco grupos ainda se identificam mas há vários consórcios entre eles; quando há questões polêmicas não se juntam mais os grupos 1, 2 ou 3 mas pessoas que pensam da mesma forma de diversos grupos; hoje nós temos que administrar a diversidade. "

Talvez, ainda que citado nas entrevistas mas pouco enfatizado com o processo de construção da unidade entre grupos sociais com identidade social pela origem, é que as pessoas e famílias, ainda que tenham passado muitas necessidades durante os cinco primeiros anos na terra ocupada, começaram, a partir daí, a gradativamente melhorarem as suas condições de vida e de trabalho. Na atualidade, relativamente aos outros assentamentos do país, apresentam alto padrão de vida.

Após 9 anos (1986 a 1995) de desconfianças e desavenças entre os cinco distintos grupos sociais, as 336 famílias dos trabalhadores rurais sem terra do Assentamento Pontal do Tigre puderam iniciar a construção de um processo de organização econômica e social que vem se tornando, segundo lideranças de vários assentamentos no país, referência no Estado do Paraná e nacional.

Em todos os assentamentos estudados há referências às origens das pessoas e das famílias assentadas, tendo em vista que as áreas oficiais de reforma agrária, o assentamento, conforme comentamos no capítulo 1, podem ser consideradas como uma encruzilhada social onde as pessoas e as famílias, na maioria das vezes, provenientes dos mais distintos locais do país encerram uma fase das suas vidas onde o nomadismo geográfico e social é senão encerrado ao menos minimizado. Mesmo que essas pessoas cheguem ao acampamento ou ao assentamento em grupos de pessoas cuja origem geográfica é a mesma, isso não significa necessariamente que esses grupos de pessoas constituam-se em grupos sociais e, nem muito menos, que haja entre as pessoas e famílias neles agrupadas algum tipo de identidade social.

3.3. A identidade social pela política

O assentamento de reforma agrária, conforme aventei anteriormente, quando da sua constituição, apresenta-se com um certo artificialismo social, tendo em vista que grupos de pessoas e famílias são transferidas de diversas localidades de um Estado ou mesmo do país para uma outra localidade, agora denominada de assentamento, e nela deverão constituir uma organização econômica, política, social e ambiental nova. Ora, essa construção de uma nova realidade social, que se oculta sob a expressão genérica de assentamento, evidentemente no âmbito da sociedade brasileira, proporciona condições para que organizações governamentais e movimentos sociais proponham novas formas de organização da produção, de apropriação da terra, de cooperação entre as pessoas e famílias, entre tantas outras hipóteses de sugestões possíveis, enfim, que se insinuem "modelos" de sistema social para as pessoas e famílias que ali irão, supostamente, reconstruir suas vidas, agora numa nova posição social na sociedade.

Não é de estranhar a existência dessa pressão direta ou disfarçada, de fora para dentro do assentamento, para que novos sistemas sociais aconteçam e, neles, novas relações com a terra, tendo em vista que, na maioria dos casos no país, as áreas oficiais de reforma agrária tem sido, direta ou indiretamente, produto de conflitos sociais onde estão sempre presentes, e em confronto, distintas concepções de apropriação da terra e do exercício da sua função social.

Por outro lado, como há alocação de recursos financeiros governamentais para que o assentamento possa concretizar-se (desde a desapropriação/aquisição da terra até os financiamentos para a produção), gera-se ideologicamente uma expectativa, ora implícita ora

explícita, de que "esses assentamentos deverão dar certo", ou seja, que se consiga resultados econômicos e sociais supostamente compatíveis com os gastos sociais necessários para que tal redistribuição da terra acontecesse. Portanto, não é inusitado que as pessoas e famílias de trabalhadores rurais sem terra, que terminarão por usufruir diretamente dessas áreas rurais "conquistadas" ou "reformadas", sofram pressões de fora para dentro e, mesmo, internamente pelos seus pares, para a incorporação de idéias capazes de construir "um mundo diferente".

Essa tem sido uma tradição no Brasil e nas diversas experiências de reforma agrária implantados em diversos países no mundo: desenvolver e implantar modelos de reforma agrária, neles implícito novas formas de apropriação da terra, de gestão dos assentamentos, de formas de cooperação entre as pessoas e famílias de trabalhadores rurais assentados, de relações com os mercados, etc. Na maioria das vezes a iniciativa de proposição e de implantação desses modelos de assentamentos, no âmbito de uma concepção geral de reforma agrária, tem partido dos organismos governamentais relacionados com o tema. No Brasil, na década de 60 e 70, houve um esforço considerável por parte dos organismos governamentais relacionados com a questão fundiária (INIC, SUPRA, IBRA e, depois, INCRA) de elaborarem, e ensaiarem implantar, modelos diversificados de organização econômica e social dos assentamentos.

Paralelamente a essas iniciativas governamentais, diversas organizações da sociedade civil como partidos políticos, movimentos sociais, instituições religiosas, institutos de pesquisa e ação social, etc. desenvolveram propostas e ensaiaram a sua implantação nos assentamentos de reforma agrária em diversas regiões do país. No entanto, essas iniciativas acabaram perdendo força e tendeu-se, mais recentemente, para três alternativas de modelos de assentamento:

a alternativa dominante, a partir dos organismos governamentais (com exceção do Estado do Ceará), é a do parcelamento da terra, a posse legal da terra e a criação de uma ou mais associações, por assentamento, que representem os interesses dos trabalhadores rurais assentados perante o Estado e o mercado;

uma proposta alternativa a essa é o Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, proposto pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda - CONCRAB (Concrab, 1997) vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que preconiza como forma básica o agrupamento das famílias de trabalhadores rurais assentados em núcleos de produção (10 a 20 famílias cada núcleo) e, a partir daí, a constituição de diversas formas de cooperação entre as pessoas e famílias desses núcleos de produção que vão desde formas de cooperação coletivistas até a cooperativa de produção e prestação de serviços regionais;

as reservas extrativistas, sistema que contempla formas alternativas de posse e uso da terra e da água em áreas de preservação ambiental.

É nos contextos anteriores, expressos sumariamente nas três alternativas de modelos de assentamentos, que o tipo de identidade social pela política aflora. Esta identidade social ocorre quando pessoas e famílias compartilham de uma proposta política de (no caso) gestão do assentamento, identificam-se com ela e fazem dela objetivo social do grupo perante os demais grupos sociais existentes no assentamento.

Em diversos casos estudados constatei que apesar das pessoas identificarem-se com pertencendo a um grupo social identificado pela política, essa auto-identificação significava para

elas apenas uma forma de acesso aos benefícios individuais que tal identidade social lhe poderia proporcionar. Essa identidade social realimentava (interdependência funcional) tenuamente o grupo social, no sentido de dar-lhe coesão interna, desempenhando, portanto, uma função social muito precária para a concretização desses objetivos se comparada com aquela função desempenhada pelo projeto político de grupos sociais que se propunham a implantar um modelo de gestão dos assentamentos. Porém, essa auto-representação compartilhada pelos demais membros do grupo, não atuava na coesão interna do grupo. A coesão interna dos grupos sociais era extremamente débil, reconhecida por eles mesmos.

Em outras circunstâncias, como no caso do campesinato que produz e mora em sítios próximos a povoados tradicionalmente estabelecidos, a identidade social pela política seria uma entre diversas outras identidades sociais possíveis de serem assumidas pelas pessoas. Seria mais uma das diversas auto-representações que as pessoas fazem de si mesmo para demonstrar, nas interações sociais num coletivo social, o seu pertencimento a um ou a diversos grupos sociais constituídos a partir de identidades sociais distintas entre si.

No caso dos assentamentos, onde o conflito social e a luta política interna exacerba as exigências sociais de explicitação das auto-representações e do pertencimento a um ou outro grupo social, a identidade social pela política torna-se, no conjunto dos planos sociais vivenciados por cada pessoa, uma exigência nas interações sociais face a face no cotidiano da vida.

Sem dúvida alguma que os planos sociais como o do parentesco, da religião e das afinidades pela origem entrecruzam-se com aquele da política, seja esta como concepção da gestão do assentamento seja como obtenção de benefícios econômicos imediatos. Eu diria que nas circunstâncias de um assentamento oriundo do conflito social esses planos sociais são racionalmente articulados, sendo que subjetivamente as interiorizações decorrentes da relação com o mundo, num determinado plano social, ensaia legitimar as demais. Porém, na verbalização das pessoas entrevistadas, nesse caso, o plano social do político predomina sobre os outros sempre que está presente no assentamento um grupo social com identidade social pela política e, portanto, as divergências políticas internas se acirram.

Como a concepção de reforma agrária dominante reproduz as idéias dominantes, aquelas pessoas e famílias que não se vinculam a qualquer um dos movimentos sociais contestatórios ao modelo dominante de reforma agrária, nele o de assentamento, tendem a reproduzirem no assentamento as concepções pessoais de apropriação e de uso da terra cuja referência é a apropriação e uso da terra dominante. Reafirmam, por motivos os mais diversos (conforme cap. 2, anterior), o modelo dominante.

As pessoas e famílias vinculadas ao MST, ou a movimentos sociais correlatos, ao assumirem politicamente uma concepção sua de como deveria ser constituído, organizado e gerido um assentamento de reforma agrária, concepção essa que se diferencia muito da concepção dominante ou oficial, acabam por entrar em divergência com os defensores da concepção dominante, sejam indiretamente os organismos governamentais, federal e estaduais, que tratam da questão fundiária no país, sejam diretamente com os seus pares que aceitam e reproduzem a concepção dominante, a nível do assentamento.

No caso apresentado como ilustração na seção 3.2, acima, considero que os grupos sociais de Castro e o de Reserva, com identidade social pela origem, ao mesmo tempo que assumiam esse tipo de identidade social, dadas as circunstâncias que geraram as divergências internas no período 1986 até 1995, assumiam também a identidade social pela política pois, dentre os cinco grupos sociais, esses dois acima referidos eram os que tinham identidade com o projeto político de gestão dos assentamentos proposto pela CONCRAB.

De acordo com os depoimentos durante as entrevistas, o processo de construção da unidade entre os cinco grupos sociais do Assentamento Pontal do Tigre, tendeu para um modelo misto de gestão do assentamento, ainda que sob a hegemonia do projeto político dos grupos sociais de Castro e de Reserva, vinculados ao MST. Essa menção a um modelo misto deve-se ao fato de que somente parte da proposta original foi aceita pelo coletivo social, como, por exemplo, a constituição dos núcleos de produção, a criação da cooperativa de prestação de serviços, a superação dos grupos sociais identificados pela origem, etc. Manteve-se o parcelamento dos lotes, mas as prioridades das linhas de produção são definidas coletivamente, ainda que a implantação dê-se de maneira individualizada, etc.

Já no caso do Assentamento Guarany Bom lugar, no município de Canindé, Estado do Ceará, já referido no capítulo 1, anterior, os dois grupos sociais por mim identificados acabaram por desentenderem-se, inicialmente, em função da pressão a favor da organização coletivista do assentamento exercida pelo "pessoal de Itatira". Esse grupo social, como os de Castro e de Reserva, acima citados, apresentava-se com identidade social em dois planos sociais: a identidade pela origem, identidade essa atribuída pelo "pessoal local", e auto-representação com identidade social pela política. Este último tipo de identidade social só foi gradativamente sendo reconhecida pelo "pessoal local" quando o "pessoal de Itatira" induziu e conseguiu implantar uma proposta de gestão coletiva do assentamento, logo no início da constituição do assentamento.

Todas as pessoas e famílias hoje no Assentamento Guarany Bom Lugar vivenciaram estilos de vida muito semelhantes: eram parceiros ou arrendatários em terras de terceiros no sertão do Ceará. Entretanto, durante a interação social que iria se dar entre o "pessoal local" e o "pessoal de Itatira", a identidade pela origem do "pessoal de Itatira" teve menor importância do que a identidade social pela política, esta assumida pelo "pessoal de Itatira" ao defenderem, perante os demais, a coletivização da terra e do trabalho. Esse foi o motivo central, segundo os depoimentos, do debilitamento das relações sociais entre os dois grupos sociais.

É oportuno notar que o "pessoal local" não se apresentava identificado como grupo social, tendo em vista que muitos entre eles mal se conheciam quando vieram para o assentamento (constituído em 1994). Porém, como houve um forte choque de idéias sobre a gestão do assentamento, entre o "pessoal de Itatira" e o "pessoal local", estes acabaram por se identificarem entre si, não com uma identidade social própria anterior às desavenças mas por descobrirem entre si idéias comuns e contrária às "dos outros" ("pessoal de Itatira").

Nos primeiros anos de vida do assentamento, em função da maior experiência política do pessoal de Itatira, acabou sendo implantado o processo de produção coletiva. Mas as discordâncias permaneceram, e "aí viram que não podia ser desse jeito" (a partir de 1995). Terminou a pressão pelo coletivo. Desse processo de lutas de idéias resultaram as normas de convivência

(1997) do Assentamento Guarany Bom Lugar, cujos dizeres da capa eu reproduzi no capítulo 2, anterior. O "pessoal de Itatira" cedeu, no campo das idéias, para o "pessoal local". Hoje, reproduz-se no assentamento as práticas tradicionais locais de produção assim como de apropriação da terra. Na atualidade, o "pessoal de Itatira" mantém a identidade social pela origem atribuída pelo "pessoal local". A identidade social pela política do pessoal de Itatira" perdeu a função social para a realização dos objetivos do grupo, estes estabelecidos quando da sua transferência do acampamento, no município de Itatira, para o local do assentamento, no município de Canindé, ao aceitarem gradativamente o convívio social interno e cederem nas suas posições políticas para aquelas do "pessoal local".

Conforme comentei no início desta seção 3.3, há algumas diferenciações no processo social e na auto-representação verbalizada pelas pessoas na constituição de grupos sociais com identidade social pela política. Essas diferenciações, ou sub-tipos de identidade social pela política, eu denominei de graus de coesão interna dos grupos sociais com identidade social pela política. Sem dúvida alguma que a noção de graus de coesão interna poderia ser aplicada a qualquer um dos tipos de identidade social referidos neste estudo, mas foi neste tipo de identidade social que essa questão aflorou de maneira mais explícita.

Um caso que permitiria ilustrar as percepções acima comentadas do subtipo de identidade social pela política como forma de acesso aos benefícios refere-se ao Assentamento Capão Bonito I, no município de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul. Neste assentamento identifiquei dois grupos sociais, assim denominados: "o pessoal do lado de lá" e o "pessoal do lado de cá" (evidentemente, o lado depende do interlocutor). O que distinguia os lados, no entanto, era a aproximação com um dos dois sindicatos de trabalhadores rurais que mobilizaram as pessoas e famílias na luta pela terra e que atuavam na mediação para o acesso às políticas públicas. Esses sindicatos eram: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Inácio e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sidrolândia.

A maioria das pessoas e famílias de trabalhadores rurais sem terra (no caso, arrendatários, parceiros e trabalhadores assalariados - "peões de fazenda") que foram assentados (132 famílias) veio para aquela área por influência política e social desses sindicatos de trabalhadores rurais. Esse assentamento foi produto da ocupação da fazenda pelos trabalhadores rurais sem terra, os quais permaneceram acampados (debaixo da lona) por um ano e meio. A área foi parcelada. A imissão na posse ocorreu em 1991.

Nesse assentamento houve muitas desistências, por parte dos assentados. Segundo os depoimentos, quase 60% dos que entraram em 1991 já deixaram o assentamento. Houve muita rotação de famílias nos lotes, sendo que em muitos deles já passou por mais de quatro donos. O parentesco entre as famílias é muito reduzido.

Foi constituída a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Capão Bonito I, porém, por divergências internas, a participação é bastante reduzida. A direção dessa associação é disputada pelos dois grupos, os quais apresentam chapas distintas nas eleições. Segundo os entrevistados, há muita divergência entre as direções dos dois sindicatos de trabalhadores rurais que exercem influência no assentamento. Essas divergências internas desestruturaram a Associação.

Os dois grupos sociais presentes no Assentamento já mantinham relações políticas com os seus respectivos sindicatos. Já se conheciam, tinham liderança entre eles. O pessoal novo é de ambos os lados.

Segundo os depoimentos, "o problema maior é o individualismo"; "não há união interna"; "muita desconfiança"; "parentesco muito pouco", ainda que possam ser identificados dois grupos : "os do lado de lá" e os "do lado de cá". A "turma do outro lado, vieram de Sto. Inácio, era outro sindicato, o de Sto. Inácio, não se misturam. Do lado de lá são 53 famílias, do lado de cá os outros (79 famílias - HMC). Esse povo do lado de lá, pessoal da outra parte, já se conheciam, tinham outra liderança. Pessoal daqui outra liderança". No caso do depoimento em apreço, o "lado de cá" é aquele ligado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sidrolândia.

Além do "pessoal do lado de lá" e o "pessoal do lado de cá", há outra diferenciação interna: os "velhos" e os "novos" assentados. Como nesse assentamento houve muita venda de lotes deste a sua constituição (1991), são considerados "os velhos" aqueles que fazem parte dos grupos de trabalhadores rurais sem terra que permaneceram na terra desde a imissão na posse (1991). Os "novos" são aquelas pessoas e famílias que adquiriram lotes dos "velhos" ou de outros "novos".

Articulada com essa identidade pela política permanece relativamente explícita a identidade pela origem, mais acentuada naquelas pessoas e famílias que estavam relacionadas com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sidrolândia. Neste caso as pessoas e famílias são todas originárias desse município. Essa identidade pela origem é menos marcante, enquanto auto-representação, naquelas pessoas e famílias que vieram por influência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Inácio, porque, neste caso, as origens eram diluídas por três municípios: Santo Inácio, Itaquaruçú e Nova Andradina.

Em ambos os grupos sociais a identidade pela origem não sobrepuja a identidade pela política. Uma das hipóteses pode estar relacionada com as categorias sociais a que pertenceram as pessoas e famílias hoje moradores nesse Assentamento. Nenhum deles é filho ou descendente de pequeno produtor rural proprietário da terra, são todos arrendatários, parceiros e assalariados rurais. A possibilidade de identidade social pela rede de relações sociais consolidadas historicamente, entre os membros desses dois grupos sociais é mais remota, pois como enfatizado por um entrevistado, "a gente vivia perambulado por aí como pode". Poderia supor, então, que a maioria, senão todos, era de pessoas e famílias estranhas entre si quando da constituição do assentamento.

Não houve entre os dois grupos sociais divergências quanto ao modelo de gestão do assentamento: ambos incorporaram as concepções dominantes, estas expressas, no caso, no parcelamento da terra, individualismo exacerbado entre as famílias, associação uma para cada grupo social e nível de desenvolvimento das forças produtivas similar àquele que praticavam anteriormente ao assentamento.

A identidade social pela política foi construída durante as divergências entre as lideranças dos

dois sindicatos de trabalhadores rurais. A opção por um ou por outro sindicato pelos trabalhadores rurais sem terra foi relacionada não a uma postura política mas à origem desses trabalhadores. Ambos os sindicatos praticavam os mesmos papéis: mediação entre as necessidades imediatas dos trabalhadores rurais assentados e a obtenção dos produtos das políticas públicas.

3.4 . Vizinhança e afinidades

"...
cada
qual
cuida
do
que
é
seu.
Cada
um
tem
sua
natureza"
(José
Cardoso
Lisboa,
povoado
Baixão
do
Copo
Cheio,
Assentamento
Lagoa
Azul,
Buriticupú,
MA)

Pude perceber em diversos assentamentos estudados que as circunstâncias como o assentamento foi constituído, assim como o reduzido período em que essas pessoas estranhas entre si conviveram socialmente, tem contribuído ora positiva ora negativamente para que as interações sociais de reciprocidade (as sucessivas socializações secundárias) pudessem estabelecer a mútua identificação de hábitos de vida entre elas de maneira a que gerassem tipificações e institucionalizações necessárias para o estabelecimento de um padrão comum de comportamento social e, portanto, desenvolver rotinas sociais comuns entre eles na vida cotidiana.

Em muitas dos casos estudados foram as relações sociais de afinidades com vizinhos, amigos ou parentes, afinidades essas desenvolvidas no convívio do cotidiano, que proporcionaram novas identificações sociais, como ilustrarei, mais adiante, com os casos do extremo sul da Bahia. Em outras circunstâncias, o processo de localização física dos lotes no assentamento, a constituição de povoados (município de Buriticupú, MA) e o forte individualismo reinante não proporcionaram

contextos sociais nos quais as interações sociais de reciprocidade pudessem estabelecer mútuas identificações de hábitos, e se aconteceram eles não foram, para essas pessoas e famílias, considerados como importantes. Em muitos destes casos, apesar de vizinhos fisicamente não o são socialmente.

Essas últimas circunstâncias, acima assinaladas, vem de encontro à hipótese que estabeleci em estudo anterior, conforme a Introdução neste documento, que nos assentamentos de reforma agrária predomina o comportamento individualista das famílias dos trabalhadores rurais com relação à gestão do assentamento, à forma de apropriação da terra, ao processo produtivo amplo senso, incluindo a comercialização, e às relações com os organismos governamentais mediadores das políticas públicas.

Como ilustração das circunstâncias que proporcionaram baixa coesão social no assentamento comento os casos do Assentamento Terra Bela, município de Buriticupú, MA e o Assentamento Retirada da Laguna, no município Guia Lopez da Laguna, MS.

Nos 14 povoados que foram sendo constituídos no assentamento Terra Bela, ainda que a maioria das pessoas e famílias de trabalhadores rurais tenham compartilhado diversos anos de lutas pela terra, na consolidação dos seus locais de trabalho e moradia, houve um processo de individualismo intenso, restando nesses povoados apenas resquícios, via parentesco, de grupos sociais cujas pessoas mantinham identidade social pela rede de relações sociais consolidadas historicamente, porem, como acima referido, suponho que com baixo grau de consolidação.

Na maioria dos povoados do assentamento Terra Bela as famílias eram de mesma origem. Mesmo assim, elas não se mantiveram coesas por tal motivo. Por exemplo, no povoado Novo Horizonte (32 famílias), obtive o seguinte depoimento: "a união aqui é só através de reunião; a união é através da igreja; aqui a gente se encontra quando tem missa, de 3 em 3 meses. Aqui não é o caso de parentesco; a identidade é com o povoado; no povoado não há o costume de mutirão, cada qual por si. Isso é pelo costume, não é pela desunião. Lá onde meu pai morava havia a tradição do mutirão. Aqui, porque todo mundo entrou estranho, não dá.. Já estamos chegando perto." Em outro depoimento afirmaram: "falta reunião da associação geral (do assentamento -HMC), cada povoado vai ficando independente. A reunião da Associação do Vale do Buriti (povoado Novo Horizonte – HMC) era de 2 em 2 meses; pelo lado da comunidade o pessoal não vem."

Essa tendência ao individualismo é confirmada, também, por liderança do povoado Lagoa da Areia (12 famílias), pertencente à fazenda Lagoa Azul, um outro assentamento, mas contíguo ao Assentamento Terra Bela, quando acentua: "aqui não se reúne, pessoal desunido. Não são parentes. São os mesmo da ocupação. Depois do acampamento separaram em grupos. Achavam que viria mais benefícios."

No povoado Baixão do Copo Cheio, do Assentamento Lagoa Azul, o entrevistado afirmou que "somos os invasores velhos, mais da metade é novo, não é da invasão. Muitos saíram porque queriam fazer negócio. Os que entraram vão ficar, são bons, querem trabalhar, estão produzindo. Cada qual cuida do que é seu; cada um tem sua natureza. Aqui não tem hábito do

mutirão. Nunca tivemos condição de pedir dinheiro para a casa de farinha comunitária. Quando pagava renda tinha ajuda mútua porque o interesse era reduzir a cerca entre as lavouras. Aqui não foi feito porque tudo é longe. " Esse mesmo entrevistado comentou sobre o que significava para ele "os moradores velhos" e os "moradores novos": "os moradores velhos são boas pessoas; os moradores novos há os que são boas pessoas". Quando solicitei que explicasse o que seria boa pessoa, afirmou: "nunca se encrenca, trabalhador, negocia sério, mostra o caminho do que deve ser". E quando indagado o que seria "os que não são bons", respondeu: "teve novo que chegou e queria empurrar os velhos, mas os velhos a gente nunca abandona".

Já no assentamento Retirada da Laguna, município Guia Lopez da Laguna, Mato Grosso do Sul, as circunstâncias foram distintas mais o individualismo desenvolveu-se de maneira similar.

Os primeiros anos da constituição desse assentamento, em função da grande número de famílias que abandonaram os lotes, pouco ou nada contribuíram para o desenvolvimento de um tecido social mais denso, ainda que as pessoas e famílias que para lá foram deslocadas possivelmente possuíssem entre si, em função do contexto em que viviam, senão identidade sociais por rede de relações sociais consolidadas historicamente ao menos identidade pela origem.

As pessoas e famílias que constituíram o Assentamento Retirada da Laguna (1984) eram agricultores/moradores na Ilha Grande, no rio Paraná, e foram reassentados em função da inundação da ilha com o fechamento das comportas da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipú. Vieram para esse local por escolha própria, 70 famílias de ilhéus, do total das 89 famílias assentadas.

Hoje (janeiro de 1999) o Assentamento Retirada da Laguna tem 90 famílias assentadas, sendo que dos ilhéus que foram transferidos para esse Assentamento permaneceram apenas 30 famílias.

A venda dos lotes do assentamento pelos ilhéus, por falta de adaptação ao local, começou logo após a constituição desse assentamento. E as novas pessoas e famílias de trabalhadores rurais sem terra que foram adquirindo a posse dos lotes tinham origem e experiências de vida muito diferentes daquelas dos ilhéus: enquanto estes eram pequenos proprietários rurais e pescadores os que vieram depois deles eram trabalhadores rurais sem terra com tradição de trabalho nas fazendas de criação de gado em Mato Grosso do Sul, ou sejam, peões, capatazes ou trabalhadores rurais assalariados (ver os supostos perfis psicossociais comentados no início do cap. 3).

Hoje, no Assentamento Retirada da Laguna, 90% das atividades concentram-se na pecuária bovina de corte e na de leite. Ainda que tenha sido criada uma cooperativa para o processamento e comercialização do leite, em 1996, essa ação de cooperação econômica não reduziu o individualismo dentro do assentamento, conforme afirma ao Presidente dessa Cooperativa (história de vida de pequeno produtor rural): "o pessoal daqui só se reúne quando se convoca reunião. A convivência é boa, mas é difícil trabalhar com o pessoal. No começo, quando o pessoal estava mais apertado, todos iam para a reunião. Quando começou a melhorar fica menos organizado. O pessoal que entrou depois da gente tem tradição de pecuária, tem o

jeito deles. Só 15% é capaz de administrar alguma coisa."

Nesse assentamento percebi, também, uma diferenciação entre os "pioneiros" (os ilhéus) e os "terceiros" (aqueles que adquiriram os lotes dos ilhéus que se retiraram). Poder-se-ia supor que entre os "pioneiros" (hoje 30 famílias), que segundo um deles "sempre puxa à frente tentando fazer as coisas certas", ter-se-ia constituído um grupo social com identidade social definida, possivelmente pela origem. Entretanto, como o individualismo é acentuado, as relações sociais no assentamento restringem-se à vizinhança, mesmo entre "os pioneiros". Ainda assim, conforme os depoimentos, como muitas das famílias tem residência na cidade (próxima ao assentamento), as afinidades entre elas são poucas, ainda que haja mais confiança mútua entre elas do que com aquelas dos "novos".

Nem sempre, todavia, o individualismo é reafirmado na dinâmica da consolidação dos assentamentos. Em alguns casos estudados, a seguir apresentados como ilustração, as "ajudas externas" aliadas aos padrões comuns de comportamento anteriormente estabelecidos pelos trabalhadores rurais, tem contribuído para que os trabalhadores rurais assentados encontrem novos caminhos de cooperação além daqueles que usualmente vivenciaram. Reforçam, muitas vezes, as relações de vizinhança estabelecidas assim como outras afinidades e identidades sociais já consolidadas e, a partir delas trilham novos rumos de interação social que proporcionem oportunidades de afloramento de novas formas de cooperação.

Conforme explicitarei na Introdução, uma das hipóteses adotadas em estudo anterior (Carvalho, 1998: 11), foi que as possibilidades de melhoria crescente e sustentável das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais assentados estava diretamente relacionado com a sua capacidade de estabelecer relações sociais de cooperação com seus pares de forma a potencializar as forças produtivas e os meios de produção disponíveis nos assentamentos. Eu agregaria que a coesão social interna ao assentamento, particularmente naqueles com menos de 100 famílias, dependeria da existência de um padrão comum de comportamento social compartilhado pelas pessoas envolvidas.

Nos assentamentos estudados no extremo sul da Bahia pude constatar que a ajuda externa, seja ela representada, no caso, pelo Projeto Lumiar e pelos assessores vinculados ao MST, tem contribuído para a superação da tendência ao individualismo e para o fortalecimento da coesão social entre as pessoas e famílias dos trabalhadores rurais assentados. Essa ajuda externa quando é construída a partir de uma problemática econômica, social e política identificada conjuntamente entre trabalhadores rurais e assessores, e as definições da ação dão conta dos tempos e dos padrões comuns de comportamento anteriormente estabelecidos, podem superar preconceitos e desinformações que obstaculizem o desenvolvimento da cooperação nos assentamentos.

No Assentamento Corte Grande, município do Prado, extremo sul da Bahia, o sentimento de apego à localidade e de orgulho por pertencer ao assentamento tem proporcionado, segundo os entrevistados, condições objetivas e subjetivas para que os jovens permaneçam no assentamento, ainda que este se encontre a 12 km da cidade de Itamarajú, e que o assentamento seja visto pelo pessoal da cidade como um local agradável de visitar, de encontro entre as famílias para se divertirem e como o "celeiro que abastece a cidade".

Na expressão dos entrevistados "na cidade falam de nós como o pessoal da reforma agrária. Pessoal de Itamarajú sente que nós somos um braço de Itamarajú, o braço da produção. Todos os sábados saem 60 pessoas daqui para vender lá na feira. Eu já me sinto árvore firmada, sinto-me como Corte Grande."

A fazenda Corte Grande era destinada à produção de madeira. A maioria dos trabalhadores rurais hoje ali assentados eram parceiros nessa fazenda, antes das lutas pelo usucapião que se iniciaram em 1982 e prolongaram-se até 1985, lutas essas que contava com o apoio do sindicato de trabalhadores rurais do município e da FETAGRI. Naquela oportunidade o número de famílias em situação de conflito era de 300, a maioria tendo sido expulsa da terra pelos proprietários da fazenda. Hoje o assentamento tem 44 famílias. Naquele período o conflito social foi muito violento. A regularização da situação fundiária, pela desapropriação da área, só ocorreu em 1987.

Do ponto de vista da cooperação econômica formal foi constituída, em 1985, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Corte Grande, hoje denominada Nossa Senhora do Rosário. Em 1995 foi criada a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Corte Grande.

As organizações de cunho econômico nos assentamentos, na maioria das vezes, atuam como coordenação política e mediação para a captação de recursos externos. Ainda que essas formas de cooperação tivessem desempenhado função relevante na captação e na alocação de recursos o que mais foi ressaltado nas entrevistas, entretanto, foi a solidariedade interna e o papel do assentamento perante a cidade.

A ajuda mútua é considerada como prática frequente mas não houve interesse pela constituição de coletivos de produção, daí a afirmação de que "a comercialização é difícil porque tudo é coisa miúda. Coisa grande ainda se consegue com a farinha. O mutirão foi muito só no começo, hoje é só com a Cooperativa." A atividade de produção é individualizada, porém, há atividades de produção coletivas com o intuito de fortalecer seja a Associação seja a Cooperativa. Mas a solidariedade no cotidiano é aquela mais ressaltada como produto social da vizinhanças e das afinidades sociais criadas.

. Depoimentos sobre as afinidades nesse Assentamento:

"(...) filhos maiores estudam na cidade (no assentamento a escola só vai até a 4ª série - HMC) e gostam daqui. Ninguém pensa em sair. Sempre conquista mais colegas para vir para cá, pessoal se diverte aqui. Isso não acontece com todos, mas há casas que vem mais gente. A gente sente bem quando o pessoal se diverte aqui. A gente viver num canto, só, é ruim."

"pessoal da cidade vem para o assentamento, local de diversão. A visita da juventude é constante. Dão muita coisa para conhecidos e amigos que ajudam na farinhada. Há retiros de estudantes de outros municípios no assentamento. Quando

há mutirão para limpar café de roça individual a Cooperativa dá feijoada. Há solidariedade a cada momento. Essa prática da solidariedade já é tradição do pessoal. A gente se envolve em briga de família, dá conselho, reza e age em comum. Há sempre festa na casa de um e de outro. Junta as famílias e vão comer numa casa só. Há diferença mínima na religião, crente e católico. A gente vai no mesmo caminhão para a igreja e para o culto. Na convivência não existe distância".

4. Conclusões

Neste documento procurei ressaltar que os assentamentos de reforma agrária são micros sistemas sociais muito mais complexos do que usualmente se tem considerado. Ademais, a multiplicidade de identidades sociais, de grupos sociais e de contextualizações histórico-sociais desses micros sistemas sociais pressuporia, ao menos, o aprofundamento da compreensão dessa complexidade e, possivelmente, mudanças metodológicas nas relações externo-interno.

Em diversos casos estudados percebi que tanto os organismos governamentais como os movimentos sociais, exceções à parte, tem apresentado dificuldades para essa percepção e tendem, seja pelas exigências das ações imediatistas seja por falta de maiores informações sobre o tema em apreço, a uma leitura ideológica (mítica) que elimina a heterogeneidade social presente e não reconhece a existência de diferentes grupos sociais com identidades sociais distintas. Portanto, em quaisquer uma das situações, ignoram a diversidade social nos assentamentos.

Por outro lado, as organizações governamentais e não governamentais que se relacionam mais amiúde com os assentamentos de reforma agrária, supõem, talvez pela alienação, que o conflito social tenha sido superado pelo fato das pessoas e famílias dos trabalhadores rurais estarem agora em situação de assentamento de reforma agrária. Isso ocorre, no meu entendimento, porque essas organizações consideram que ao ter sido equacionado o conflito social provocado pela luta pela terra não possam eclodir outros conflitos, de natureza distinta do anterior, como resultante das fortes contradições internas entre diferentes grupos sociais.

O relativo artificialismo social dos assentamentos pode ser profundamente enganador se considerarmos aprioristicamente que ali tudo começa de novo e, como Dr. Pangloss, estaremos no melhor dos mundos possíveis. Esse isolacionismo sócio-cultural desejado para os assentamentos de reforma agrária, ingenuamente negando o passado das pessoas e famílias que ali ensaiam reconstruir suas vidas, não será superado pelo simples fato de considerar-se que ali se instalaram apenas, e simplesmente, novas unidades de agricultura familiar.

O assentamento é produto das contradições econômicas, sociais, políticas e ideológicas existentes na formação econômico-social brasileira e traz no seu âmago social todos os vícios e virtudes das pessoas, famílias, grupos e classes sociais dessa sociedade.

Esse estudo permitiu-me inferir as seguintes conclusões/questões:

as formas de organização social desenvolvidas ou estimuladas entre as famílias durante a fase de acampamento, quando este ocorre mesmo de forma prolongada (um ou mais anos), não se reproduzem necessariamente durante o processo social de constituição do assentamento;

o estudo da história de vida (biografia) dos trabalhadores rurais assentados torna-se necessário sempre e quando se deseja conhecer como se formaram os atuais padrões de comportamento social das pessoas e famílias de um determinado grupo social, tendo em vista o estudo das identidades sociais;

nos assentamentos que foram constituídos por famílias de diversas origens geográficas e com vivências em distintas relações sociais de produção, portanto com histórias sociais de vida distintas, há tendência de se constituírem grupos sociais auto-identificados pelo sentimento de origem ou de afinidades sociais estabelecidas na origem;

naqueles assentamentos onde as famílias já eram moradoras na fazenda desapropriada, ou nos seus entornos, como posseiras, arrendatárias, parceiras, foreiras, agregadas, assalariadas ou quilombolas, (principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do país), onde a identidade social dá-se pela rede de relações sociais consolidadas historicamente, há tendência dessas famílias de reproduzirem, no assentamento, uma vida social similar àquela que vivenciaram nos contextos sociais anteriores ao assentamento;

naqueles assentamentos onde foram identificados diferentes grupos sociais com identidades sociais distintas as possibilidades de coesão e identidade social do conjunto das famílias entre si e perante o exterior dar-se-ão (ou não) num processo relativamente lento de interação social face a face cotidiana onde seja superado o estranhamento e estabelecidos novos padrões de inter-subjetividade do senso comum;

os grupos sociais cuja identidade social deu-se pela política são frequentes, e tudo leva a crer que foram consequência histórica do conflito social pela democratização da terra e do seu uso, e reafirmam-se quando concepções distintas de organização econômica e social da posse e uso terra conquistada estão presentes no assentamento;

as formas de associativismo estimuladas de fora para dentro e, mesmo, aquelas constituídas a partir de iniciativas internas, mas a partir de exigências de fora (organismos de governo, partidos políticos, movimentos sociais, etc.) não proporcionam necessariamente as possibilidades de formação de identidade social entre as famílias assentadas;

em todos os assentamentos a institucionalização imediatamente identificável para todas as pessoas e famílias, e que se transforma em padrão recorrente de interação capaz de proporcionar uma nova socialização e identidade social, é aquela que se relaciona com a obtenção da posse legal da terra, a superação do nomadismo econômico e social e a afirmação da sua existência civil;

naqueles assentamentos constituídos por número elevado de famílias (mais de 100) com origens, biografia e inserções sociais muito distintas entre si, são bastante remotas as possibilidades, a curto e médios prazos (uma geração), de que se estabeleçam padrões de comportamento comuns entre elas, produtos de tipificações de hábitos de vida e de institucionalizações que se efetuem, a partir das interações sociais vivenciadas no assentamento;

o sentimento de pertencimento ao local do assentamento, aliado à posse legal da terra, é altamente intenso e expressivo em todos os assentamentos do país;

naqueles assentamentos onde não foram equacionadas as demandas da juventude (estudo, trabalho e lazer) observa-se uma perda de dinamismo social e econômico interno com tendências ao estabelecimento de relações de assalariamento com terceiros e a uma alta rotatividade na posse dos lotes;

as pessoas são portadoras de uma multiplicidade de identidades sociais, tendo em vista os diversos planos sociais que vivenciam. Assim, a percepção de uma auto-representação social partilhada com outras pessoas com as quais constituem um grupo social é sempre uma redução de um processo muito mais amplo conferido pelo auto-conhecimento permanentemente exercitado pelas pessoas e pelos grupos sociais no cotidiano das suas existências sociais.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Francisco A G. (1998). Segredos íntimos. A gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza, mimeo, 168 p.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas (1976). A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes.

CARVALHO, Horacio M. (1998). Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba, Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Agosto, mimeo 83 p.

I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (1996). Brasília, INCRA/MEPF.

CONCRAB (1997). Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de Cooperação

Agrícola nº 5. São Paulo, Concrab.

d'ASSUMPÇÃO, Clovis E. (1996). Vocabulário Agrário. Curitiba, Open English House.

MARTINS, José de S. (1993). A chegada do estrangeiro. São Paulo, Hucitec.

_____ (1994). O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história. São Paulo, Hucitec.

LEVI-STRAUSS, Claude (1977). L'Identité. Seminaire dirigé par Claude Levi-Strauss. Paris, Grasset.

MOLLAT, Michel (1989). Os pobres na idade média. Rio de Janeiro, Campus.

PINTO, João B. (s.d.). Trabalho com grupos e mobilização comunitária. Recife, Projeto DRIN-Brasil-OEA, mimeo 15 p.

SIQUEIRA, Deis E. e SOUZA FILHO, Edson (1997). Identidade e identidade de classe: reflexões para pesquisa, in Siqueira, Deis e outros (org.). Relações de trabalho, relações de poder. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

WOLF, Eric (1977). Una tipologia del campesinato latinoamericano. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

WOORTMANN, Ellen F. (1995) Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília, HUCITEC/ Edunb.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)